

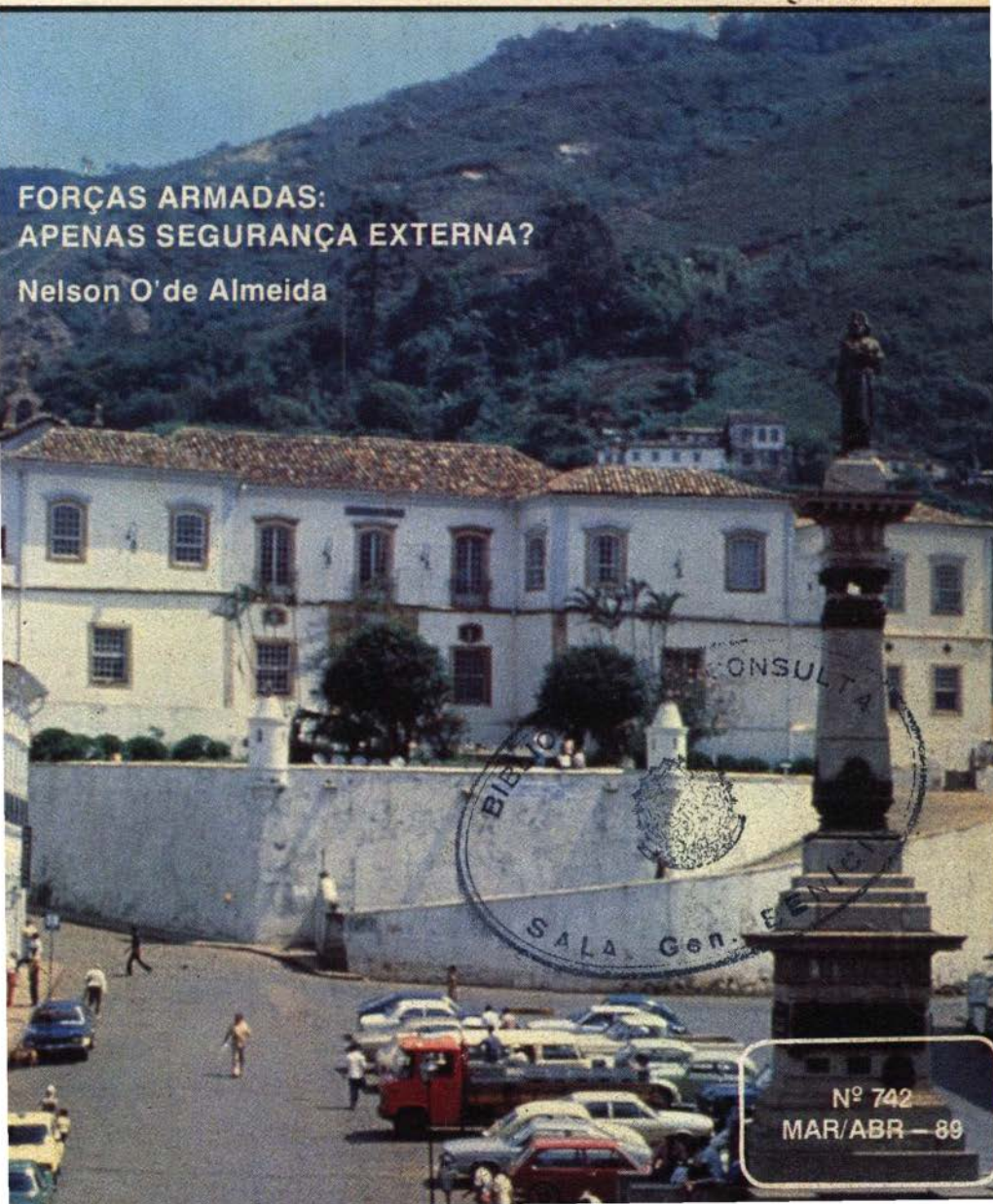


A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

**FORÇAS ARMADAS:
APENAS SEGURANÇA EXTERNA?**

Nelson O'de Almeida



Nº 742
MAR/ABR - 89



Quando a Philips inventou o Sistema Compact Disc Digital

Audio, o som digital a laser, os críticos e amantes de música ficaram emocionados com o som puro e perfeito. Sem distorções, chiados ou ruídos. Além disso, o processo de leitura óptica que não desgasta o disco e a película protetora que recobre a gravação digital tornaram os discos quase eternos.

Mas o Compact Disc é hoje mais do que uma maneira de obter um som puro e perfeito. A Philips levou o CD mais longe desenvolvendo o CD-ROM (Read Only Memory), que com seus 600 megabytes pode armazenar até uma enciclopédia completa.

E o CD-Interactive, que dá acesso de forma interativa e simultânea a um sistema multimídia, com áudio, vídeo, textos e dados.



Philips. Dá o tom em matéria de som.



Mas se a Philips aperfeiçoa o som e a imagem da era digital, também aperfeiçoa seus aparelhos de TV. E aí está o Trend 20 Stereo Espacial. Imagem perfeita, som feito e estéreo. Painéis de conexão que permitem ligar diversos equipamentos de áudio e vídeo ao mesmo tempo.

E sistema de controle remoto destacado o mais completo disponível no mercado com 31 funções. Tanto o Compact Disc como o Trendset 20 Stereo Espacial são prova de como a pesquisa da Philips é usada para inovar sempre, dando mais cor à sua vida.

Philips. Produtos de última geração.



PHILIPS



A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL: UMA NECESSIDADE?	7
Jorge Luiz Abreu do O' de Almeida	
AS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL, A CEE E A OTAN	16
Mário Cesar Flores	
FORÇAS ARMADAS: APENAS SEGURANÇA EXTERNA?	23
Nelson O' de Almeida	
A ANTÁRTICA E O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO	
ARGENTINO	36
Jack Child	
POR QUE OS ESTADOS UNIDOS PRECISAM DA INICIATIVA DE	
DEFESA ESTRATÉGICA	103
Kim R. Holmes	

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

OS INTERESSES SOVIÉTICOS NO CARIBE	52
Daniel Fitz-Simons	
PERFIL PROFISSIONGRÁFICO, SUA APLICAÇÃO NO PROCESSO	
EDUCACIONAL	68
Antonio Fernando Gomes da Costa	
A DESCOBERTA DO CABO DA BOA ESPERANÇA. PORTUGAL E	
ÁFRICA DO SUL	76
Horácio de Sá Viana Rebelo	
SINOPSE DOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS COMUNISTAS NO	
CONTINENTE AMERICANO	114
Luiz Carlos Poll	

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

A AÇÃO AEROTÁTICA: CAUSA OU CONSEQÜÊNCIA?	48
Lauro Ney Menezes	
COMUNICAÇÃO DE MASSA: HORA DE MUDANÇA NA	
LEGISLAÇÃO	90
Adão Pantoja de Maria	
UMA VISÃO PANORÂMICA DA CME NAS OPERAÇÕES	
TERRESTRES	142
Humberto José Corrêa de Oliveira	

EDITORIAL	5
HOMENAGEM	166
DESTAQUES DA IMPRENSA	169
INFORMAÇÕES	173

A DEFESA NACIONAL Nº 742

Rio de Janeiro - Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Principais Temas: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUSA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO, JOAQUIM DE SOUSA REIS (redactores); FRANCISCO DE PAULA CIDADE, MARIO CLEMENTINO, LIMA E SILVA, PAULO RODRIGUES, JORGE PINHEIRO, POMPEO CAVALCANTE, EUCLYDES FIGUEIREDO, TABORDA, AMARO VILLA NOVA, MACIEL DA COSTA.

de 10

(Facsímile da portada do N.º 1 Anno 1 10 10 1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Philips do Brasil Ltda	2ª capa
Petrobrás — Petróleo Brasileiro S/A	3ª capa
Associação de Poupança e Empréstimo — Poupex	4ª capa
Companhia Antarctica Paulista — IBBC	4
Volkswagen do Brasil S.A.	15
CERJ — Cia. Elétrica do R.J.	35
Brastemp S.A.	47
Companhia Siderúrgica Belgo Mineira	67
CCE Ind. Com. Comp. Eletrônica S.A.	89
Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL	141
Produtos Alimentícios Fleischmann e Royal Ltda.	165



NOSSA CAPA

Vista de Ouro Preto, berço da "Inconfidência Mineira" — marco da formação da nacionalidade brasileira — cujo bicentenário este ano se comemora.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Bda Arnaldo Serafim
Diretor-Secretário:	Cel Sady Nunes
Diretor-Administrativo:	Cel Geraldo Martinez Y Alonso
Diretor-Tesoureiro:	1º Ten Camilo Bezerra Roberto
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel Fernando Barbosa Monteiro Gonçalves Cel Arthur Telles Cramer Ribeiro Cel Carlos da Costa e Silva
Suplentes:	Cel Arismar Dantas de Oliveira TC Osmar Ferreira de Oliveira TC Delmar Paulo Ferreira

Revista A DEFESA NACIONAL

Redator-Chefe:	Gen Bda Arnaldo Serafim
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis Cel Claudio Moreira Bento CMG José Correia de Sá e Benevides Professor Jorge Boaventura
Publicidade:	Cel R/1 José Eugênio de Carvalho
Produção Gráfica:	Edison Alves de Azevedo

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) exterior e número avulso, ligar para (021) 253-4628.

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Tallent's Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua Senador Dantas, 117 grs. 1742/43

CEP 20034 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tels.: (021) 533-0037 e 533-3910



**Refrigerantes
colhidos
no pé.**

Existem, neste país, enormes plantações de refrigerantes Antarctica, como os guaranazeiros, do guaraná, os limoeiros, da soda limonada, e os laranjais, dos refrigerantes de laranja. Colhidos no pé, engarrafados ou enlatados, os refrigerantes Antarctica têm as suas qualidades puras e naturais preservadas pelo tradicional processo de pasteurização. Nada de ingredientes químicos. Tudo natural. Natural como você pedir refrigerantes Antarctica. Plantados, cultivados e colhidos no pé.



ANTARCTICA



EDITORIAL

A PROPÓSITO DE "LA TABLADA"

No dia 23 de janeiro, o 3º Regimento de Infantaria Mecanizada de La Tablada, periferia de Buenos Aires, foi invadido por um grupo guerrilheiro.

Ainda madrugada de uma 2ª-feira, ausente a maior parte do contingente militar, que gozava a dispersa rotineira de final de semana, o quartel oferecia condições favoráveis à operação.

Pelo que a imprensa noticiou, os invasores usaram um caminhão de entrega de refrigerantes, roubado minutos antes, para derubar o portão-das-armas e introduzir no quartel, com certa facilidade, dezenas de homens e mulheres fortemente armados.

Militarmente organizados, ainda que trajando simplórias bermudas, tênis e sandálias de praia, eles lançavam panfletos por onde passavam, ao mesmo tempo que descarregavam suas armas, atirando contra tudo que suspeitassem mover-se. Nos panfletos, declaravam-se solidários aos líderes dos carapintadas, alvo do repúdio da opinião pública, por suas desesperadas tentativas de resgatar a dignidade do Exército Argentino, abalada pelas numerosas crises de sua história recente, com a ocupação de quartéis.

Com tal subterfúgio, pretendiam provocar presumida reação popular e, partindo dela, assumir o poder político do país, intenção revelada no texto de um manifesto, em que anunciavam, com surrados jargões, que "o governo do povo declarava dissolvido o exército profissional e traidor e agora o substitua pelo exército do povo".

Foram 29 horas de ocupação, ao fim das quais contabilizaram-se dezenas de mortos, bem maior número de feridos, um quartel semidestruído e a sociedade traumatizada.

Ressuscitava-se, assim, com vigor renovado, uma prática de

ta que conturbou o país vizinho na década passada, e que se creditava superada.

O episódio convida à meditação.

Durante a elaboração da nova Constituição Brasileira, tentou-se excluir do seu texto, com argumentação de lógica suspeita e assionalismo declarado, a inclusão da "garantia da lei e da ordem" na destinação das Forças Armadas, do terrorismo entre os crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia", enquanto se deturpou o conceito de Segurança Nacional, procurando dar-lhe conotações de obscenidade.

Os acontecimentos de La Tablada servem para desmascarar o propósito oculto que se tinha em vista: dificultar o combate à violência subversiva, sob o amparo constitucional.

Reproduzidos, desde então, sem igual sucesso mas com persistência e determinação, eles merecem permanecer vivos na memória dos que se preocupam com a normalidade da transição política em curso no País, diante de uma nova investida, que já se esboça, visando a negar, ao Estado, instrumentos efetivos para contrapor-se à irracionalidade do radicalismo ideológico suicida.



MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL: UMA NECESSIDADE?

Jorge Luiz Abreu do O' de Almeida

"Desde o momento em que a esmagadora capacidade industrial dos Estados Unidos teve a possibilidade de se fazer presente em todos os teatros de guerra, passou a não haver para a Alemanha qualquer possibilidade de vitória final."

(Marechal Rommel)

2 de abril de 1982 — manhã cinzenta e fria, no Atlântico Sul

Sem qualquer comunicação formal — interrompendo anos de negociações — uma Força-Tarefa argentina desembarcou e aprisionou a guarnição de Fuzileiros Navais ingleses: fora desencadeada a "Operação Rosário", que veio a deflagrar uma guerra limitada, num teatro de operações reduzido: a Guerra das Malvinas!

Setenta e quatro dias depois, assistiu-se à assinatura da rendição incondicional das Forças Argentinas, engajadas naquela operação.

Tratava-se de uma histórica e antiga pendência, na qual a versão argentina dava conta de que as Malvinas haviam sido descobertas em 1520, pelo piloto espanhol Estéban Gomez, que não deixou, no entanto, registros históricos significativos; alegava, ainda, sua posição de

herdeira das possessões espanholas, aquém do Meridiano de Tordesilhas, e que aquelas ilhas seriam a continuação natural de seu território. Entretanto, alguns autores, inclusive argentinos, comentaram que a Operação Rosário teria, como principal motivação, buscar uma projeção maior sobre a Antártica, apoiando essa teoria no fato de haverem sido ocupadas, inicialmente, as Ilhas Geórgia do Sul, a 2.100 km do seu litoral.

A versão inglesa, por seu turno, alegava que as Ilhas Falklands tiveram sua descoberta registrada em 1592, pelo Capitão John Davis, Comandante da Nave Desire. Alegava, também, que lá permaneciam, continuamente, há mais de um século, sentindo-se amparadas pelo instituto jurídico do Uti Possidetis. Apresentava, ainda, o resultado contundente de um plebiscito, feito com os nativos daquelas ilhas – os kelpers – que optaram em permanecer ligados ao Reino Unido.

Com o acirramento das posições, a questão tendeu a agravar-se, especialmente a partir de 1833, com o início do funcionamento de um insular governo inglês.

Como os argentinos não conseguissem demover os ingleses, apesar de repetidas conversações diplomáticas, optaram por iniciar operações bélicas, nas quais empregaram uma Força

Tarefa que não esperava enfrentar oposição significativa – ela iria operar a 600 km de suas bases, enquanto que os ingleses, se viessem, teriam de atuar a mais de 13.000 km de casa, a 21 dias de mar.

Terminado o confronto militar, as consequências imediatas eram:

Perdas Argentinas:

- 6 navios:
- Cruzador Belgrano;
- Pesqueiro Narwall;
- Navio de Transporte de Pessoal Isla de Los Estados;
- Submarino Santa Fé;
- Navio Transporte de Pessoal Rio Caracaranã;
- Navio de Transporte de Pessoal Bahia Buer Sucesso.
- cerca de 60 aviões de combate;
- 746 mortos e
- mais de 8.400 prisioneiros

Perdas Inglesas:

- 7 navios:
- Contratorpedeiro Sheffield;
- Fragata Ardent;
- Fragata Antelope;
- Navio Transporte de Pessoal Atlantic Conveyor;
- Contratorpedeiro Coventry;
- Navio Transporte de Pessoal Sir Galahad;
- Navio Transporte de Pessoal Sir Tristan;

- cerca de 20 aviões de combate e
- 255 mortos.

Enfim, fora o confronto de um exército de conscritos, mal armados e mal adestrados, contra uma força armada de profissionais, bem equipada e em elevado apronto operacional. Agravava a diferença, o uso intensivo de helicópteros, de equipamentos de visão noturna, de guerra eletrônica e até de "munição inteligente".

Além do material bélico usualmente empregado pelas forças armadas, foram utilizados também:

Pelos Argentinos:

- aeronaves comerciais das "Aerolineas Argentinas" e da "Austral";
- aeronaves cedidas por países amigos; e
- outros itens importados de material bélico... que não eram usualmente empregados!

Pelos ingleses:

- transatlânticos de passageiros e outros navios pertencentes às companhias inglesas de navegação;
- navio-aeródromo Invencible, já vendido e em fase de entrega ao comprador; e
- aeronaves Vulcan, já desativadas pela RAF.

Mas que base jurídica invocaram esses países para utilizar este esforço de material? Houve decretação da Mobilização Nacional naquelas nações? E elas se satisfizeram com material autôctone?

Para iniciar a resposta dessas inquirições, analise-se o conceito de Mobilização, estabelecido pela Doutrina Básica de Mobilização Nacional, recentemente aprovada pelo Presidente da República.

"A Mobilização Nacional é o conjunto de atividades empreendidas pelo estado, ou por ele orientadas, desde a situação de normalidade, completando e complementando a logística nacional, com o propósito de capacitar o poder nacional a realizar ações estratégicas, no campo da Segurança Nacional, para fazer face a uma situação de emergência, decorrente da iminência de concretização ou efetivação de uma hipótese de guerra."

Ressalta-se, do conceito acima, que a Mobilização só poderá ser empregada:

- no campo da Segurança Nacional;
- na iminência de concretização ou efetivação de uma HG (Hipótese de Guerra); e
- para completar e complementar a Logística Nacional.

É importante realçar que essas atividades se realizam "desde a situação de normali-

dade", significando afirmar serem *permanentes* as destinadas ao seu preparo ou planejamento (primeira fase da Mobilização) e *eventuais* as tarefas ligadas a sua execução (segunda e decisiva fase da mobilização).

Entre os beligerantes citados e o Brasil existem diferenças jurídicas, institucionais e doutrinárias, mas os inúmeros pontos de convergência na doutrina de Mobilização levam ao uso comum de:

- adoção de medidas e atividades de Mobilização sempre que a Segurança Nacional desses países o recomendar; e

- reforço da Expressão Militar com os meios necessários à garantia da sua Soberania e da Integridade do respectivo Patrimônio Nacional, mesmo com sacrifício do Desenvolvimento.

Como exemplo marcante poderia ser citado o emprego, pela Força Aérea Argentina, de aeronaves comerciais - com seu grande raio de ação e sofisticados sistemas de navegação - as quais propiciaram uma capacidade de reconhecimento aéreo no Atlântico Sul (esclarecimento oceânico), buscando localizar a armada adversária, nucleada em torno de dois navios aeródromos (HMS, Hermes e Invencible), e os transportes que demandavam a área de operações.

Outro exemplo, este britânico, foi a utilização dos navios

ingleses, Camberra, Queen Elizabeth II e Uganda, além de vários outros, para incrementar a força de transporte da fração da Armada Real Britânica, empregada na ação cognominada de "Operação Corporate".

Nos exemplos apontados, vê-se a roçada de meios empenhados no campo do Desenvolvimento (aviação comercial argentina e marinha mercante inglesa) para reforçar o da Segurança, com respaldo na legislação vigente em cada um desses países. Mas, como isso se passou? Fora decretada a Mobilização, total ou parcial, naquelas Nações?

Analise-se o que aconteceu em cada um dos países contenedores, começando-se pela Argentina.

A Lei de Mobilização (Lei Nº 17.649, de 25 Fev 68) e seu Regulamento (Decreto 4.247, de 19 Jul 68) permitiram a requisição dos meios materiais necessários para o incremento da Expressão Militar, dentro do espírito das Diretrizes Preliminar e Complementares de Mobilização. Trata-se, então, de instrumentos jurídicos anteriores à contenda e de providências planejadas na fase do "Preparo da Mobilização". Se não houve uma Mobilização Geral, pelo menos ocorreu uma Parcial, com a execução de medidas improvisadas. Porém, é fato sabido que as Forças Armadas Argentinas, utilizadas na

Operação Rosário, sofreram carência de inúmeros itens (munição em geral, alimentação, agasalhos etc.), não encontrados no comércio internacional e que a indústria local não conseguira fornecer, mostrando que a Mobilização Parcial realizada não chegara para complementar a Logística desse país eficientemente.

Enquanto isso, no Reino Unido, a experiência em guerras anteriores fez criar, em 1924, o Principal Supply Officers Committee para "coordenar as providências de suprimentos de guerra necessários às Forças Singulares e agilizar a utilização das indústrias britânicas com mais eficiência, durante uma emergência". Assim, apenas dois dias após o desencadeamento das ações bélicas prescritas pelo planejamento da Operação Rosário, foi aprovado, pela Rainha Elizabeth II, o Requisition of Ship Order 1982, como a regulamentação de emergência que se fazia imprescindível. Esse instrumento jurídico permitia requisitar, "para o serviço de Sua Majestade, qualquer navio britânico, assim como tudo a bordo dele, onde quer que estivesse". Com esse respaldo, cinquenta navios vieram reforçar a Royal Navy, requisitados em seguida, e nos quais foram realizadas as modificações julgadas necessárias, tais como:

- de transatlânticos de passageiros em navios transporte de tropa;
- de navios *porta-containers* e *roll-on-roll-off* em navios transportadores de aeronaves;
- de navio-escola para navio-hospital;
- de navios petroleiros em navios-tanques, destinados ao reabastecimento da Armada em operações no mar;
- INSTALAÇÕES (em quase todas Unidades):
 - de conveses de voo para helicópteros;
 - das conexões necessárias ao reabastecimento no mar;
 - de enfermarias, centros cirúrgicos de emergência e até de pequenos hospitais;
 - de grupos destilatórios, imprescindíveis à provisão de água potável;
 - de centrais de comunicações ou reforço das existentes;
 - da complementação dos sistemas de radar, de sonar e de navegação.

Tudo isso foi realizado em estaleiros e bases navais inglesas, durante dois meses, tendo sido conseguida a impressionante média de somente cinco dias entre a requisição do navio e sua partida para as operações

militares, com as modificações já realizadas. Além disso, para toda a Operação Corporate, não se conheceu deficiências no suprimento, e todo o material empregado foi produzido em seu parque industrial ou fabricado de insumos que já estavam ali estocados, através de processos logísticos rotineiros, incrementados ou não pela "Mobilização Parcial" ocorrida.

Como se pode inferir, essa eficiência foi conseguida através de um primoroso planejamento, efetuado "desde o tempo de normalidade" (Preparo da Mobilização) e do desencadeamento de providências, medidas e atividades, coordenadas pelo Estado, em perfeita consonância com os interesses maiores da Segurança Nacional (Execução da Mobilização). Assim, pode-se afirmar que uma Mobilização Parcial deve ter atendido aos desígnios ingleses.

E aqui, em nosso país, em que estágio se encontra o Preparo da Mobilização Nacional? Os planejamentos nacionais estão prontos? E completos? Atualizados? Respondem às necessidades?

Sem dúvida, ainda há muito para ser feito. Primeiro porque somente agora dispõe-se de uma Doutrina Básica de Mobilização Nacional, aprovada em 1987 pelo Presidente da República, mas ainda resta ser estabelecida uma Política Nacional

de Mobilização (o que fazer), uma Estratégia Nacional de Mobilização (como fazer) e as Diretrizes daí decorrentes.

Em segundo lugar, porque o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) está ainda em fase de implantação, como também seus Sistemas Setoriais e Ministeriais, à exceção do Sistema Setorial de Mobilização Militar, que já está implementado.

Em terceiro lugar, a despreocupação gerada pela pequena proximidade física dos últimos conflitos, agravada pela índole pacifista do povo e autoridades brasileiras, bem como a baixa probabilidade de concretização das Hipóteses de Guerra atualmente levantadas.

Os passos iniciais têm sido dados e precisam ser incrementados. Nesse sentido, julga-se pertinente a adoção das medidas preliminares abaixo descritas, que envolvem baixo custo:

- preparo de assessorias especializadas, em todos os níveis necessários;
- elaboração de projetos de legislação para complementar o amparo jurídico — exemplo, lei das requisições;
- ajustamento de estoques estratégicos, considerando os riscos de obsolescência e da deterioração;
- levantamento da capacidade do surto industrial;

- busca da perfeita integração da base industrial mobilizável (BIM) com as indústrias não envolvidas diretamente no esforço de guerra;
- definição das prioridades (necessidades) das Forças Armadas;
- minimização da dependência externa.

Essas medidas e outras que viessem a ser adotadas poderiam ser sintetizadas nos estágios seguintes:

1º estágio - levantamento pormenorizado das necessidades da Expressão Militar para permitir a resposta adequada a cada HG levantada;

2º estágio - aferição das possibilidades do parque industrial nacional e, ainda, o valor do surto industrial possível;

3º estágio - avaliação das potencialidades industriais, considerando as conversões e transformações viáveis; e

4º estágio - comparação das necessidades com as disponibilidades para atribuição de prioridades e/ou a escolha de alternativas, incluindo a hipótese de importação dos itens pendentes.

Após esse estudo comparativo, realizado com base em ca-

da HG levantada, poder-se-ia traçar a estratégia conveniente para que o esforço de Mobilização Industrial venha a propiciar o incremento necessário às Forças Armadas, aumentando sua tão desejada capacidade de dissuasão, e potencial para uma operação bélica.

Inicialmente, é necessário especificar como se passaria o "esforço industrial da guerra". Dentro do parque industrial nacional, a maior sobrecarga recairia na "base industrial mobilizável", que compreenda os setores:

- indústrias de material bélico, que produzem material específico de uso operacional militar;
- indústrias de interesse militar, que fabricam itens de uso eventual pelas Forças Armadas; e
- outras indústrias de interesse da mobilização, em particular aquelas que preparam peças e componentes também utilizados em itens de uso militar.

Assim, delineada a base industrial mobilizável, é fácil compreender que o esforço integral das indústrias de material bélico não seria mais importante que os esforços intrínsecos dos demais setores industriais - basta considerar que um pequeno componente pode impedir a utilização de um grande conjun-

to, e, ainda, que o apoio à comunidade civil não deverá ser negligenciado, durante a guerra.

Por isso, tornou-se de importância fundamental que agora, durante a paz – fase do Preparo da Mobilização Industrial –, seja realizado o completo cadastramento do parque industrial nacional (base industrial mobilizável + indústrias não envolvidas no esforço de guerra), catalogando sua linha de produção e o valor do surto industrial possível, sua potencialidade, os desdobramentos, conversões e transformações viáveis, enfim, todos os dados que possibilitem o completo planejamento da Mobilização.

Somente assim a Mobilização Nacional – e, em particular, a Mobilização Industrial – estaria cooperando com a manutenção da "Soberania Nacional" e se convertendo num poderoso fator de dissuasão.

BIBLIOGRAFIA

1. BASTOS, Théo Espíndola, 1984. *O Ser ou Não Ser do TIAR*. In: *A Defesa Nacional* 712, 15-108. Rio de Janeiro.
2. CASTRO, Therezinha de, 1984. *O Ser ou Não Ser do TIAR*. In: *A Defesa Nacional* 713, 11-23. Rio de Janeiro.
3. ——— *O Cone Sul e a Conjuntura Internacional*. In: *A Defesa Nacional* 712, 17-34. Rio de Janeiro.
4. "Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, Malvinas, Georgias Y Sauswich del Sur". C.A.R.I. 1983/85, 3 volumes. Buenos Aires.
5. DOBSON, Christopher, John Miller e Ronald Payne. *The Falklands Conflict*. Coronet Books, 1982. London.
6. GARCIA, G. Rigoberto, "La Cuestion de las Malvinas (Falklands)". "Institute of Latin American Studies", Occasional Papers, Junho 1982. Estocolmo.
7. GOYRET, José Teófilo, 1983. *El Ejercito Argentino en la Guerra de las Malvinas*. In: *Armas Y Geostratégia*, Maio 1983. Buenos Aires.
8. JAGUARIBE, Hélio 1982. *Reflexões sobre o Atlântico Sul*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional* 97-100, 5-21. Rio de Janeiro.
9. MENDONÇA, Almir Taranto de, 1983. *Áreas de Fricção Política na América Latina*. Rio de Janeiro. ECEME (monografia).
10. OLIVEIRA, João Roberto de. 1985. *Áreas de Fricção na América do Sul e seus reflexos na Segurança e Harmonia dos Subcontinentes*. In: *A Defesa Nacional* 731, 137-174. Rio de Janeiro.
11. TROTTER, Neville, 1983. *The Falklands Campaign Command and Logistics*. In: *Armed Forces Journal International*, Junho 1983.
12. TULCHIN, Joseph e., 1986. *A Guerra das Malvinas: Conflito inevitável que nunca deveria ter ocorrido*. In: *Revista Política e Estratégica* Out-Dez 1986. Rio de Janeiro.



JORGE LUIZ ABREU DO O' DE ALMEIDA – Coronel do Exército, da Arma de Engenharia (Aspirante-a-Oficial de 1956) e do Quadro de Estado-Maior das Armas (QEMS) – Turma de 1976. Estudou Gerenciamento Econômico-Industrial da Segurança Nacional do Industrial College Of The Armed Forces (Fort Mac Nair –EUA) e titulou-se analista de Sistema de Processamento Automático de Dados, pela Escola de Administração do Exército Norte-Americano (Fort Benjamin Harrison). Diplomado pela ESG –Escola Superior de Guerra (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia –1986), frequentou o Curso de Extensão de Comércio Exterior, do Instituto de Recursos Humanos da Fundação Getúlio Vargas (1987). Possui as seguintes condecorações; Ordem do Mérito Militar (Grau de Oficial), Ordem do Mérito Mauá – Comenda da Cruz de Mauá, Ordem do Mérito de Mato Grosso, Medalha Militar (Ouro), e Medalha do Pacificador. Comandou, por três anos consecutivos, o 9º Batalhão de Engenharia de Construção (Guiabá-MT). Atualmente é Chefe da Divisão de Assuntos de Mobilização da ESG.



Faça um flagrante da sua vida. Tem um Volkswagen nela.

É a pura verdade: onde quer que você vá por este Brasil afora, você encontra Volkswagen, muitos Volkswagen, milhões de Volkswagen. Dois motivos para essa popularidade: primeiro, porque existem mais de 40 mil pessoas trabalhando dia e noite para isso - o imenso time de funcionários e

operários Volkswagen, segundo, porque há muita gente à espera do resultado desse trabalho que chega até você em forma de Santana, Saveiro, Quantum, Voyage, Parati, Gol, Kombi, etc. Assim, por uma simples questão de causa e efeito, há muitos anos a marca Volkswagen faz parte da vida de

todos nós. Tente lembrar um momento sequer onde não aparece um Volkswagen. Difícil, não é?



VOLKSWAGEN
Você conhece, você confia.



AS RELAÇÕES PORTUGAL- BRASIL, A CEE E A OTAN

Mário César Flores

O ingresso de Portugal na Comunidade Econômica Européia (CEE) tem sido visto, com exagerado otimismo, como a conquista, pelo Brasil, de uma ponte que facilitaria a prestação no mercado europeu de seus produtos de exportação.

Até onde tem sentido essa interpretação? Até que ponto Portugal estaria em condições de assumir o papel que lhe querem atribuir? Que reflexos terá, nas relações Portugal-Brasil, o atendimento, ou não, da expectativa brasileira?

o artigo é transcrição da "Revista Marítima Brasileira" (Edição Jan/Mar 88) e foi escrito logo após um seminário sobre as relações Brasil-Portugal ocorrido em Lisboa, no fim de outubro de 1987, sob o patrocínio do "Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais" daquela cidade, ao qual compareceu o autor.

O ingresso de Portugal e Espanha na Comunidade Econômica Européia (CEE) tem produzido algumas especulações sobre sua influência no relacionamento da Comunidade com a América Latina. Teria cabimento prático a idéia de que Portugal e Espanha seriam úteis como ponte entre os membros da CEE e os países americanos de origem hispânica e portuguesa?

A resposta afirmativa a essa pergunta pressupõe existirem vínculos ibero-americanos aliçados na História e na Cultura, suficientemente fortes tanto para compensar a fragilidade do intercâmbio econômico atual e previsível, como para superar efeitos negativos de interesses portugueses e espanhóis porventura não afinados com os do Brasil e de seus vizinhos de língua espanhola. As reflexões

deste artigo se referem a essa interação de possibilidades e limitações, que transcende a perspectiva da CEE porque, no quadro internacional hoje vigente, em que os países europeus mais importantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) são também os que mais pesam na Comunidade, não há como tratar os interesses econômicos sem considerar simultaneamente os de segurança. Restringir-me-ei ao caso luso-brasileiro, embora a idéia da *ponte ibérica* venha tendo trânsito mais intenso na Espanha e em países de língua espanhola do que em Portugal e no Brasil.

O regime de discriminações comerciais gradativas da CEE situa a América Latina acima apenas do bloco socialista. Tal situação obviamente compromete a exportação brasileira para a Comunidade: além de não ter crescido nos últimos anos, ela tem sofrido pequenas reduções setoriais. Impõe-se, portanto, avaliar se o ingresso de Portugal na CEE pode reduzir a discriminação e seus efeitos, em benefício do aumento da exportação e do atual superávit pró-Brasil, únicos anseios brasileiros realmente objetivos e úteis na presente conjuntura econômico-financeira do País. Teria Portugal alguma possibilidade de agir concretamente em prol dessa meta e, ademais, teria Portu-

gal predisposição para tanto?

Explico essa última parte da pergunta, um tanto estranha para nossa tácita, mas raramente bem avaliada propensão a admitir uma permanente lua-de-mel luso-brasileira: se o desenvolvimento do Brasil e a evolução tumultuada de seus valores culturais vêm debilitando os alicerces tradicionais da nossa ligação a Portugal, por que a presente fase de regozijo econômico e de agitada evolução de valores culturais em Portugal não produziria lá tendência similar? Realisticamente e sem concessões a utopias de fundo emocional, até que ponto nos seria lícito esperar a prevalência de uma hipotética e mútua fidelidade histórico-cultural, na ausência de firmes interesses materiais ou, até mesmo, contrariando interesses materiais e de segurança?

A vida política e cultural portuguesa foi, até o fim dos anos 60 e do império na África, muito influenciada pela idéia de um Portugal atlântico, voltado para o mar e para o seu passado imperial. É óbvio que num quadro dessa natureza tinham melhores condições de sobreviver, por si próprios, os estreitos liames histórico-culturais com o Brasil, oriundos de um passado comum rompido sem ressentimentos graves e alimentados pelo fluxo migratório e cultural (este último em mão dupla, a partir dos 1920

ou 30, mas até então quase que somente em mão única, como o demográfico: do Norte para o Sul). Mas a situação já não é a mesma e passo a dizer porquê.

Cito inicialmente um singular corolário do tradicional e majoritário conservadorismo português, que vive ainda o susto do 25 de Abril de 1974, ao ponto de continuar sendo cultivada, em Portugal, a idéia de ameaça comunista tal como era percebida nos anos críticos da guerra fria e já suavizada na maioria dos demais países *ocidentais*. Por isso, Portugal é hoje um entusiasmado membro da OTAN, para cuja operacionalidade ele concorre, principalmente com posições e facilidades de apoio, por ser modesta sua capacidade militar. Esse entusiasmo é transparente no orgulho de sediar o IBERLANT – teatro atlântico regional da OTAN – próximo da Península Ibérica e do Marrocos, e de ter um almirante português em seu comando. E é transparente também na pouca controvérsia política e pública sobre a presença de instalações e forças da OTAN no país, a qual tende a aumentar com a crescente rejeição das bases e forças norte-americanas na Espanha. Note-se que essa presença e o próprio engajamento militar português na OTAN respaldam um razoável ingresso de recursos externos e meios militares em Portugal, pois bases e

forças implicam em despesas locais elevadas, e quanto às Forças Armadas portuguesas, seu aprestamento está sendo ajudado pela Organização.

A juventude, ainda mal assimilada no *establishment* conservador – etapa costumeira do desenvolvimento mental do homem –, talvez não compartilhe de forma irrestrita da opinião e da atitude política dos que efetivamente controlam o país. Esses, porém, sejam eles do moderado socialismo português do Presidente Mário Soares, ou do majoritário partido centrista do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, com certeza prestigiariam as preocupações da OTAN, conforme hoje entendidas em Portugal, num hipotético confronto entre interesses dessa Organização ou de seus principais países-membros e da América Latina.

Em segundo lugar, destaco que a sociedade portuguesa – como de resto também a brasileira – vive hoje um processo de exaltação das vantagens materiais, do consumismo e do conforto, em detrimento dos valores portugueses tradicionais, fundamentados no trabalho assíduo, na humildade espartana e na religião. Essa tendência compulsa Portugal a ter esperanças na CEE, compulsa-o a esperar da Comunidade um retorno material compensador, que incremente o bem-estar por-

tuguês, definido pelos parâmetros da presente ótica de valores em revisão.

O fato é que a associação das supostas vantagens econômicas da CEE, com o retorno econômico — esse já efetivo — do engajamento na OTAN (sobretudo da concessão de facilidades de apoio à Organização), está produzindo em Portugal uma eufórica esperança num futuro mais rico, cujo preço, aparentemente não muito bem discutido com a sociedade, implica em algum grau de dependência estratégica e econômica, inerente à condição de sócio fraco. Tem-se a impressão de se ver reeditado, no fim do século XX, um Tratado de Methuen mais completo, econômico e estratégico, sem que exista agora um império ao qual seria repassada parte dos custos de dependência... E implica também numa possível deterioração dos laços com a comunidade de origem lusa, cujas preocupações e interesses não necessariamente coincidem ou coincidirão com a visão portuguesa de membro entusiasmado da OTAN e membro esperançoso da CEE.

A posição portuguesa na votação da Resolução 41/11-86 da ONU (Atlântico Sul, Zona de Paz e Cooperação), provavelmente influenciada pelas idéias de segurança da OTAN, ilustra o enfraquecimento dos laços luso-brasileiro-africanos, pois Portu-

gal se absteve (tal como outros membros da OTAN) e o Brasil, Cabo Verde, São Tomé/Príncipe, Guiné Bissau e Angola aprovaram a Resolução — embora Angola não esteja honrando seu voto, talvez porque não possa abandonar agora seu atual esquema de defesa. Outro exemplo ilustrativo: ouvi de respeitadíssimo pensador estratégico português que a Portugal interessava a vitória inglesa em 1982 por ser a Inglaterra um país da OTAN, pouco importando a Argentina para a segurança portuguesa.

Essa opinião preocupa, à medida que ela reflete um estado de espírito, pois é provável a ocorrência de confrontos de interesses entre países da OTAN ou CEE e do Hemisfério Sul, embora não devam chegar à instância bélica atingida nas Malvinas. Assim, na presente conjuntura de valores e esperanças portuguesas, na qual merece destaque o suave *interface* entre interesses e preocupações da OTAN e da CEE, como se posicionará Portugal se tiver que optar entre os EUA/Europa Ocidental e a velha comunidade de origem lusa? Com quem se alinhará Portugal em questões controvertidas, como o direito do mar, Antártica e presença militar de grandes potências no Atlântico Sul? Estará com os EUA, a Inglaterra e a República Federal Alemã, ou com o Brasil,

Cabo Verde e Angola?

Finalmente, chamo a atenção para um fenómeno que fortalece a inserção portuguesa na OTAN e CEE, favorecendo, em contrapartida, o enfraquecimento de outros laços mais antigos e menos importantes sob as perspectivas económica e estratégica. Refiro-me ao abalo imposto à cultura portuguesa, de que o Brasil herdou muitos valores, pelos meios de comunicação de massa, sobretudo pela tevê, na qual tende a predominar a influência norte-americana, secundada pela dos países mais ricos da CEE. Nesse contexto, é desagradável, por exemplo, constatar a existência de uma felizmente ainda pouco expressiva reação portuguesa aos teleprogramas brasileiros, que, embora não se harmonizem rigorosamente com os conceitos vigentes em Portugal, certamente se harmonizam mais (por quanto tempo mais?) do que os *enlatados* norte-americanos, franceses e ingleses...

Reconheço que a estrutura cultural brasileira sofre abalo mais grave, mas era de se supor que a portuguesa conseguiria resistir melhor, por ter sido consolidada ao longo de muitos séculos e estar sendo *atropelada* com menos intensidade do que a nossa. Penso que sua aparente vulnerabilidade é alimentada não apenas pelo *entusiasmo europeu* de Portugal, mas também

pelo descomprometimento com um dos alicerces do velho caráter nacional português, o sentimento de nação marítima e imperial, por parte dos jovens que não chegaram a viver o império. Jovens esses que, pelo contrário, tiveram sua formação afetada negativamente pela reação ferida e ressentida da geração anterior, duramente atingida pelas guerras da África.

Aqui volto às perguntas do início do artigo: ao menos nos limites do meu entendimento a respeito, não vejo por que esperar um incremento do intercâmbio económico entre o Brasil e a CEE, pela *ponte portuguesa*. Pelo contrário, corremos o risco de ver os laços histórico-culturais progressivamente mais atingidos pelo comprometimento do já fraco comércio luso-brasileiro, que enfrentará tanto a concorrência dos mecanismos protecionistas internos da CEE como, via CEE, dos definidos nos Acordos de Lomé, que beneficiam a África. O comércio luso-brasileiro acabará cerceado até mesmo pelas medidas discriminatórias a que Portugal deu sua concordância, ao ingressar na Comunidade. Por tudo isso, temo (e o digo com muito pesar) que o ingresso na CEE talvez venha a ser mais um fator de afastamento de Portugal do Brasil, do que de aproximação do Brasil da CEE.

É possível, e até mesmo pro-

vável, que não continue intenso por muito tempo o presente *romance* entre Portugal e a Europa, cujo corolário, insisto, é o desvanecimento do *romance* antigo, com o Atlântico e os países a que Portugal deu vida. Hoje há clima para o entusiasmo de Cavaco Silva pela CEE e pelo crescimento da presença da OTAN em Portugal. Mais uma vez superada a síndrome da ameaça comunista e soviética (o que, caso prossiga o presente degelo americano-soviético, acontecerá no mais tardar quando a geração formada depois de 1974 assumir as rédeas nacionais) e iniciada a *desilusão* com a CEE, o *romance* europeu e norte-atlântico vai esmorecer.

Em síntese: a alta temperatura atual desse *romance* não resistirá incólume a 10 anos de Gorbachev e glasnost, ou aos primeiros abalos nos sonhos econômicos que vierem a ser prejudicados pela condição de sócio fraco e pela redução dos mecanismos compensatórios da CEE. Não resistirá incólume à percepção de que o posicionamento de Açores no WES-
TLANT (Teatro Atlântico Ocidental da OTAN), e não no IBERLANT, tem reflexos estranhos à mera conveniência estratégica, reflexos que não beneficiam a longo prazo a unidade portuguesa. Não resistindo incólume ao reconhecimento de

que, a despeito da retórica da CEE, para os países da Europa, Portugal continua a ser, acima de tudo, o país do vinho do Minho e Douro, do azeite alentejano e do sol do Algarve; continua a ser um país periférico coadjuvante.

Entretanto, quando esmorecer o entusiasmo pela Europa, o mundo luso-brasileiro talvez já esteja demasiado ferido. Para evitar isso, ou ao menos para reduzir as feridas, resguardando-se assim um patamar adequado ao início da convalescença, convém que o Brasil não alimente ilusões de ganhos com a entrada de Portugal na CEE, reconhecendo realisticamente que faltam a Portugal condições objetivas — influência ponderável na Comunidade — e subjetivas — empenho e convicção nacional — para ajudar a promovê-los. E convém que Brasil e Portugal se esforcem por preservar algo de seus combalidos laços tradicionais, apesar da atual precedência obsessiva dos parâmetros econômicos nos dois países e da preocupação portuguesa com a ameaça soviética.

Esse esforço terá que ser mais voltado para os campos políticos e cultural, pois, como se depreende das considerações anteriores, é pequena, embora não definitivamente nula, sua provável eficácia no econômico. Ele deve abranger cuidados que evitem a tomada de posições

adversas aos interesses e às preocupações importantes de um e outro. São exemplos de interesses e preocupações brasileiros importantes: direito do mar, Antártica, extensão das atividades da OTAN a latitudes mais ao sul do que o trópico de Câncer e, se é que Portugal tem essa opção, a não adoção, por Portugal, das discriminações comerciais da CEE, talvez uma medida de pequena expressão absoluta no comércio externo brasileiro, mas de forte expressão política e na opinião pública. E deve incluir também expressivos privilégios constitucionais de cidadania a brasileiros em Portugal e a portugueses no Brasil, a aprovação de um acordo ortográfico, que, é claro, nunca será *pacificamente* aceito por todos os filólogos, e a melhoria da operacionalização prática do intercâmbio cultural — talvez a providência mais importante no longo prazo —, com medidas que reforcem programas de toda ordem e que ajudem, inclusive, a viabilizar a indústria editorial no idioma português.

Ainda a título de exemplo de intercâmbio útil à preservação possível dos laços luso-brasileiros, valeria mencionar também a

prática de ações conjuntas, sempre que politicamente aceitáveis para todos os atores, de apoio aos países da África subsaariana de origem portuguesa. Trata-se, é claro, de empreendimento difícil e complexo, mas ele seria adequado ao propósito ora sob enfoque, na medida em que a cooperação portuguesa não arrastasse atrás de si os inconvenientes para o Brasil e o Atlântico Sul, da vinculação de Portugal à OTAN. Inconvenientes esses que, diga-se de passagem, sugerem como adequada para exercícios navais conjuntos (a que as Marinhas portuguesa e brasileira se sentem estimuladas até por sua longínqua origem comum) a área ao sul do trópico de Câncer (limite da OTAN) e ao norte de Cabo Verde (limite do Atlântico Sul oriental político e estratégico).

Em suma: Brasil e Portugal têm que adotar, com ampla visão política, medidas e providências capazes de manter vivos os laços da aproximação hoje factíveis, para as quais, insisto, pouco contribuirão, se é que não contribuirão negativamente, o comércio com Portugal e os efeitos da entrada de Portugal na CEE sobre o comércio do Brasil com a Comunidade.

Mário Cesar Flores é almirante-de-esquadra da Marinha Brasileira.



FORÇAS ARMADAS: APENAS SEGURANÇA EXTERNA?

Nelson O'de Almeida

O presente trabalho foi apresentado, pelo autor, no seminário "A Segurança Nacional dos Países da América Latina", realizado pelo Centro Latino-americano de Estudos Estratégicos, em Querétaro, México, maio de 1987.

"A guerra é improvável, mas a Paz é impossível"
(R. Aron.)

O ETERNO CONFLITO

SE Rogers viu o *homo sapiens* como basicamente bom, buscando interações sociais suaves e equânimes, Morin chegou a definir o *homo demens*, não tão bom, tal a capacidade que lhe reconhecia.

O fato é que, quando pareceu-lhe mais eficiente "cercar" as presas e veio a caçar em duplas, quando se organizou em torno de um interesse comum, o homem passou a vivenciar dois sérios problemas: o das relações de poder (já que alguém teria de chefiar a dupla, de to-

mar as decisões) e o dos conflitos de interesses pessoais. A natural hierarquização de conhecimentos, das habilidades, dos desejos, geraria conflitos, fossem eles pessoais, grupais, organizacionais ou políticos. Os grupos primitivos ampliaram o número de participantes, defenderam áreas geográficas, desenvolveram culturas e se especializaram conforme suas naturais capacidades. O homem foi, mesmo, capaz de engendrar a filosofia, de tornar-se apto a atingir outros planetas (e a destruir totalmente aquele em que habita) e, ainda, organizar relações sociais a que se via obrigado pelos padrões de vida que almejava, mas jamais logrou eliminar os conflitos básicos de interesses ou as idéias de ordem, de hierarquia, de autoridade, inerentes mesmo à própria interação social. Da disputa pela autoridade do microgrupo, passou à luta pela posse da melhor terra, da de água mais abundante ou daquela mais rica em caça, para culminar na busca da hegemonia entre os grandes grupos e, afinal, entre as nações.

Assim, tem-se dito que a história da humanidade pode ser estudada pela história das guerras e não foi sem razão que uma nova ciência — a Polemologia — teve de nascer. Lênin, ao dizer que "... a paz é a continuação da guerra...", seguia

Maquiavel que dizia ser a guerra "... uma continuação da política, por outros meios". Morgenthau¹ afirmava que "...a paz e a guerra formam um contínuo e não são domínios separados", para logo acrescentar que "Poder pode ser *qualquer coisa* (grifo nosso) que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem: cobre, portanto, todas as relações que sirvam a uma tal finalidade, desde a clássica violência física até às mais sutis ligações psicológicas".

Quando esse poder é exercido para estabelecer e manter o controle de nação sobre nação, viu-se o estender, agora aos macrogrupos, da mesma classe de fenômenos observados nos microgrupos primitivos: os permanentes conflitos de interesses, de culturas, ideológicos e econômicos, o que quase sempre terminava em conflito militar. É bem certo que o Direito e os foros internacionais — e mais que tudo, os altos níveis de cultura — têm prestado inestimável auxílio para a resolução pacífica, racional, de um sem-número de problemas. Mas é preciso não esquecer os clássicos, para estar-se na história mais recente:

"A guerra é um conflito internacional permanente, que subordina todas as forças de poder do Estado e

cujo objetivo supremo é a vitória da revolução comunista em todas as nações" (Lênin).

"Todo poder, militar ou não, serve ao propósito único de modificar a vontade de outra nação" (Morgenthau).

Para Sir F. Howard, deão da Universidade de Londres:

"O desejo, a aquisição e o exercício do poder são a matéria-prima da política, tanto nacional quanto internacional. As relações internacionais serão, sempre, um delicado ajustamento de poder a poder, um mútuo explorar de intenções e de capacidades, buscando e preservando um senso de ordem que, embora não satisfaça a ninguém, seja tolerável para todos".

Focalizando apenas o conflito clássico do mundo bipolar, pode-se alinhar algumas das "diferenças notáveis" de Brown²:

Esquerda:

Lealdade ao grupo
Suspeita da família
Exaltação à liberdade
Feminismo
Liberdade sexual
Cosmopolismo
Socialismo
Críticas às tradições
etc.

Direta:

Lealdade a uma figura
Exaltação à família
Disciplina e ordem
Antifeminismo
Restrição sexual
Patriotismo
Propriedade privada
Exaltação às tradições
etc.

Pode-se, assim, imaginar o quanto ter-se-á de andar para se obter um encontro de consenso, a meio caminho...

O mundo, afinal, deixou de ser bipolar e já muito se aprendeu desde a "coexistência pacífica" e, também, com as enormes necessidades não-atendidas de quase metade da população do planeta. Permaneceram, entretanto, os conflitos básicos — quase tão intocados quanto antanho — e as diferenças de gostos, de desejos, de ideologias, de culturas, de economias e de potenciais disponíveis parecem confirmar que a história da humanidade vai mesmo confundir-se com a das guerras, já que, segundo Cluttbuck:

"Embora se busque evitar um conflito nuclear, não há sinais de que se pretenda impedir as guerras limitadas ou as guerras civis."

A GUERRA PSICOLÓGICA

"Since willingness to surrender is a state of mind, all these different means (military, economic or the like) are used just to bring about a change of mind."

(E. G. Boring,)

Examinando-se o fenômeno que se convencionou chamar "guerra", identifica-se um curioso atributo que nem mesmo a filosofia helênica ou o racionalismo do século XX conseguiram eclipsar. Tem-se estudado Aníbal, Alexandre, Cipião, César, Souboutai, Tamerlão, Belisário, etc., como se tem analisado Gonçalves de Cordue, Marlborough, Turrene, Luddendorf, Gustavo Adolfo, Napoleão e Hitler — todos supostamente mesmos no emprego da violência organizada. Mas, se muitos deles, se não todos, estavam conscientes do "atributo constante" de qualquer tipo de guerra, os cantores de seus feitos localizaram sempre o uso da força: Clausewitz, Jomini, Maquiavel, e mesmo Douhet trataram, em princípio, de como conduzir a aplicação da violência física. Notável é ter-se Liu Chi, Sun Tzu, Lao Tsetung, Vo Nguyen Giap e Ernesto Guevara deduzindo e modificando a finalidade básica da guerra, o "atributo constan-

te": ao invés de destruir o inimigo, dominar os mares ou controlar os ares (e, hoje, o espaço), preferiram o seduzir, o persuadir, o obter a concordância do inimigo — o que, afinal, representa a finalidade mesma de qualquer tipo de guerra.

Os próprios analistas ocidentais chegaram a reconhecer esse conteúdo intrínseco:

Para Liddel-Hart³ "... (a ação indireta) está intimamente ligada aos problemas da influência de mente sobre mente, fator da máxima importância na história da humanidade".

Em Clausewitz⁴ lê-se que "A guerra é um ato de força para compelir o inimigo a aceitar a nossa vontade e isto inclui dois elementos: o ato de força e a ação psicológica."

Para De Saxe⁵ "... a solução está no coração dos homens: sem conhecê-lo e conquistá-lo, vai-se depender sempre da sorte das armas."

Douhet⁶ acreditava que "... o inimigo só é vencido ao se lhe quebrar a resistência moral."

Belisário, repetindo Sun Tzu, dizia que "A vitória

mais feliz é aquela que compele o inimigo a abdicar de seus desígnios sem que, para tanto, se sofra qualquer dano."

Timmermann⁷ observou que, "para vencer o inimigo, sua determinação de resistir deve ser destruída, independentemente de que sua capacidade física para fazer a guerra permaneça intacta."

Em Wüst⁸ a conclusão é a de que "(na guerra cabe atacar...) a coesão anímica do povo o que, em última análise, é o que decide a luta pela sobrevivência."

Deve-se concluir com Penna⁹ que "...tais recursos (psicológicos) poderiam e deveriam converter-se nos instrumentos principais da atividade bélica, transformando-se os equipamentos mecânicos (o armamento) em simples coadjuvantes subsidiários."

Embora reconhecendo o "atributo constante" — o componente psicológico — em todos os tipos de guerra, os analistas ocidentais concentraram-se no ato de violência e desenvolveram, assim, as operações "contraforça"; os estrategistas orientais aceitaram que, sendo a

guerra uma luta entre vontades e não entre exércitos, seria mais vantajoso dedicar-se a subjugar vontades e desenvolveram as operações "contravalor."

Não era sem razão que Napoleão dizia que "*Quatre jours neaux peuvent faire plus de mal a l'ennemi qu'une armée de cent mille hommes.*" Goebbels, por seu turno, descrevia a propaganda como a arma que "...preparava o caminho de Stukas e das Panzer para, afinal, concretizar-lhes os êxitos."

Por isso, é natural que a preocupação dos comandantes de hoje esteja centrada, como disse Miskov Filho¹⁰ "...muito mais que o preparo físico, muito além da perícia no tiro ou a habilidade tática, a guerra moderna exige do combatente um preparo moral intenso, para torná-lo menos vulnerável ao impacto dos ataques psicológicos do inimigo."

Até o século XVIII as guerras eram assunto de governo e não do povo, seu instrumento. Napoleão falava em "guerra total" porque lhe parecia que ela deveria envolver a toda a nação. Mao, por sua vez, diria que a guerra é total porque estaria dirigida a todos e a cada um dos inimigos, individualmente. Contudo, entretanto, a Clausewitz continuou a definir o que já era conhecido de Sun Tzu — e fora usado estrategicamente por Liu Chi ao unificar a China de 220 a.C. e, por

riormente, por Mao, ao comu-
zã-la — a “Trindade Notável”,
to é, o Povo, o Governo e o
ército. Enquanto não houves-
comunhão de ideais e aspi-
ções — e a Trindade não se
rnasse Notável — qualquer vi-
ria lhe parecia improvável e
qualquer guerra um desastre.
ão importante pode ser a
indade ficou bastante claro no
etnam ou nas Malvinas.

Quando se tem de reconhe-
r a existência, programada ou
o, de ameaça psicológica, de-
r-se-ia, ao menos, ter plane-
das medidas que permitissem
sociedade, ao Governo e ao
ovo “sobreviver” cultural e
eologicamente, do mesmo
odo como se o faz prevenindo
ameaças físicas. Se o protes-
pacifico de um Gandhi pode
r facilmente reconhecido, se
versos grupos *pro pax* são
almente pacifistas, bem mais
mplexo — e envolvendo, man-
toriamente, análises multidis-
iplinares — é o identificar-se se
propostas de uma nova peça
teatro, uma moderna cartilha
ra a alfabetização de campos
ses ou o “efeito demonstra-
o” de certos anúncios e de
terminadas novelas de TV são
almente artísticos, incidentes
ramente aleatórios ou se es-
o seguindo um padrão de
roveitamento sistemático,
mbora disfarçado, das “dife-
nças notáveis” de Brown, com
finalidade última de impedir

ou de destruir a cristalização da
“Trindade” de Clausewitz. É
sempre muito atraente o concei-
to de liberdade (principalmente
quando ilhado das inerentes
responsabilidades) como o é o
de direitos (maxime quando se
omitem os deveres); isto tem
conduzido, especialmente as
culturas mais jovens e instáveis,
à confusão entre, por exemplo,
“liberdade” e “licenciosida-
de”...

As próprias religiões organi-
zadas — embora não se espere
que sejam “o ópio do povo” —,
ao abandonarem suas clássicas
missões teológicas de apoio e
de orientação espiritual, de pre-
servadoras do Bem e da Paz,
passando, diuturnamente, à dis-
cussão de problemas sociais
imediatos, comprometem suas
credibilidades carismáticas,
suas inviolabilidades e seu im-
portante papel aculturador. A
“nova” igreja Católica Apostóli-
ca Romana, por exemplo, tem-
se dedicado, ativamente, a prá-
ticas quase partidárias a fazer-
se de foro paralelo e... relem-
brando a “Santa Inquisição”, a
tomar como missão a investiga-
ção e o policiamento das ações
dos governos.

Além do mais, com os atuais
desenvolvimentos dos meios de
comunicação de massa, com a
falácia da “verdade” da câma-
ra de TV, com as técnicas
hoje disponíveis de controle
e mudança de atitudes — todos

capazes de antepor-se à "Trindade Notável" – bem como os avanços da ciência psicológica e, mesmo, da parapsicologia, parece que não é afinal tão falsa a antevisão de Doubert de que "...domani il progresso delle scienze psichiche non possa fornire al comandante supremo di una nazione i mezzi d'imporre la propria volontà – telepaticamente – al comandante supremo nemico." (ob). Tem-se focalizado a atenção nos conflitos econômicos, nas ameaças físicas, militares; as atenções têm-se concentrado na intervenção americana em Granada ou na ocupação russa do Afeganistão... Mas, enquanto isso "...a arma psicológica, muito mais sutil e insidiosa, está livre para destruir o ser humano não no físico, mas naquilo que tem de mais precioso: a mente!."¹¹

NOVAS AÇÕES MILITARES

*"Mata um e assustarás
dez mil"
(provérbio chinês).*

A manhã de 23 de outubro de 1983, em Beirute, foi abalada pelo que o FBI definiu como "a maior explosão convencional jamais vista". Um caminhão com seis mil quilos de TNT, passara três perímetros defensivos sem ser molestado e arre-

messara-se a 70 km/h sobre o QG da Força de Desembarque dos Fuzileiros Navais americanos, causando 241 mortes, mais de 150 feridos e, praticamente demolindo completamente o prédio.

Uma ação terrorista havia superado a vantagem militar teórica de uma unidade anfíbia completa – apoiada por um navio-aeródromo de ataque, dois navios de escolta, inclusive um couraçado, além do processamento de informações de uma potência hegemônica – para resultar em uma vitória política de vulto (abalo da coesão interna do povo e do Congresso americano) e de alta importância estratégica (revisão da política americana para o oriente médio).

O terrorismo, entretanto, não tinha de novo: unido à guerrilha (fazendo parte de) sua composição – a guerrilha – já foi cantado por Heródoto e Sun Tzu. Spartacus, há 2000 anos, liderou uma revolta de escravos; Citas, em 512 a.C., resistiram à ocupação persa através da guerrilha e do terrorismo. Os irlandeses resistem, desde o século XI, à ocupação britânica; Francis Marion consagra-se, durante a independência americana, como líder guerrilheiro, fazendo Cornwallis retirar-se para a rota de Yorktown.

No século XIX já se percebeu todo o potencial e a impo-

tância política da guerrilha e do terrorismo, desenvolvido através da história dos "Cabelos Longos", na China, da Guerra dos Boeres, na África do Sul, de Lawrence, na Arábia. O século XX registraria os *partigiani*, os *maquis*, Fidel Castro em Cuba, os *viet Mim*, etc. Mao, na China, afinal só foi retardado pela ocupação japonesa... Como novidade aparece a guerrilha urbana e as ações táticas não mais estariam voltadas contra as tropas, os depósitos, as fábricas, etc., mas especialmente contra os homens, através de assassinatos seletivos e seqüestros — ações que, afinal, serviram de guia à atuação de Leumi, na Palestina de 1945. Na Indochina (e repetindo a má estratégia francesa), enquanto Westmoreland empenhava-se em operações de "caça e destruição", Giap pretendia apenas fustigar, durar e destruir a "Trindade Notável" americana — o que consegue com o auxílio das redes de TV... do inimigo! Uma nova era, um novo (?) tipo de combate viera à luz e, agora, como diria o Alte R. J. L. Long¹² definindo o terrorismo de Estado: "(passara a existir)... uma arma definitiva, que permite à nação de poder militar inferior atingir um certo grau de paridade estratégica com as grandes potências mundiais. Para um número crescente de países, o terrorismo tornou-se uma alter-

nativa na condução dos negócios de Estado: de fato uma alternativa para a criação de grandes e sofisticadas Forças Armadas convencionais. Além disso, os terroristas são agentes cuja associação com o país-sede pode ser facilmente negada... não colocando sua população e seu território em graves riscos".

Clutterbuck,¹³ após reconhecer e definir seis diferentes manifestações de conflito, em nossos dias, acreditava ser necessário atentar para que:

"A TV é, sem dúvida, um dos fatores que mais pressionam os governos, pois é através dela que a violência terrorista é levada à população interna e externa."

"Com a atual comunicação de massa, o provérbio chinês torna-se: "mata um e assustarás dez milhões".

"Nada faz um terrorista sentir-se mais importante e útil que ter Ministros e Chefes de Polícia negociando com ele, frente a câmaras de TV... e tendo que ceder às suas exigências."

É fácil perceber-se — e já que a guerra é um ato psicológico — como os meios de comunicação de massa sustentaram a vida e ampliaram o potencial do terrorismo. Usualmente, esses meios nem mesmo concordam com as ações ou com as propostas vei-

culadas, mas tornam-se objeto de exploração fácil, pela própria "neurose da notícia", dando *status* aos terroristas, difundindo-lhes as idéias e as técnicas, quando não informando, inadvertidamente, sobre os planejamentos de segurança.

Já se passou algum tempo desde que Carlos Marighela, em seu "minimanual" de guerrilha urbana", resumia a ação terrorista como sendo a de "... criar uma situação interna em que o governo não tenha outra opção que não o uso de medidas repressivas sempre maiores, através de distúrbios "legais", de danos à propriedade e de perdas de vidas humanas. O objetivo é tornar a vida insuportável para o povo, transformando uma situação política em uma situação militar." Hoje, há de reconhecer-se, com o Alte Long, que "... o terrorismo de Estado estabelece-se como eficiente forma de guerra."

A SEGURANÇA INTERNA

"O Exército constitui-se na última defesa do Estado contra a destruição interna"
(Gen Clutterbuck)

Desde que passou a chefiar o bando e teve de defendê-lo do

ataque de animais ferozes, o "Chefe" buscou amigos fortes que o pudessem auxiliar na árdua tarefa. Para equilibrar os encargos, houve necessidade de desenvolver-se um conjunto de "tabus" (de regras) que tornassem essa proteção mais eficaz. Criado um corpo de leis, haveria de existir um responsável pelo seu cumprimento e uma sistemática que garantisse a reeducação ou a coação dos infratores. Na ótica de Clutterbuck "... logo que estes Chefes passaram a desempenhar suas funções, apareceram dissidentes que, julgando-se injustiçados, vieram a desafiar suas autoridades. Cedo eles iriam descobrir que o "Chefe", como indivíduo, era tão vulnerável às armas quanto os animais que caçavam." Como forma de defender-se e poder fazer cumprir a lei, apesar dos dissidentes, os chefes acabaram por aglomerar em torno de si grupos de amigos fortes e confiáveis que se encarregavam de manter a ordem e protegê-lo fisicamente. Quando tribos vizinhas pretendiam disputar-lhe as regiões de caça, essa mesma "guarda pretoriana" era a primeira linha de defesa — estavam criados os exércitos! De fato, eles se confundiam com o próprio chefe. Até a Revolução Francesa isto é muito claro: o Rei é também o General, e o Exército se confunde com a Polícia. A defesa interna é praticada pelos próprios ca-

valeiros que defendem o reino. Em verdade, a necessidade de defesa interna teria precedido a de defesa externa!

Após 1967, o recrudescimento da guerrilha, principalmente a urbana, apresenta um novo e delicado problema: o incômodo e o cerceamento impostos ao povo em geral, com as medidas preventivas e repressivas contra o terrorismo e a guerrilha. Os governos, além de terem de dosar muito habilmente tais medidas, viam-se obrigados a investir fortemente em estruturas de informações, de polícias especializadas, de relações públicas, que permitissem identificar, controlar e explicar as ações que deveriam ser praticadas. Se os objetivos dos seguidores de Marighella ainda são, como parece, os de tornar "a vida do povo insuportável", é imprescindível que as ações preventivas e repressivas não se venham a somar aos amargores da população e jamais permitir transformar-se "uma situação política em situação militar".

As Polícias tiveram de ampliar-se e especializar-se — como o fez a alemã após Munique — e ganhar âmbito nacional. Algumas nações criaram, a altos custos, uma outra organização entre a Polícia e o Exército, para evitar que este fosse chamado a intervir internamente e, assim, desviado de sua missão precípua ou

se desgastasse frente ao público, quebrando a "Trindade". As *Compagnies Républicaines* na França, a *National Guard* nos Estados Unidos, os *Carabinieri* italianos como os *Carabineros* chilenos representam bem, entre outras tantas, essa "quarta força" dirigida à segurança interna. É forçoso reconhecer-se, entretanto, o elevado custo desse "segundo exército": os gastos de convocar, equipar, treinar e manter tais forças — além do desperdício de naturais disponibilidades do Exército regular, em tempo de paz — têm postergado sua ativação, principalmente em países pobres, preferindo-se, por mais econômico, adestrar-se certas frações do Exército regular para tal mister. Clutterbuck observou que "O Exército tem sido empregado, regularmente, para apoiar a Polícia na garantia da segurança interna, isto é, na defesa contra ataques armados, sejam eles, a bomba ou com armas curtas. A defesa contra ataques armados é a função natural de qualquer Exército."

Imagine-se um cowboy, bem à americana, com dois revólveres, e que pretenda defender-se dos índios e dos bandidos também. Parece inconcebível que ele se resolva a sacar a arma direita somente contra os índios e a esquerda apenas contra os bandidos. Uma tal decisão es-taria certamente diminuindo-lhe a eficiência, o poder de fogo e as

chances de sobreviver a qualquer dos ataques.

Inegável é que, nas atuais condições de conflito, onde se deve admitir a guerra psicológica e o terrorismo de estado, as Forças Armadas terão de estar perfeitamente adestradas, prontas e aptas a operar na Segurança Externa. Difícil será, portanto, justificar os altos custos de um "segundo exército", limitado à Segurança Interna, onde, afinal, desenrolar-se-ão "atos de guerra". E mesmo esquecendo os possíveis, senão prováveis, conflitos de comando, de tática, de invejas, e de natural competição entre forças altamente treinadas, a idéia de que a divisão do poder, de forças diminuiria a interferência do Exército regular na política da nação não resistiria ao mais leve exame! As Forças Armadas, já por se proporem a enfrentar o inimigo externo e serem, mandatoriamente, de nível nacional, haveriam de ter um potencial definitivamente superior ao de qualquer milícia, principalmente "estadual". Outra vantagem surgiria da coesão, em todo o território nacional, o que dificilmente teriam as Polícias, mesmo federais.

A nação, afinal, que admitisse a possibilidade de intervenção aleatória das Forças Armadas em sua política interna — o que historicamente só tem acontecido nas situações em que o Governo Civil tenha prati-

camente perdido o controle do Estado e ponderável parcela da população anseie por ordem e garantias — estaria cometendo suicídio ao pretender criar milícias ou uma "quarta força" para ter suposto controle ou capacidade de confrontação com suas próprias Forças Armadas regulares. Este parece, mesmo, conselho de Marighela e convite à guerra civil. Pode interessar a muitos mas não, certamente, à Nação!

Conforme Clutterbuck, "Enquanto o fogo for uma ameaça à vida humana, a prevenção contra incêndios deverá ser mantida, mesmo que o Corpo de Bombeiros (seja com escadas ou com mangueiras, N. do A.) fique mais tempo de prontidão do que propriamente em serviço. . ."

À GUIA DE CONCLUSÃO

*"As rãs queriam um Príncipe...
(Da sabedoria popular).*

A guerra existirá, em alguma de suas formas, para o sempre previsível, atingindo nações, grupos e indivíduos.

A guerra psicológica é um fato e, quando não se deseja percebê-la viva e atuante, tem-se, ao menos, de admitir-se-lhe a possibilidade. . . e os efeitos!

O Terrorismo de Estado firma-se como "o poder atômico dos pobres", oferecendo às pe-

quenas nações uma alternativa para Forças Armadas sofisticadas e para a defesa e o ataque estratégicos contra potências hegemônicas.

As possibilidades de guerra química ou bacteriológica ultrapassam hoje as ameaças nucleares.

As Forças Armadas de qualquer nação pobre terão também missões de Segurança Interna, suplementando e apoiando as Polícias. As alternativas, embora possam ser eficientes, são extremamente caras e trazem, intrinsecamente, outros problemas.

São imprescindíveis as "informações", para o Governo, para as Forças de segurança e para o povo. Elas devem estar a salvo de manipulação, consciente ou não.

Cresce o valor das informações sobre pessoas (*who's who*); Prevenir é sempre mais fácil que remediar.

No Brasil, além de 17.000 km de fronteiras secas, de 7.400 km de costas, de 8,5 milhões de km² de área e de mais de 140 bilhões de km³ de ares sobrejacentes, o mais importante bem a defender é a população de 142 milhões de almas!

"No checks in international politics can be honoured unless there is a full supply of military power in the bank to meet it."

(Sir F. Howard.)

BIBLIOGRAFIA

1. H. J. Morgenthau, *Politics Among Nations*, Knopf, 1960.
2. J. A. C. Brown, *Techniques of Persuasion*, Pelikan, 1968.
3. B. H. Liddel - Hart, *Estratégia*, Bibliex, 1966.
4. K. von Clausewitz, *Princípio de Guerra*, Bibliex, 1956.
5. M. De Saxe, *Reveries on the Art of War*, MSPC, 1944.
6. G. Douhet, *Per la Guerra Aerea*, Rivista Marittima, 1928.
- 6b., *O domínio do Ar*, EAOAR, 1978.
7. F. Timmermann Jr, "Psicologia: Ferramenta Esquecida", *MilRvw*, LX, 1980.
8. R. H. Wüst, *La Guerre Psychologique*, Payot, 1954.
9. A. G. Penna, *Psicologia Aplicada às Forças Armadas*, ECEMAR, 1965.
10. R. Miskow Filho, "O Soldado na Guerra Moderna", *Def Nac*, 697, 1981.
11. M. F. T. P. Ferreira, *Ensaio para uma Doutrina de Guerra Psicológica*, ESG, 1986.
12. J. Wright, "Terrorismo: Nova Forma de Guerra", *MilRvw*, LXV, 1985.
13. R. Clutterbuck, *Guerrilheiros e Terroristas*, Bibliex, 1977.
14. G. Bouthoul & R. Carrière, *O Desafio da Guerra*, Bibliex, 1979.

Cel Av. RR NELSON JOSÉ ABREU DO O' DE ALMEIDA - Completou todos os cursos militares: EAOAR, ECEMAR e CSG/ESG. Coursou Estado-Maior na Air University e recebeu o grau de Mestre em Psicologia Industrial pela Ohio State University. Foi Instrutor da ECEMAR e integrou o Corpo Permanente da ESG. Entre vários Comandos, destaca-se o dos MIRAGE e da 1ª Ala de Defesa Aérea.

O 1º MILHÃO A GENTE NUNCA ESQUECE.



Este é um momento inesquecível: a CERJ acaba de alcançar o número de 1 milhão de consumidores.

Isto representa um importante passo para o desenvolvimento do nosso Estado.

Através do plano de eletrificação rural que está sendo posto em prática, mais e mais pessoas, das mais distantes regiões, estão podendo aproveitar os benefícios da energia elétrica.

São 48 municípios atendidos, correspondendo a 72,4% do Estado.

A CERJ deixa claro, com isto, a sua preocupação social.

Afinal, a CERJ foi a primeira América Latina a usar energia elétrica para a iluminação pública.

São coisas como essas que nunca vamos esquecer. Nem mesmo quando chegarmos ao 2º milhão de consumidores.



CERJ

COMPANHIA DE ELETRICIDADE
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



A ANTÁRTICA E O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO ARGENTINO

Jack Child

O término da vigência do "Tratado Antártico" se aproxima e, com ele, as especulações sobre o destino futuro da Antártica.

Com base no pensamento estratégico da Argentina, o autor prognostica a posição deste país em relação a ele.

(Artigo Transcrito da revista "Política e Estratégica" - Nº 4, Out/Dez 87).

INTRODUÇÃO

Este estudo sustenta que as correntes de pensamento geopolítico na Argentina (e nos países vizinhos) tiveram forte influência sobre a atitude da Argentina em relação à Antártica. A questão não se restringe a aspectos acadêmicos, uma vez que grande parte desse pensamento geopolítico argentino tem forte caráter nacionalis-

ta, encarando outros Estados com interesses na Antártica como potencialmente antagônicos. Ao considerar o pensamento geopolítico argentino e seu foco na Antártica dentro dessa perspectiva, este estudo contraria a corrente de pensamento otimista que prevalece nas questões relativas à Antártica e que tende a enfatizar o sucesso do regime do Tratado da Antártica e a cooperação que caracteriza boa

parte das explorações e estudos científicos deste continente. Contudo, precisamos considerar realisticamente essa crítica menos otimista com base no pensamento geopolítico que, embora sem negar os pontos positivos, se concentra nas tensões e conflitos potenciais, especialmente quando nos aproximamos do ano crítico de 1991, quando o Tratado da Antártica deverá ser revisto.

Pensamento geopolítico do Cone Sul

A estrutura do pensamento geopolítico do Cone Sul e o impressionante fluxo de revistas, artigos e livros que a sustenta e a divulga não são adequadamente conhecidos fora da América do Sul. Pouco dessa produção é traduzido ou lido pelos acadêmicos e políticos norte-americanos ou europeus (Child, 1979 e 1985; Pittman, 1981).

O pensamento geopolítico teve impacto significativo no desenvolvimento interno e nas relações internacionais das nações do Cone Sul da América do Sul nas duas últimas décadas, especialmente quando o governo do país envolvido estava nas mãos de um regime militar e era incentivado por um pequeno grupo de seus adeptos com orientação geopolítica. As correntes geopolíticas em tais

regimes tendem a se concentrar em disputas territoriais históricas e em grandes esquemas de desenvolvimento e expansão nacional. Nos últimos anos, o pensamento geopolítico concentrou-se ainda mais nos recursos (especialmente recursos energéticos). Assim, a idéia de que áreas disputadas possam conter quantidades valiosas de petróleo, carvão ou alimentos provocou um aumento das tensões na região.

Poucos observadores externos deram a atenção merecida à possibilidade de um sério conflito na região antes da trágica Guerra das Malvinas de 1982. As análises feitas a partir desse momento identificaram uma série de possíveis conflitos interligados na América do Sul. Entre eles a ainda não resolvida questão Malvinas/Falklands; a disputa Argentina-Chile sobre o Canal de Beagle; a competição pela influência e controle do Atlântico Sul; e a histórica rivalidade Brasil-Argentina. Todos esses conflitos potenciais estão relacionados com reivindicações concorrentes na Antártica, bem como com as tensões que poderão emergir de uma exploração de recursos nessa região.

Podemos levantar a hipótese de possibilidade de conflito na região se uma ou mais nações acreditarem que as seguintes condições existem: que o direito nacional histórico sobre um ter-

ritório está sob ameaça; que há um prazo final envolvido; que importantes recursos energéticos e alimentícios estão ameaçados; que o país foi vítima de perdas territoriais no passado; que adversários históricos de um país estão formando alianças; e, finalmente, que acontecimentos recentes foram humilhantes e há necessidade de um ato corajoso e patriótico para recuperar o orgulho e a dignidade nacionais perdidos. Em grau maior ou menor, algumas ou todas essas condições são válidas para cada uma das nações do Cone Sul e são especialmente relevantes para a situação argentina. Elas também formam uma forte corrente do pensamento geopolítico dessas nações e se concentram cada vez mais na Antártica.

Há um argumento persuasivo no sentido de que o pensamento geopolítico está atualmente em declínio no Cone Sul, uma vez que os regimes militares estão cedendo a um forte impulso para a democratização e uma volta a regimes civis eleitos. Contudo, esse argumento tende a ignorar o fato de que o pensamento geopolítico está intimamente ligado ao nacionalismo e à xenofobia que não são, de forma alguma, exclusivos dos regimes militares. Além disso, há evidências de que os regimes militares dos anos 70 foram bem-sucedidos no seu objetivo

de inserir material geopolítico nos currículos dos sistemas educacionais nacionais em todos os níveis, sugerindo que o pensamento geopolítico permanecerá como uma força significativa no Cone Sul por um período de tempo considerável.

Os defensores do regime do Tratado da Antártica argumentam que, apesar de suas diferenças, as principais nações envolvidas (Argentina, Chile, e Grã-Bretanha) possuem interesse disfarçado em manter o *status quo* depois de 1991, uma vez que o Tratado é melhor que a anarquia que resultaria de sua anulação. Essas três nações também têm em comum uma posição contra a internacionalização com o objetivo de preservar ou explorar a Antártica para o benefício de toda a humanidade.

Independentemente do resultado final, seja a continuação do regime do Tratado, a internacionalização ou uma "nova ordem antártica" com um setor sul-americano, o pensamento geopolítico no Cone Sul da América do Sul será fator cada vez mais importante à medida que nos aproximamos de 1991. É preciso ler e analisar o pensamento geopolítico na região, tanto em termos de doutrinas comuns às nações da região como de idéias nacionais idiossincráticas, especialmente as da Argentina.

A Antártica e o pensamento geopolítico da Argentina

Geral – Sob vários aspectos, a análise do pensamento geopolítico da Argentina é fundamental para uma compreensão da importância da Antártica na geopolítica da América do Sul (Fraga, 1983, 61). A Argentina tem sido, afinal, a nação sul-americana mais ativa nas questões antárticas e é, juntamente com o Chile, a única nação sul-americana que a reivindica. Os argentinos aprendem desde a infância que seu país é formado por três partes interligadas: continente, Antártica e Argentina insular. Aceitar qualquer coisa menos do que essas três partes é trair uma responsabilidade sagrada em relação à pátria e comprometer as possibilidades da "grandeza" argentina (de la Cruz, 1977, 70-71; Asseff, 1980, 238-243). Uma ampla gama de idéias é usada para sustentar essas crenças, e os argumentos geopolíticos são de importância fundamental.

A base geopolítica para a posição da Argentina em relação à Antártica é potencialmente perigosa devido a ligações com outros possíveis conflitos na região (notadamente o das Malvinas/Falklands, a disputa sobre o Canal de Beagle e a rivalidade com o Brasil), e devido à maneira como a Argentina, Chile e Grã-Bretanha se sobre-

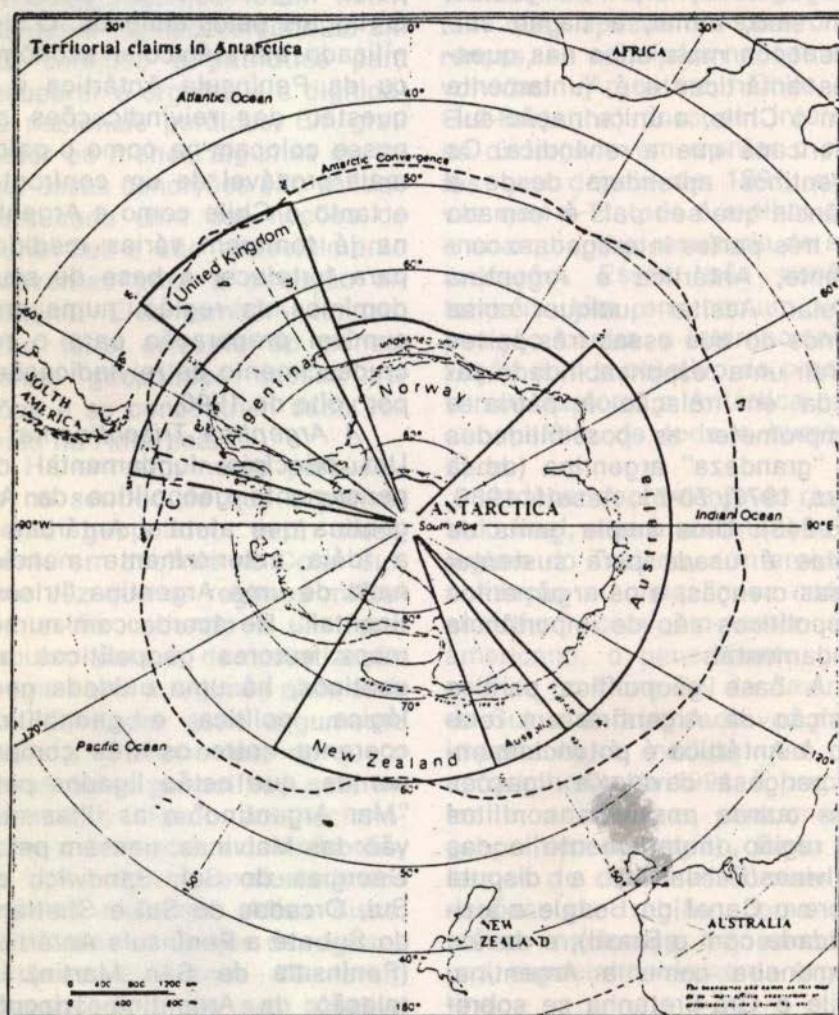
põem em suas reivindicações na Península Antártica (*Figura 1*). Devido a seus recursos e proximidades com a América do Sul, a península é a parte mais valiosa da Antártica. É interessante notar que ela é chamada de Península Palmer pelos ingleses. Península de San Martin pelos argentinos e Tierra de O'Higgins pelos chilenos. O significado estratégico e econômico da Península Antártica e a questão das reivindicações de posse colocam-na como o palco mais provável de um confronto, e tanto o Chile como a Argentina já tomaram várias medidas para fortalecer a base de seus domínios na região, numa presumível preparação para o recrudescimento de reivindicações por volta de 1990.

A Argentina Tricontinental – Um princípio fundamental do pensamento geopolítico da Argentina que afeta a Antártica é a idéia anteriormente mencionada de uma Argentina "tricontinental". De acordo com numerosos autores geopolíticos argentinos, há uma unidade geológica, política e geopolítica coerente entre os três componentes, que estão ligados pelo "Mar Argentino" e as ilhas que vão das Malvinas, passam pelas Georgias do Sul, Sandwich do Sul, Orcadas do Sul e Shetland do Sul até a Península Antártica (Península de San Martin). A relação da Argentina Triconti-

mental com o Atlântico Sul é enfatizada quando se dá a esta parte do Atlântico Sul o nome de "Mar Argentino" e salienta-se que a Argentina deve ter supremacia nesta região para proteger seus interesses vitais. A re-

gião também recebeu o nome de "Atlantártica" num livro de 1978, que argumentava que a grandeza da Argentina e sua influência no mundo derivariam do controle desse espaço geopolítico (Milia, 1978, 250). Esse con-

Figura: 1



ceito geopolítico ilustra bem a interligação dos vários conflitos potenciais na região envolvendo a Argentina: a proteção de interesses vitais da Argentina na Atlantártica exige a expulsão dos ingleses das Malvinas/Falklands, das ilhas do Sul e Antártica; exige também a rejeição das pretensões chilenas na Antártica e no Canal de Beagle, e a manutenção dos chilenos no Pacífico de onde eles fazem parte; e, finalmente, significa manter o Brasil nas águas tropicais e bloquear seus sonhos de projetar influência no extremo Atlântico Sul e Antártica.

O "*Projeto Nacional*" geopolítico – Um tema constante nos trabalhos geopolíticos argentinos mais recentes tem sido a busca de um "Projeto Nacional" relevante que uniria os argentinos e lhes permitiria reconquistar seu prestígio e *status* em termos mundiais. Os geopolíticos argentinos vêm elaborando uma série de esquemas complexos e criativos a esse respeito, incluindo planos ambiciosos para ligar sistemas fluviais, criar enormes lagos artificiais, mudar a capital para o interior e transferir grandes porções da população para as regiões praticamente desabitadas no Sul do país (Villegas, 1975; Campos, 1975). Trata-se de uma ironia que o único "Projeto Nacional" que realmente uniu temporariamente

os argentinos foi a tomada das Malvinas em abril de 1982. No final da década de 70 e início dos anos 80, alguns autores geopolíticos argentinos estavam de fato pedindo a invasão militar das ilhas em 1982 e 1983 se falhassem os meios pacíficos de recuperá-las. O tom chauvinista desses argumentos, e sua relação com a Antártica, foi captado por um deles, que escreveu, em 1980:

"A decisiva retomada das Malvinas, dentro do prazo final que nós estabelecemos como um plano de ação (isto é, num período de dois anos a começar de janeiro de 1981), alimentará o espírito dos argentinos. Será uma injeção de ânimo e um estímulo para nossa vocação para nosso destino. Provocará e comoverá a nação, marcando uma nova era de honra e progresso. Ela cimentará nosso domínio dos espaços marítimos, afirmará nossos direitos sobre o continente branco (isto é, Antártica), determinará a integridade física do país e, acima de tudo, elevará o moral da nação, dando-lhe confiança em si mesma" (Assef, 1980, 232).

Projetando essa estrutura de pensamento geopolítico para 1991 e assumindo que os ingleses continuarão a manter sua defesa militar nas Falklands e que a questão do Canal de

Beagle permanecerá das mais delicadas, não é difícil imaginar um "Projeto Nacional" argentino que tentará tornar realidade sua reivindicação de soberania na Antártica.

O desafio geopolítico chileno: Beagle, Bioceano e Antártica – o pensamento geopolítico argentino está intimamente ligado a esses três desafios chilenos. A arbitragem inglesa de 1977 que deu as ilhas do Canal de Beagle para o Chile foi rejeitada pela Argentina e quase levou as duas nações a uma guerra. A forte reação argentina não se deveu tanto às próprias ilhas quanto à ameaça que sua posse pelo Chile representaria para o princípio bioceânico e a reivindicação argentina da Antártica. O princípio bioceânico, de forma simplificada, afirma que o "Chile fica no Pacífico e a Argentina no Atlântico". A Argentina temia que a posse das ilhas violasse esse princípio, colocasse o Chile no Atlântico e prejudicasse seriamente os sonhos argentinos de sua coerência tricontinental ao romper a ligação entre a Argentina continental e sua reivindicação na Antártica (Child, 1985, 77-85; Fraga, 1979, 33-39). Embora a questão do Canal de Beagle pareça ter sido atenuada pela mediação do Vaticano e pelo Tratado Austral Argentino-Chileno, significativos setores nacionalistas na Argen-

tina se opõem ao acordo e continuam a suspeitar seriamente das motivações chilenas.

O desafio geopolítico inglês: Malvinas/Falklands e Antártica – O desafio inglês aos interesses argentinos na Antártica está centralizado no conflito do Atlântico Sul e na posse das Ilhas Malvinas/Falklands. A ligação entre as ilhas e as reivindicações antárticas concorrentes foram exploradas por Joyner (Joyner, 1980, 467-502) e por este autor (Child 1985, 112-122), mas é importante enfatizar novamente como o controle das Malvinas/Falklands (e outras ilhas ao Sul) afeta as possibilidades de cada uma das nações na Antártica. Embora a Argentina não precise das ilhas para apoio logístico de suas atividades na Antártica, ela realmente precisa negá-la aos ingleses e a qualquer outra nação. Para a Grã-Bretanha, as ilhas são importantes para suas reivindicações sobre a Antártica por motivos tanto jurídicos (a relação política entre as Dependências Falklands e a Antártica) quanto logísticos (a necessidade de uma base de operação próxima da reivindicação antártica).

Os autores geopolíticos argentinos fazem sempre a ligação entre a presença inglesa nas ilhas e a posse da Antártica e argumentam que a reivindicação argentina fica enfraquecida

enquanto houver penetração inglesa no "Mar Argentino". Durante (e depois) a luta no Atlântico Sul, vários analistas argentinos de geopolítica argumentavam que a razão para que a Inglaterra lutasse pelas ilhas, e a razão por que os Estados Unidos apoiaram a Inglaterra, era que havia grande necessidade de uma base da OTAN (ou Inglaterra-Estados Unidos) no Atlântico Sul, para proteger as passagens transoceânicas e os interesses antárticos de várias potências da OTAN (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Noruega, República Federal Alemã e Bélgica - Zariategui, 1983; Gamba, 1982).

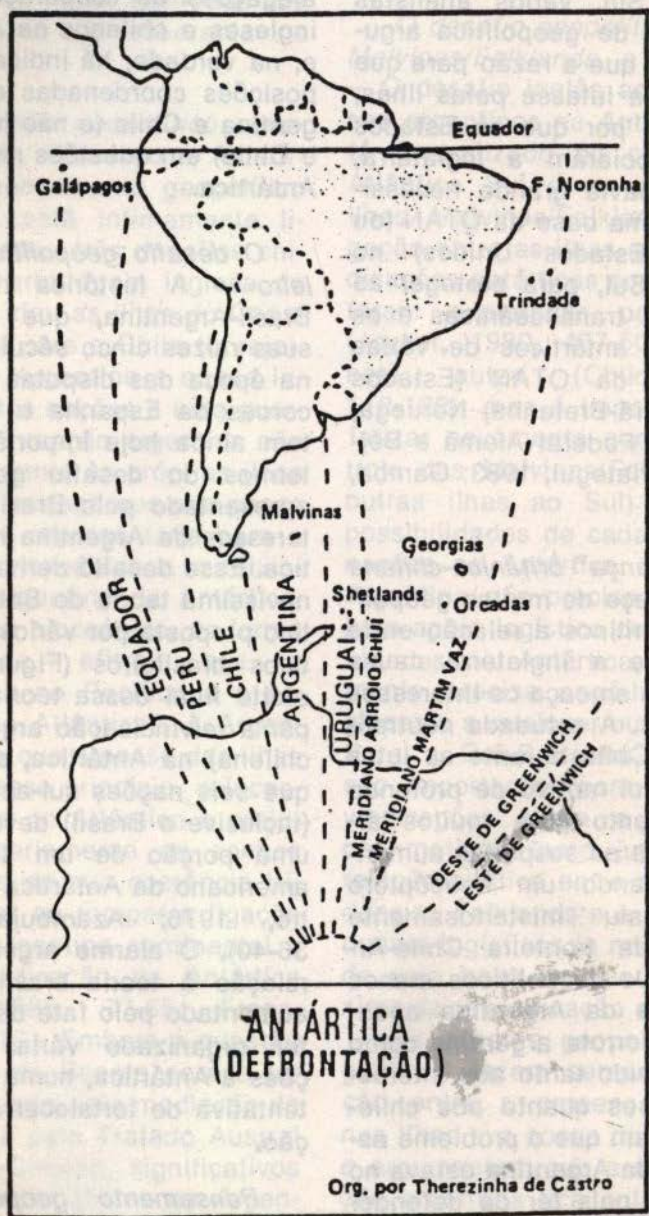
A "aliança" britânico-chilena – Na cabeça de muitos geopolíticos argentinos a relação entre o Chile e a Inglaterra causa suspeita e ameaça os interesses argentinos. A estudada neutralidade do Chile durante as lutas de 1982 foi motivo de profundo ressentimento para muitos argentinos, e as suspeitas aumentaram quando um helicóptero inglês caiu misteriosamente próximo da fronteira Chile-Argentina. Os geopolíticos menos reservados da Argentina apontavam a derrota argentina como tendo servido tanto aos interesses ingleses quanto aos chilenos e diziam que o problema estratégico da Argentina estava no fato de o país ter de defender

seus interesses em suas frentes (*La Prensa*, 1983). Contudo, essa suspeita não parece incluir alegações de cooperação entre ingleses e chilenos na Antártica e, na verdade, há indicações de posições coordenadas entre Argentina e Chile (e não Inglaterra e Chile) em questões relativas à Antártica.

O desafio geopolítico brasileiro – A histórica rivalidade Brasil-Argentina, que encontra suas raízes cinco séculos atrás, na época das disputas entre as coroas da Espanha e Portugal, tem ainda hoje importância em termos do desafio geopolítico apresentado pelo Brasil aos interesses da Argentina na Antártica. Esse desafio deriva de uma novíssima teoria do Setor Antártico proposta por vários geopolíticos brasileiros (Figura 2). O efeito final dessa teoria é solapar a reivindicação argentina (e chilena) na Antártica, sugerindo que seis nações sul-americanas (inclusive o Brasil) deveriam ter uma porção de um setor sul-americano da Antártica (de Castro, 1976; Azambuja, 1981, 36-40). O alarme argentino em relação à teoria brasileira tem aumentado pelo fato de o Brasil ter organizado várias expedições à Antártica, numa evidente tentativa de fortalecer sua posição.

Pensamento geopolítico e

Figura: 2



Tratado da Antártica – Os autores argentinos vêem o Tratado da Antártica com certa ambivalência. Preocupam-se com a forma como o Tratado permite a atividade política e científica de outra nação no setor argentino. Por outro lado, um trabalho isolado fora do Tratado não serviria aos interesses argentinos e muitos geopolíticos argentinos argumentam que as reivindicações de seu país têm sido protegidas pelo Tratado. Como diz um analista: "O Tratado não é perfeito, mas também não é ruim. É relativamente bom. Prejudica nossos direitos muito menos do que muitos acreditam. Não é um obstáculo que nos impedirá de buscar e aprofundar nossa presença e aperfeiçoar nossos direitos" (Assef, 1980, 242).

As atitudes geopolíticas da Argentina em relação aos recursos da Antártica são influenciadas pelo fato de que o país não tem nenhuma necessidade particularmente urgente de os desenvolver, mesmo que isto fosse viável (a Argentina é auto-suficiente em energia e é importante exportadora de alimentos). Assim, a ênfase argentina recai sobre a preservação do ambiente e no sentido de impedir que outros explorem recursos de que ela poderá um dia precisar.

Esse fato explica também por que a Argentina rejeita de forma tão vigorosa qualquer "in-

ternacionalização" da Antártica, muito embora esteja ansiosa para acumular apoio do Terceiro Mundo na questão anticolonial Malvinas/Falklands. Alguns autores geopolíticos sugeriram, de forma cautelosa, que a Argentina deveria trabalhar em cooperação com determinados Estados sul-americanos (Uruguai e Peru) nos projetos na Antártica como um passo para uma maior cooperação regional. Contudo, essas propostas tiveram impacto limitado, e seus autores sempre enfatizam que não devem ser interpretados como favoráveis a um recuo nas reivindicações de soberania da Argentina (Figuerola, 1983, 80; Leal, 1983, 25-34).

A atitude geopolítica predominante na Argentina em relação ao Tratado permanece sendo de cautela e de dar todos os passos possíveis para facilitar uma possível ativação de sua reivindicação de soberania. Esses passos incluem a colonização (isto é, estabelecimento de grupos familiares permanentes na Antártica), realização de vários atos administrativos (casamentos, nascimentos, atividades postais e de comunicação) e mesmo eventos folclóricos como forma de levar a cultura argentina ao continente. Alguns geopolíticos chegaram a propor que o Código Penal nacional fosse modificado de forma a abreviar as sentenças de prisão em dois

terços por tempo de serviço como colonos na Antártica; outros insistem que os mapas nacionais usem apenas nomes argentinos para acidentes topográficos na região (Palermo, 1980, 12-36).

Todos esses elementos do pensamento geopolítico argentino sugerem que a Argentina é uma candidata especial a desafiar ou deteriorar a continuidade do Tratado Antártico em 1991, especialmente se as condições internas tanto políticas como econômicas do país sejam tais que o governo venha a buscar uma causa nacionalista como uma atraente forma de distração dos problemas internos.

BIBLIOGRAFIA

1. Assef, Alberto E. *Proyección Continental de La Argentina*. Buenos Aires, Pleamar 1980.
2. Azambuja, Péricles "Antártida: Derecho que Tiene Brasil", *Geosur*, vol. 23 (1981), 36-40.
3. Campos, Oscar A. "Argentina Americana y Antártida Argentina". *Revista de la Escuela de Defensa Nacional* 9 (1975), 101-112.
4. Child, Jack. "Geopolitical Thinking in Latin America". *Latin American Research Review*, vol. 14 (1979), 89-111.
5. Child, Jack. *Geopolitics and Conflict in South America: Quarrels Among Neighbors*. New York, Praeger, 1985.
6. de Castro, Therezinha "Antarctica: Suas Implicações". *A Defesa Nacional* nº 702, 1982.
7. de la Cruz, Eduardo. "Derechos Argentinos Sobre La Antártida". *Estrategia*, 43-44 (1977), 70-71.
8. Figueroa, Francisco José, *Política Exterior Soberana*. Buenos Aires, Ediciones Tematicas, 1983.
9. Fraga, Jorge A. *Introducción a la Geopolítica Antártica*. Buenos Aires, Dirección Nacional del Antártico, 1978.
10. Gamba, Virginia. "La NATO y el Atlántico Sur". *Nación*, 1 de junho de 1982.
11. Joyner, Christopher C. "Anglo-Argentina Rivalry after the Falklands/Malvinas War: Laws, Geopolitics and the Antarctic Connection". *Lawyer of the Americas*, vol. 15 (Winter 1980), 467-502.
12. Leal, Jorge. "La Antártida Sudamericana y Latino-Americana". *Revista de la Escuela Superior de Guerra Argentina*, nº 469 (1983), 25-34.
13. Millia, Fernando. *La Atlantartida: Un Espacio Geopolítico*. Buenos Aires, Pleamar, 1978.
14. Palermo, Vicente "Descongelamento de la Antártida". *Revista de la Escuela de Defensa Nacional (Argentina)*, nº 27 (1980) 12-36.
15. *Prensa*, Buenos Aires, 11 de outubro de 1983.
16. Vaca Hernandez, José María. *Inquietudes y Realidades Antárticas: El Continente de Gondwana*. Buenos Aires, Ediciones Heraldo, 1977.
17. Villegas, Osiris. *Tiempo Geopolítico Argentino*. Buenos Aires, Pleamar, 1975.
18. Zariategui, Horacio. "Was the Malvinas a NATO Trap?" *Noticias Argentinas* traduzido em *Foreign Broadcast Information Service*, 17 de junho de 1983.

JACK CHILD - É professor de Estudos Hispânicos e Latino-americanos na American University.

A Brastemp sempre colocou o consumidor em primeiro lugar. É natural que o consumidor pense primeiro na Brastemp.

A Brastemp sempre se preocupou em dar ao consumidor muito mais do que ele esperava.

Numa época em que as geladeiras estacionaram no tempo, a Brastemp lançou o revolucionário sistema Frost Free.

Quando a crise de energia chegou ao bolso do consumidor, ela foi a primeira – e continua a única – a fazer fogões que economizam até 50% de gás, e geladeiras com o menor índice de consumo de eletricidade.

Nenhuma outra empresa do setor realiza os testes rígidos de controle de qualidade que a Brastemp criou para maior confiabilidade dos seus produtos e que lhe permitiram levar sua qualidade a mais de 40 países.

A geladeira Brastemp foi o primeiro eletrodoméstico brasileiro a ser aprovado pelos laboratórios de controle de qualidade dos EUA.

Quando você compra um produto Brastemp, você compra toda esta preocupação com a qualidade.

E compra também a certeza de uma assistência técnica de alto nível para garantir a durabilidade e a eficiência do seu produto por muitos e muitos anos.

É por isso que a Brastemp criou os SABs – Serviços Autorizados Brastemp – com 500 postos e oito mil funcionários para lhe dar um atendimento com a qualidade Brastemp.

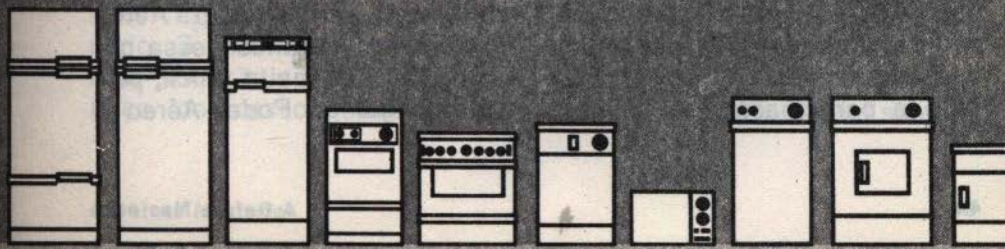
Foi agindo assim que a Brastemp ganhou o respeito do consumidor.

E foi com o respeito do consumidor que a Brastemp se tornou o maior fabricante de eletrodomésticos de grande porte da América Latina.

Não é à toa que todo mundo quer ter Brastemp.



BRASTEMP
Tecnologia com carinho





A AÇÃO AEROTÁTICA: CAUSA OU CONSEQÜÊN- CIA?

Lauro Ney Menezes

Neste artigo, o autor questiona as tentativas de simplificação do emprego do Poder Aéreo, tornando-o restrito ao apoio aéreo aproximado.

O crescente desenvolvimento das Aviações dos Exércitos e das Marinhas em todo o mundo tem trazido à baila algumas questões de capital importância para a fixação da Doutrina de Emprego do Poder Aéreo. Assim, não é pequeno o número de vezes que assistimos às tentativas de estabelecer doutrina que visa a *simplificação* do emprego do Poder Aéreo e, em particular, na minimização de sua participação nas Opera-

ções Aerotáticas, simplificação essa que procura dar a entender que, na conduta da manobra no Teatro de Operações, o Poder Aéreo é *indispensável apenas* na neutralização das posições de resistência que impedem ou limitam o movimento da Força de Superfície. Significa dizer que o Poder Aéreo apenas age nas tarefas de Apoio Aéreo Aproximado. Partindo dessa posição, não fica muito difícil, portanto, negar ao Poder Aéreo a

sua ação em *tempo*, *profundidade* e *espaço*, o que, por conseguinte, lhe nega o direito de existir como Poder *Uno e, principalmente, Decisório*.

Porém, o mais interessante (e não percebido) disso tudo é que, ao serem simplificadas as ações aéreas no Teatro de Operações — e, melhor dizendo, ao ser negado ao Poder Aéreo suas ações em *tempo*, *profundidade* e *espaço* — reduzir-se-ia, da mesma forma, as operações de superfície a uma série de batalhas individuais, desvinculadas da ação geral e *vivendo* apenas o momento desse combate, em particular. Seria admitir que, à época das proezas lunares, uma guerra, mundial ou local, possa ser ganha em *uma única* batalha, à semelhança de Waterloo ou Moscou...

O que talvez venha onerando o perfeito entendimento da manipulação do Poder Aéreo, quer em suas ações Aerotáticas, Aeroestratégicas ou de Defesa Aérea, é a facilidade que temos de esquecer que a conflagração é Global e que os conceitos de *tempo*, *profundidade* e *espaço* estão vinculados a Ações Continuadas, que é o caso em um estado de guerra (ou de conflito).

Mas não seria esse o maior ônus se estivéssemos em "colisões" apenas no campo doutrinário. O que há, na realidade, é uma "redução simplificativa" por força do desconhecimento do

que se passa no panorama militar em geral e aerotático em particular, em uma situação de conflito. O tal desconhecimento está vinculado ao fato de que a experiência operacional aérea (real) brasileira foi vivida há cerca de 40 anos, gerando um "condicionamento restritivo mental-profissional" proveniente do fato de que nossa Força Aérea viveu em combate *apenas* durante as fases de Interdição e Apoio Aéreo Aproximado (vinculada, pois, às Operações de Superfície), não tendo sido empenhada na conquista do domínio do ar.

Se além de tudo isso somarmos à equação, como novo membro, a *ação de contra-insurgência* ainda pregada por alguns (e sua inevitável e inaceitável transformação do Poder Aéreo em "utilidade"), então entramos em total conturbação, pois o que é a ação de *contra-insurgência* senão uma operação de ataque, planejada, controlada e executada da "mesmíssima" maneira que em qualquer das faces das Operações Aerotáticas já mencionadas? Carece, portanto, de identidade isolada...

O emprego do Poder Aéreo nas Ações de Teatro, a utilização do avião como instrumento tático ou, mais simplesmente (como pensam alguns), o "uso do avião para aumentar o alcance da Artilharia", é, sem sombra

de dúvida, consequência ou resultado, e não *causa* que possa justificar a aplicação do Poder Aéreo na solução das operações militares no campo tático. E o emprego do Poder Aéreo transcede a tal estágio...

Uma viagem nas páginas da história da Aviação comprova que muito antes de estarem os aviadores engajados com os problemas da neutralização e destruição das forças inimigas envolvidas na manobra de superfície, já estavam os "ases" da luta aérea exercendo a ação de patrulha aérea de combate e, como consequência, a caça ao inimigo *no ar*.

Somente a flexibilidade e emprego do avião de combate, dádiva excelsa posta nas mãos do soldado do ar, é que permitiu sua incursão no domínio do apoio de fogo aéreo à manobra de superfície, o que multiplicou geometricamente o horizonte de emprego da arma aérea. E foi debaixo dessa nova visualização de aplicação do esforço aéreo, que vimos finalizar a Segunda Guerra Mundial, transcorrer o conflito Coreano e a conflagração do sudeste asiático, sem mencionar outros atritos armados de menores proporções em diversas partes do mundo (Oriente Médio e Ilhas Falklands/Malvinas).

Essa atuação em proveito das ações tituladas "apoio de

fogo" de tal forma foi enfatizada e solicitada, e chegou adquirir tal monta, que compeliu à adição de novos parâmetros à sua sistematização. E daí datam as primeiras ações tomadas pelas Forças Aéreas do mundo moderno no sentido de analisar a economia do emprego das aeronaves de combate de primeira linha *versus* os resultados a atingir nas ações de "apoio". Como consequência lógica, surgiu uma resposta (já esperada) no seio da "comunidade aeroespacial": para as ações de natureza tática, o microcaça, o avião de ataque, a aeronave de contra-insurgência ou o helicóptero armado representam a solução de compromisso entre a *massa de emprego* associada ao *rendimento operacional* face aos resultados desejados, ... Melhor, pois, que as "grandes bestas armadas"...

Nessa fase da história da aviação, cujas páginas recém-acabamos de folhear, o arsenal de material aéreo mundial colocou em serviço um sem-número de pequenos combatentes (até treinadores), cuja tônica promocional eram a variedade de armamento transportado, o baixo custo operacional, a bivalência e simplificação operativas (treinamento + combate), a redução da infra-estrutura de apoio, o tamanho físico, o custo unitário e (aspecto importante para o Terceiro Mundo...) a possibilida-

de de construí-los "no galpão de sua garagem".

Evidentemente, essa é uma receita que tem "enfermo e medicamentos" predefinidos. Não pode ser vista como regra universal. Mas, sem isso perceberem, alguns analistas menos (ou mal) avisados aceitaram – antes de mais nada – a tese da *simplificação* na manipulação do emprego do Poder Aeroespacial no campo tático. E estreitaram ainda mais o campo de ação e de interveniência desse Poder, eliminando sua capacidade potencial, reduzindo seus horizontes, etc. Com isso, conduziram a aviação de guerra para o retorno às suas origens, já negadas: a volta ao *status de arma* e ao *serviço* que remonta ao passado longínquo...

Com tudo isso, não significa dizer que somos contrários à regra da simplificação em termos do investimento, da economia e do rendimento nas ações aerotáticas. Significa, sim, uma repulsa à simplificação, pura e simples, estribada em doutrina importada (ou pré-fabricada por alguns visando outrem...) que, se mal interpretada ou mal apli-

cada, conduzirá fatalmente à *redução* da importância da parcela de valor somatório que é o *Poder Aéreo* na grande equação que é o *Poder Nacional*.

Adotemos, Senhores Membros da Força Aérea; antes de mais nada, um comportamento intelectual compatível: a vivência e a ação combatente do Poder Aeroespacial não se justifica pelo exercício tão-somente das ações de "*consequência* ou *resultado*", como é o caso das tarefas cumpridas no seu desempenho no cenário tático, mas sim pelo somatório das suas inúmeras características ímpares que, por não estarem sempre à vista, são olvidadas... por muitos. Mas que não por nós, os guerreiros do ar!

Muito antes do que bater os inimigos no solo, nossa tarefa é o domínio do ar – a Superioridade Aérea. A ação tática é *consequência* ou *resultado* de nossa múltipla capacidade. Nosso verdadeiro destino é a conquista do espaço, o ataque ao coração do inimigo e a destruição de sua vontade de combater...

O restante é acessório!



Maj Brig do Ar R/R LAURO NEY MENEZES – Possui os cursos da Escola de Aeronáutica, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, de Estado-Maior, Curso Superior de Comando, Curso Avançado de Navegação Aérea (Força Aérea Americana). Possui várias medalhas e condecorações. Preside, atualmente, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO.



OS INTERESSES SOVIÉTICOS NO CARIBE

Daniel Fitz – Simons

Transcrição de matéria traduzida do Journal Of Defense and Diplomacy, Vol 5, nº 7, publicada na Military Review, Edição Brasileira, Jul/Ago. 88.

Consta de sua sinopse:

"Nos aspectos econômico, cultural e militar, as ilhas do Caribe, o México e a América central continuam sendo, estrategicamente, essenciais para a defesa dos EUA. Esta importante região geopolítica está sendo alvo de uma crescente ofensiva ideológica e militar soviética que procura, em sua visão estratégica, desviar a atenção dos EUA com relação à OTAN e enfraquecer a presença norte-americana no teatro europeu".

HÁ POUCO mais de 25 anos, a União Soviética logrou êxito, ao usar a revolução de Fidel Castro como veículo, em transformar a estratégica ilha de Cuba numa base aeronaval permanente. No decurso disso, o mundo esteve perto, mais do que nunca, da guerra nuclear durante a crise

dos mísseis cubanos de 1962. Mais recentemente, os soviéticos ampliaram sua presença militar, de Cuba até o continente americano, utilizando a Nicarágua como uma nova, e talvez mais eficaz, base de subversão e infiltração numa campanha de enormes proporções, visando a desestabilizar a América Central

e o México, na fronteira sul dos Estados Unidos.

A proximidade estratégica da América Central e do México torna essas áreas geopolíticas críticas para a segurança dos EUA. Não se pode esperar que os EUA mantenham seus compromissos militares na Europa Ocidental, e muito menos em áreas mais remotas como Angola ou o Afeganistão, sem terem antes estabelecido uma postura de defesa adequada contra incursões soviéticas nas suas próprias fronteiras. Na verdade, a situação estratégica da aliança do Atlântico certamente se deterioraria se os Estados Unidos permanecessem de braços cruzados, permitindo que os soviéticos ameaçassem as suas vias marítimas comerciais, o Canal do Panamá e o tão importante fluxo de petróleo procedente da Venezuela e do México.

Parece evidente, que, à medida que se intensificar a intervenção soviética no Caribe, maior será a desestabilização no continente americano. De fato, o impacto demográfico desse processo de desestabilização já está começando a se evidenciar em Miami, Los Angeles e Washington, onde milhares de centro-americanos vêm se refugiando dos horrores da guerra e de revoluções violentas.

A crescente presença soviética na Nicarágua, a insurreição

guerrilheira em El Salvador e a possível instabilidade no Panamá, na Guatemala e no México já forçaram os Estados Unidos a desviar recursos militares para a América Central. Dessa forma, a Organização do Tratado do Atlântico Norte não mais pode confiar na premissa de que seu flanco sul é completamente invulnerável. Caso o ímpeto da revolução Marxista se alastre para o norte na direção do México, calcula-se que seriam necessárias, no mínimo, seis divisões do Exército dos EUA para proteger a fronteira mexicano-norte-americana. Além disso, outra base de submarinos soviética na Nicarágua, além da que já está situada em Cuba, enfraqueceria, de maneira efetiva, o poder naval dos EUA para proteger a fronteira mexicano-norte-americana. Além disso, outra base de submarinos soviética na Nicarágua, além da que já está situada em Cuba, enfraqueceria, de maneira efetiva, o poder naval dos EUA numa escala global e fixaria as já demasiadamente distendidas esquadras navais em águas regionais.

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA

A importância do Caribe para os estrategistas militares não é nova. Logo após as viagens de Cristóvão Colombo, as potências européias reconheceram

que o acesso às águas do Caribe era essencial, tanto por motivos comerciais como militares. Os bucaneiros ingleses, franceses e dinamarqueses começaram a atacar os galeões espanhóis no Caribe e, durante os três séculos seguintes, essa porção marítima estratégica foi disputada pelas grandes marinhas imperiais da Europa. Os conquistadores espanhóis logo descobriram a importância estratégica de Cuba, empregando a ilha como base para a conquista dos grandes impérios asteca e inca no continente americano, assim como de um local a partir do qual pudessem controlar as vias marítimas e defender as colônias espanholas. Os britânicos, sempre alertas à estratégia naval, conquistaram Cuba temporariamente durante as guerras francesas e indígenas do século XVIII. O grande patriota cubano José Martí referiu-se ao Caribe, certa vez, como "o pivô das Américas", e o famoso estrategista naval norte-americano Alfred Thayer Mahan comparou o Caribe com o Mediterrâneo, em importância política e militar.

No decorrer do século XIX, a predominância dos EUA nessa área foi primeiramente contestada pela França e Inglaterra. Napoleão III da França aproveitou-se logo da Guerra de Secessão norte-americana para empossar o Imperador fantoche

Maximiliano no México. Posteriormente, durante o século XX, a Alemanha e a União Soviética também desafiaram essa hegemonia, mas foi a ameaça de uma intervenção européia, sob o manto da Santa Aliança, que levou os EUA a sancionar a Doutrina Monroe, precavendo-se contra novas incursões européias no Hemisfério Ocidental.

No início do século XX, as forças navais britânicas, italianas e alemãs ameaçaram a Venezuela, e, durante a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha tentou conquistar o México com o intuito de impedir que os Estados Unidos se unissem aos Aliados. Berlim tinha a esperança de imobilizar as forças norte-americanas na fronteira mexicana de modo a não serem enviadas para a frente européia. Em 1917, os EUA adquiriram as Ilhas Virgens da Dinamarca para impedir o deslocamento de navios de guerra alemães pelas ilhas e pelo Canal de Anegada.

Durante os anos 30, a Política de Boa Vizinhança, implementada pelo Presidente Franklin D. Roosevelt, visou a fortalecer as nações do Caribe contra a ideologia nazista e a subversão militar. Por ocasião da eclosão da 2ª Guerra Mundial, os submarinos alemães no Caribe tentaram interromper o fluxo de petróleo procedente da Venezuela e do México destinado aos aliados. Além disso, as li-

nhas de suprimento entre os Estados Unidos e a Europa estavam seriamente ameaçadas. Por essa razão, os EUA decidiram adotar novas medidas para defender o acesso ao Caribe pelo Atlântico. Em troca de 50 contratorpedeiros antigos, a Grã-Bretanha autorizou a construção, pelos norte-americanos, de bases militares nas Bahamas, Ilha Grand Turk, Antígua, Sta. Lúcia e Trinidad e Tobago.

Mais da metade dos suprimentos enviados pelos EUA às frentes européia e africana partiu de portos no Golfo do México, passando pelo Caribe. Nas fases iniciais da 2ª Grande Guerra, os submarinos alemães destruíram toneladas de material aliado, afundando navios de carga perto do Estreito da Flórida, apesar de as forças anti-submarinas aliadas desfrutarem de uma vantagem de dois para um. Os submarinos causaram grandes danos, afundando, em seis meses, 260 navios mercantes, cuja metade era constituída de petroleiros. Nos seis primeiros meses de 1942, 114 navios de carga, totalizando 511.000 toneladas, acabaram no fundo das águas do Caribe.

A importância estratégica do Caribe foi aumentada ainda mais pelo Canal do Panamá, que permitiu aos EUA manterem uma presença naval em três oceanos, mesmo dispondo de uma marinha capaz de proteger

apenas um oceano e meio. Antes do término da construção do canal, em 1914, os Estados Unidos estabeleceram bases militares, visando à sua proteção. As bases navais na baía de Guantánamo, Cuba, e em Porto Rico protegiam os Canais do Passa Vento e de Mona.

Após a 2ª Grande Guerra, o tráfego no canal continuou a aumentar. Durante a Guerra da Coreia, 22 por cento do efetivo e material para lá enviados atravessaram o istmo panamenho. Embora os navios-aeródromos e superpetroleiros superassem a capacidade do canal, ele reteve a sua importância estratégica durante a Crise dos Mísseis Cubanos e a Guerra do Vietnã.

Na década que se seguiu à 2ª Guerra Mundial, o mundo foi polarizado pela Guerra Fria. As vias marítimas comerciais tornaram-se cada vez mais vitais para o flanco sul da OTAN em consequência das crescentes remessas de matérias-primas escassas. Os estrategistas norte-americanos tornaram-se posteriormente cada vez mais preocupados com a bacia do Caribe, conforme destacou Thomas D. Anderson em *Geopolitics of the Caribbean*:

Um dos principais objetivos de Washington tem sido o de impedir, aos inimigos em potencial, o acesso às ilhas ao longo da orla oriental do Caribe. A ca-

deia de ilhas tem sido comparada com uma cerca encurvada com cinco portões principais... Além disso, existem, entre as pequenas ilhas orientais, passagens mais estreitas, das quais onze no mínimo, são suficientemente profundas para serem navegadas por qualquer navio atualmente em serviço. O controle dessas vias de acesso proporcionou segurança ao deslocamento marítimo pelo Golfo e o Caribe, bem como uma barreira protetora contra ataques que tivessem como alvo o Canal do Panamá. A capacidade ampliada dos submarinos, aeronaves e mísseis modernos vem mudando algumas dessas relações. Não se sabe exatamente, contudo, até que grau os ajustes nas estratégias geopolíticas têm acompanhado os avanços na tecnologia militar.

A era espacial também tem aumentado a importância estratégica da bacia do Caribe. As estações de rastreamento soviéticas, localizadas em Cuba, são capazes de detectar o lançamento de mísseis balísticos intercontinentais norte-americanos e de monitorar cuidadosamente os vôos de testes, satélites e sistemas de órbita. Cuba dispõe de um sofisticado sistema de coleta de informações em Lourdes, capaz de interceptar ligações telefônicas no território continental dos EUA. Por último, a combinação de submarinos,

aeronaves e mísseis em Cuba empresta maior ênfase à necessidade de uma presença naval norte-americana no Caribe. Mesmo na era do míssil intercontinental, a bacia do Caribe mantém a sua importância estratégica para os Estados Unidos.

A ESTRATÉGIA SOVIÉTICA NO CARIBE

Os Estados Unidos têm tradicionalmente empregado os mares como barreiras defensivas e, ao mesmo tempo, as vias marítimas para marcar presença na Europa, criando um vínculo entre os aliados na Europa e uma rápida e eficaz resposta norte-americana. O fator mobilidade dos EUA fundamentou-se na premissa de um Hemisfério Ocidental isento de quaisquer ameaças externas de vulto. A União Soviética aproveitou a oportunidade, no início da década de 60, para mudar essa situação, ao projetar seu poder no Caribe através da Revolução Cubana. A estratégia soviética visa ao aproveitamento da dependência ocidental das vias marítimas de comunicação (SLOC) vulneráveis nos pontos de estrangulamento naturais: Canal de Yucatán, entre o México e Cuba, Estreito da Flórida, entre os Estados Unidos e Cuba, Canal do Passa Vento, entre Cuba e Jamaica e o Haiti, Canal

de Mona, entre a República Dominicana e a ilha norte-americana de Porto Rico, e o Canal do Galeão, ao sul de Granada.

Além disso, qualquer ameaça militar aos Estados Unidos na América Central tem sido sempre considerada importante, dado a proximidade do Canal do Panamá, que serve não apenas como passagem para o tráfego marítimo entre o litoral Pacífico dos EUA e a Europa, mas, também, como um vínculo entre os litorais Atlântico e Pacífico dos próprios Estados Unidos. Conseqüentemente, os interesses estratégicos dos EUA na América Latina permanecem voltados para o Caribe. Eles nunca devem ser interpretados no estrito senso, em virtude de que ações hostis podem alastrar-se de áreas afastadas para as vias marítimas críticas.

Em qualquer conflito futuro, um número considerável de recursos norte-americanos será empenhado para proteger o Canal do Panamá, enfraquecendo, assim, a presença naval dos EUA nos teatros de operações dos oceanos Índico, Pacífico e Atlântico. Caso o canal fosse destruído, prevê-se que o desvio necessário do tráfego marítimo, procedente da costa oeste dos EUA e contornando o Cabo Horn, acrescentaria até três semanas ao percurso, o que se constituiria num período crucial, e talvez fatal, na eventualidade

de um conflito convencional na Europa. Os suprimentos da Califórnia com destino à Europa, por exemplo, teriam de percorrer o litoral Pacífico da América do Sul até o ponto meridional do continente, na Antártica, para, posteriormente, atravessar todo o Atlântico.

Em qualquer crise européia, 60 por cento dos suprimentos da OTAN, a maior parte de seu petróleo e o grosso dos reforços norte-americanos destinados à Europa partiriam de portos no Golfo do México ou atravessariam o Canal do Panamá. Além disso, a grande maioria das instalações terrestres norte-americanas se encontra a leste dos Montes Apalaches, o que criaria maior dependência dos portos de Nova Orleans, de Mobile, no Alabama, e de Galveston, no Texas, que poderiam ser bloqueados, ou pelo menos ameaçados, por submarinos soviéticos baseados em Cuba. A América Central, o México e a Venezuela são, também, importantes fornecedores de gêneros alimentícios, matérias-primas e petróleo para a Europa. Portanto, novas conquistas soviéticas no Caribe poderiam gerar uma forte pressão sobre a linha de suprimento da OTAN.

Em termos econômicos, a bacia do Caribe não é de suma importância para os soviéticos, cujo escasso comércio na área está voltado principalmente para

Cuba, a Nicarágua e, em menor escala, para o Panamá e o México. Não obstante, os vínculos econômicos estão aumentando e Moscou admite, abertamente, que a região é uma vasta fonte em potencial de matérias-primas. Para o Kremlin, a importância da América Central é mensurada pela facilidade com que pode ser empregada contra a OTAN.

O Caribe constitui-se, também, numa importante via de comércio entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Em tempo de paz, 44 por cento de todo o comércio dos EUA e 55 por cento de todas as importações de petróleo bruto atravessam o Caribe. Atualmente, do total das importações de petróleo pelos EUA, a quantidade procedente do Caribe é equivalente à do golfo Pérsico, sendo a metade refinada na região. Alguns analistas prevêem que, até o fim deste século, até cinquenta por cento de todas as matérias-primas importadas pelos EUA passarão pelas rotas do Caribe.

Durante as 1ª e 2ª Guerras Mundiais, os EUA foram capazes de manter um equilíbrio de poder razoável, na balança global, em virtude da segurança inerente às suas fronteiras terrestres. Além disso, o desdobramento de guarnições terrestres de vulto ao longo da fronteira com o México e no Caribe

foi desnecessário. Todavia, a presença de submarinos e aeronaves soviéticos, bem como de técnicos e assessores militares do bloco oriental, mudaram gradativamente a posição de supremacia dos EUA no Caribe.

As forças armadas cubanas, treinadas e equipadas pelos soviéticos, dispõem atualmente de um efetivo que supera o do Brasil, sendo apenas inferiores às dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental. As forças anti-submarinas ocidentais no Caribe não mais possuem a vantagem de dois para um que previamente desfrutavam sobre os submarinos alemães na 2ª Guerra Mundial. A presença de forças soviéticas no Caribe poderia provar ser mais ameaçadora do que freqüentemente se supõe, uma vez que a presença em potencial de submarinos e caças-bombardeiros soviéticos na Nicarágua pode desestabilizar, ainda mais, a balança do poder regional. Pouco antes da invasão de Granada pelos EUA em 1983, as equipes de construção cubanas estavam trabalhando com afinco na ampliação de um aeroporto que teria projetado os caças-bombardeiros soviéticos a maiores distâncias sobre as vias marítimas centro e sul-americanas.

Os soviéticos construíram em Punta Huerte, na Nicarágua, o maior aeroporto da América Central, capaz de ser utilizado

por qualquer aeronave do arsenal soviético. Dessa forma, as instalações navais norte-americanas na Costa Oeste ficariam facilmente dentro do raio de ação dos caças, aeronaves anti-submarinas e de reconhecimento soviéticos. Atualmente, os soviéticos utilizam Cuba como ponto de partida de seus vôos rotineiros sobre as instalações aeronavais norte-americanas na Costa Leste, monitorando cuidadosamente os desdobramentos das Forças Armadas dos EUA.

Desafortunadamente, tem havido uma costumeira indiferença a respeito da importância estratégica da bacia do Caribe por parte do atual enfoque político-militar norte-americano, gerado por uma combinação de confiança excessiva e desvio da atenção para outras áreas "mais urgentes" de preocupação global. Mas conforme observou o analista de assuntos centro-americanos Robert Leiken, da Fundação Carnegie para a Paz:

... a União Soviética é uma singular superpotência ciente dos benefícios militares, políticos e ideológicos da América Latina. O principal objetivo estratégico de Moscou, na América Central, é transformar a região de uma "reserva estratégica" dos EUA numa área de instabilidade e disputa entre as superpotências... Eles [os soviéticos] acreditam que instabi-

lidade e conflitos no Caribe desviam os recursos e a atenção dos norte-americanos de outras áreas do mundo consideradas, por Moscou, de alta prioridade. As implicações, no que tange à segurança dos Estados Unidos, ao manter suas forças empenhadas no Caribe quando poderiam vir a ser decisivas num conflito da OTAN, são de grande importância.

A CONEXÃO CUBANO-SOVIÉTICA

A Marinha Cubana foi ampliada e participa, com frequência, de exercícios conjuntos com a Marinha Soviética, estabelecendo, efetivamente, uma força do Pacto de Varsóvia no Caribe. O Almirante da Frota Soviética, Sergei Gorshkov, fez uma importante visita a Granada em 1980, ocasião em que foi planejado um dique flutuante soviético destinado a atuar próximo do litoral Pacífico da Nicarágua. Os sandinistas também reivindicaram as Ilhas de San Andrés, atualmente de posse da Colômbia, situadas no Caribe, ao longo das principais vias marítimas entre o Canal do Panamá, o Canal de Yucatán e o Canal do Passa Vento. Elas protegem o acesso pelo norte ao rio San Juan, que seria a saída para o Caribe de qualquer futuro canal nicaraguense. Em 1983, o Ministro das Relações Exterio-

res da Costa Rica, Volio Jiménez, acusou Manágua de firmar um tratado secreto com a União Soviética para a construção de um canal interoceânico através do Rio San Juan e do Lago Nicarágua, o qual permitia aos soviéticos desdobrarem seus navios em ambos os lados do istmo centro-americano.

Após o tratado assinado por Kennedy e Kruchev, como consequência da crise dos mísseis cubanos de 1962, os soviéticos, ao esperarem pacientemente pelas administrações presidenciais norte-americanas subseqüentes, sigilosamente transformaram Cuba numa fortaleza armada além de todas as proporções em relação ao tamanho e à população do país. A militarização de Cuba, por parte dos soviéticos, transformou a ilha numa formidável potência caribenha. O regime de Fidel Castro recebe de Moscou, anualmente, uma média de 4 bilhões de dólares em ajuda, em troca de uma base de submarinos, aeroportos, instalações de treinamento de guerrilheiros, um sofisticado centro de coleta de informações e recrutas, para futuros empreendimentos soviéticos na fronteira meridional dos Estados Unidos.

Operando a partir da base cubana em Cienfuegos, os submarinos soviéticos podem ameaçar as vias comerciais e de comunicações entre os EUA e a

Europa, ao mesmo tempo em que 200 caças MiG-23, decolando de Cuba, vigiam constantemente os grupamentos navais e as instalações militares norte-americanas no Caribe, vez por outra testando seus sistemas de detecção e alerta. Há, aproximadamente, 15.000 militares e civis soviéticos em Cuba, inclusive uma brigada de combate totalmente equipada. Os campos petrolíferos da Venezuela e do México, o Canal do Panamá e os comboios navais e comerciais norte-americanos com destino à Europa estão todos dentro do raio de ação dos submarinos e aeronaves soviéticos baseados em Cuba.

A URSS dispõe atualmente de maiores oportunidades, em virtude de sua base de operações em Cuba. A Marinha Soviética já realizou, desde 1969, 26 exercícios só no Caribe, capacidade esta que concretizou o antigo sonho czarista de possuir uma Marinha de águas quentes. Os soviéticos vêm intensificando, gradualmente, a sua atividade naval no Caribe como parte de um esforço conjunto, visando a reforçar sua postura política e militar. Os contratorpedeiros da classe *Kashin*, os cruzadores da classe *Kirov* e as fragatas lançadoras de mísseis dirigidos da classe *Krivak* ostentam, audaciosamente, a bandeira soviética ao navegarem periodicamente pelas águas do Caribe. Os

navios de superfície soviéticos navegam, com frequência, pelo golfo do México, ao longo do litoral do Texas e da Louisiana, sendo que, três anos atrás, uma flotilha incluía um porta-helicópteros.

O item mais importante na agenda soviética é o rompimento da aliança EUA-OTAN. Moscou deu início, durante a década de 70, a extensos movimentos de flanco com vistas a interromper as vias marítimas da Europa Ocidental, e, no decorrer da última década, os soviéticos conseguiram instalações navais adjacentes ao Mar Vermelho, ao golfo Pérsico e às vias marítimas africanas ao largo do litoral angolano. Durante os seus exercícios navais de escala global (OKEAN), as belonaves soviéticas demonstraram que, com o apoio das instalações em Cuba, seu poder se estendeu até o Atlântico Sul, por onde os navios ocidentais devem atravessar caso o Canal do Panamá seja fechado. Os navios de guerra soviéticos ancorados em Cuba também realizaram exercícios destinados a interditar as vias marítimas do Atlântico Norte, de suma importância para as linhas de suprimento dos EUA à Europa.

A OFENSIVA MARXISTA-LENINISTA

Neste ínterim, Moscou tem-

se valido habilmente de seu aliado cubano para lançar uma ofensiva política e ideológica no Hemisfério Ocidental. A postura regional da União Soviética foi reforçada por três fatores locais: pobreza opressora, sentimentos antiamericanos e intelectuais radicais de classe média. Se bem que os soviéticos não tivessem iniciado as revoluções no Caribe, seus agentes locais e aliados ideológicos incorporaram ou monopolizaram a dissensão popular, canalizando-a em prol dos objetivos soviéticos.

Já em 1971, o estrategista soviético Boris Ponomarev escreveu na publicação *Kommunist*:

O crescimento do movimento revolucionário no continente latino-americano é de extraordinária importância para o processo revolucionário mundial. As aparentemente confiáveis linhas de retaguarda do imperialismo norte-americano estão se transformando num incontrolável foco de revolução antiimperialista. Um movimento revolucionário extremamente poderoso está surgindo ao lado do principal baluarte do imperialismo global, os Estados Unidos. Essas mudanças estão provocando, e inquestionavelmente continuarão a provocar, um forte impacto nas mudanças futuras na correlação de forças mundiais em prol da classe trabalhadora internacional e do socialismo.

As pressões feitas pelos esquerdistas radicais, fundamentadas no modelo antidemocrático totalitário soviético, continuam a constituir um potencial para instabilidade política que o Kremlin pode explorar com facilidade. Na Ilha da Juventude, pertencente a Cuba, literalmente milhares de estudantes caribenhos da classe baixa são doutrinados em princípios antiocidentais e nas teorias marxistas-leninistas. Jovens guerrilheiros e terroristas de praticamente todos os países da América Latina estão sendo encorajados a derrubar as democracias do tipo ocidental, sob o pretexto de justiça social e da inevitabilidade histórica da revolução proletária.

A ofensiva ideológica soviética vem adotando a forma de visitas judiciosamente programadas a Cuba, bolsas de estudo para frequentar universidades do bloco oriental e intercâmbios culturais, inclusive equipes esportivas, balé revolucionário, equipes de saúde, engenheiros e equipes de construção, todos solidários com os movimentos "progressistas" locais. Um mecanismo de âmbito mundial coordena as organizações soviéticas no exterior, que operam nas nações democráticas com o objetivo de estimular a oposição às políticas dos EUA e gerar apoio às iniciativas soviéticas. Uma sofisticada rede de informações, atuando em coordena-

ção com membros dos partidos comunistas latino-americanos locais, suplementa esse vasto esforço de propaganda.

Atuando como mediador patrocinado pelos soviéticos, Fidel Castro ajuda a consolidar as diversas facções guerrilheiras marxistas em países como El Salvador. A presença de assessores e armamentos cubanos asseguraram a ascensão ao poder da facção marxista dos sandinistas, e 2.000 a 3.000 soldados cubanos atualmente servem como uma guarda do palácio da ditadura marxista-leninista em Manágua. Além disso, pilotos e assessores cubanos ajudam os sandinistas na sua luta contra os guerrilheiros contra-revolucionários. Cuba continua a servir de depósito de armas e centro de treinamento para as forças guerrilheiras pró-soviéticas na Guatemala, Honduras, Costa Rica e nas ilhas caribenhas.

As disputas fronteiriças e conflitos regionais na América Central, bem como a desastrosa situação econômica do México, constituem-se em consideráveis fontes de oportunidades para os objetivos estratégicos do Kremlin. Ao explorar o medo latente e a animosidade histórica contra o "imperialismo ianque" e tomar o lado de uma pequena nação contra outra, os soviéticos podem facilmente agravar crises diplomáticas já delicadas. Quando os Estados Unidos

apoiaram a Grã-Bretanha durante a disputa pelas Ilhas Malvinas, os soviéticos rapidamente tomaram o partido da Argentina, embora Buenos Aires estivesse no lado oposto do espectro ideológico.

NOVAS VIAS DE ACESSO SOVIÉTICAS

No fim da década de 70, Moscou começou a buscar novas oportunidades no Caribe, e a estratégica ilha de Granada, encravada entre as rotas do petróleo venezuelano, proporcionou ao Kremlin o seu segundo ponto de estrangulamento no Caribe. Construtores cubanos foram rapidamente enviados para construir uma pista que pudesse ser utilizada por bombardeiros soviéticos e o costumeiro elenco de assessores da Bulgária, Alemanha Oriental e Coreia do Norte foi para lá enviado a fim de consolidar o governo revolucionário. No entanto, esses ambiciosos planos soviéticos foram frustrados quando as forças dos EUA liberaram a ilha, após o assassinato de Maurice Bishop.

A nicarágua, por outro lado, continuou a constituir-se numa oportunidade sem precedentes para estender o poder soviético no Hemisfério. Bem cientes de que um repentino aumento de pessoal soviético na América Central poderia alarmar a opi-

nião pública nos EUA, eles se valeram, habilidosamente, de pessoal cubano, líbio, búlgaro e argelino para enviar toneladas de armamentos sofisticados aos sandinistas.

O volume dessa ajuda aumentou constantemente, de seis remessas de armas, em 1982, para 25 em 1983, finalmente atingindo 37 em 1984. Até 1985, a ajuda militar soviética aos sandinistas havia totalizado 500 milhões de dólares, excluindo milhões de dólares em ajuda econômica. Os soviéticos investiram, até hoje, 70 milhões em 40 novas instalações militares em várias partes da Nicarágua, inclusive o aeroporto em Punta Huerte. Os pilotos nicaraguenses também foram treinados para voar os MiG-23 soviéticos.

No decorrer dos últimos oito anos, os soviéticos têm gradualmente construído uma máquina militar na Nicarágua, cujo poder de fogo é inigualado e sem precedentes na América Central. Atualmente, os sandinistas ostentam uma força armada de 120.000 homens, equivalente à metade da do México, cuja população é 25 vezes maior do que a da Nicarágua. O arsenal sandinista inclui CC pesados, viaturas anfibias, lançadores de foguetes, artilharia pesada, aeronaves de transporte e helicópteros armados, todos de fabricação soviética. Além disso, um incessante fluxo de técni-

cos e pessoal militar do bloco oriental vem acelerando o realinhamento ideológico da Nicarágua com o modelo do comunismo marxista-leninista soviético.

Em consequência disso, as forças militares norte-americanas têm se envolvido cada vez mais, durante os últimos cinco anos, na América Central. Exercícios militares conjuntos norte-americanos e hondurenhos, apoiados por grupamentos navais dos EUA, têm-se tornado rotineiros. O Exército Salvadorenho e guardas de fronteira costariquenhos estão sendo treinados por assessores militares norte-americanos e unidades da Guarda Nacional dos EUA fazem rodízio de missões de serviço ativo em Honduras. Se bem que o número relativo de soldados e navios norte-americanos envolvidos seja reduzido, o compromisso para com a região vem aumentando gradualmente, não restando dúvida de que os Estados Unidos serão forçados a aumentar sua presença militar na região caso seja permitido aos sandinistas consolidarem-se no poder.

À luz do sucesso dos sandinistas na Nicarágua, Moscou reavaliou suas táticas gradativas na América Central. Os partidos comunistas nacionais foram instados a integrar-se às forças guerrilheiras locais e fomentar a harmonia entre elas. A luta armada foi restabelecida e

o banal aventureirismo burguês, previamente criticado, e a ênfase dada por "Che" Guevara, o antigo *bête noire* do Kremlin, à guerrilha foram revitalizados. Os aliados do bloco oriental foram habilmente usados como testas-de-ferro a fim de acalmar as preocupações regionais sobre o intervencionismo soviético. Em virtude disso, existe uma crescente preocupação em Washington no que diz respeito à alarmante hipótese de uma reação em cadeia produzida por sucessivas vitórias marxistas em El Salvador, na Guatemala e, finalmente, no México.

Além do mais, acontecimentos recentes vêm demonstrando que o terrorismo constitui, provavelmente, o método menos dispendioso e mais efetivo de interromper o *status quo* e abalar os governos democráticos. Tal fato é particularmente perturbador quando se considera as conexões terroristas dos regimes castrista e sandinista. Os ataques contra os fuzileiros navais norte-americanos em El Salvador e o assalto terrorista do M-19 ao Supremo Tribunal da Colômbia, em 1985, serviram para demonstrar a ameaça que o terrorismo representa para a estabilidade numa das regiões mais populosas do mundo.

Até o fim deste século, a América Central e o México permanecerão vulneráveis à subversão patrocinada pelos so-

viéticos. Os escassos recursos alimentícios e a explosão demográfica estão agravando as pressões sociais já existentes. As contínuas inequidades econômicas e disputas nacionalistas latentes ainda constituem um potencial para desordens violentas. A exploração pelos soviéticos dessa instabilidade política e econômica, no flanco sul dos EUA, apresenta uma verdadeira ameaça à segurança.

Finalmente, a atual política de contenção dos EUA na América Central exige o desdobramento permanente de suas forças numa missão de policiamento. Em maio de 1986, um estudo do Departamento de Defesa previu que a contenção dos sandinistas marxistas-leninistas iria custar de 7,2 a 9 bilhões de dólares anualmente aos EUA, além de exigir o empenho, a longo prazo, de 100.000 soldados norte-americanos, várias forças-tarefa de navios-aeródromos e um efetivo razoavelmente grande da Força Aérea. Isto iria diminuir a potência e a credibilidade das forças dos EUA, com um limitado envolvimento soviético, e imporia, ao mesmo tempo, uma sombria escolha entre retirar algumas das forças desdobradas na Europa ou aumentar, em caráter permanente, a estrutura de defesa dos EUA, o que parece altamente improvável dado o atual ambiente político em torno do orçamen-

to nacional. Dessa forma, os soviéticos poderiam superar os EUA na manobra, numa escala global, ao aumentar o ônus da defesa regional, além do já existente em proteger as linhas de comunicações.

UMA PREOCUPAÇÃO PARA OS EUA

Num sentido militar, comercial e cultural, as ilhas do Caribe, o México e a América Central continuam a ser de suma importância estratégica para a defesa dos EUA. Entretanto, os vínculos que unem essas regiões geopolíticas estão ameaçados por uma crescente ofensiva militar e ideológica soviética. Essa gradativa projeção da influência e do poder soviéticos no continente americano propagou-se de Cuba até a Nicarágua, mudando, dessa forma, a equação estratégica no Caribe e criando a possibilidade de um maior desvio do poder militar norte-americano, de outros compromissos globais, para uma região cuja proximidade a torna crítica para os mais elementares interesses de segurança norte-americanos. O problema reside no fato de que os recursos militares dos EUA não são inesgotáveis e que o desafio soviético no Caribe traz consigo o potencial para distrair e desviar as forças dos EUA do teatro de operações europeu.

Num sentido estritamente militar, a União Soviética não desfruta de uma posição estrategicamente segura para manter um envolvimento direto em grande escala na América Central, nem é o Caribe considerado vital pelo Kremlin para sua própria sobrevivência. Todavia, o aventureirismo soviético, tão perto dos EUA, constitui, em si, um empreendimento de baixo risco, uma vez que o fracasso provocaria limitadas repercussões propagandísticas e os sucessos, como os obtidos em Cuba e na Nicarágua, proporcionariam grandes benefícios diplomáticos e militares. Embora uma intervenção direta pelos soviéticos nunca deva ser excluída totalmente, eles exibem uma preferência histórica em fomentar a desestabilização através da guerra de guerrilhas e do terrorismo, atuando com mais frequência em colaboração com seus aliados cubanos. Durante a crise dos mísseis cubanos, e mais recentemente em Granada, ocasiões em que os Estados Unidos demonstraram a sua determinação em enfrentar a ameaça soviética na sua própria esfera de influência, Mos-

cou optou por uma linha de ação mais segura.

Além disso, a ameaça soviética à região vem enfrentando resistência, e a vitória das facções guerrilheiras pró-soviéticas no Caribe não provou ser, contrariando as freqüentes declarações da doutrina marxista-leninista, um fato historicamente inevitável. Na verdade, a decisiva liberação de Granada pelos EUA pôs termo, de uma vez por todas, às alegações da Doutrina Brejnev, a qual salientava que, uma vez estabelecido o comunismo num país, não havia maneira de reverter o processo. Muitos dos problemas regionais nas áreas de desenvolvimento econômico, disputas fronteiriças e instabilidade social continuarão a longo prazo, mas é de se esperar que os EUA sejam capazes de ajudar seus aliados caribenhos a solucionar esses assuntos urgentes, antes que possam ser explorados por Moscou. Somente uma ajuda militar e econômica adequada a essa tão importante região estratégica protegerá o Caribe contra uma futura subversão soviética.

Daniel Fitz-Simons é Ph.D., analista de assuntos latino-americanos no Centro de Operações de Informações da Marinha dos EUA, em Suitland, Md., e professor de relações EUA-Caribe na Universidade Georgetown, Washington, D.C.



Agropecuária

Arames farpados.
Arames ovalados.
Cordoalhas para curral.
Distanciadores para cerca.
Grampos galvanizados para cerca.
Arames para enfardamento de algodão.
Arames para vinhedos.

Eletificação e Telecomunicação

Arames galvanizados de uso em telefonia e telegrafia.
Arames galvanizados para almas de cabos de alumínio.
Cordoalhas de aço galvanizadas para para-raios.
Cordoalhas de aço galvanizadas para estais, mensageiros, tirantes em linha de transmissão e aplicações similares.

Construção Civil

Fela soldada.
Arames recozidos para amarração.
Arames de relaxação normal e de relaxação baixa para concreto protendido.
Cordoalhas de relaxação normal e de relaxação baixa, de 2, 3 e 7 fios para concreto protendido.

Além desta, os produtos Belgo-Mineira têm utilidades que você nem imagina.

Todos eles com a qualidade Belgo-Mineira, uma empresa de produção diversificada e sólida como o aço. É por isso que ela está entre as oito maiores empresas privadas nacionais.



Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira

Indústria e Uso Geral

Arames para fabricação de parafusos auto-roscantes, parafusos para madeira, porcas, arruelas, esferas, etc.
Arames galvanizados qualidade industrial.
Arames para telas de alambrado.
Arames recozidos.
Arames para pregos.
Arames galvanizados e cobreados para grampeação.
Arames cobreados para solda sob atmosfera gasosa (CO_2), ao arco submerso e oxiacetilênica.
Arames para eletrodos revestidos.
Arames galvanizados para gabiões.
Arames para molas mecânicas.
Arames para molas de estofados.
Arames para raios de bicicletas e motocicletas.
Arames para enfardamento de celulosos.
Arames para lâ de aço.
Arames para cabo de escova, grampo de cabelo, anzóis.
Arames para cabos.
Arames para a pesca de lagosta.
Arames para fabricação de cordonéis para pneus radiais de aço.



PERFIL PROFISSIONOGRÁ- FICO, SUA APLICAÇÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL

Antonio Fernando Gomes da Costa

Após conceituar Perfil Profissiográfico, o autor analisa sua aplicação na seleção dos corpos docente e discente, na orientação vocacional e na elaboração e revisão de currículos. Matéria de interesse particular dos que se dedicam à administração do ensino.

"Toda pessoa que conhece seu ofício utiliza o instrumento adequado. Assim, um mecânico elege o calibre para medir a grossura das distintas peças e o pedreiro o fio de prumo para averiguar a verticalidade de uma parede".

(Cols e Marti)

O PERFIL PROFISSIONOGRÁFICO

Todo desempenho profissional pressupõe conhecimento da função, ofício ou ocu-

pação com que se lida, necessita utilizar instrumentos e máquinas adequados, empregar a matéria-prima apropriada e executar tarefas específicas.

O estudo das ocupações e das condições sob as quais se

realiza encontra-se alicerçado na Análise Ocupacional, a qual é definida, pela *National Personnel*, como sendo "um processo que resulta do estabelecimento dos elementos componentes do trabalho, determinando as características necessárias ao empregado para seu exercício adequado".

Os resultados da avaliação crítica das operações, tarefas e relações interpessoais exigidas para o exercício de uma ocupação são configurados no Perfil Profissiográfico.

A Análise Ocupacional, e em decorrência o Perfil Profissiográfico, presta serviço a uma grande causa: possibilitar a realização do homem no trabalho. Além disso, fornece subsídios para racionalizar a execução de tarefas, adequar o instrumental, oferecer um ambiente mais propício à produtividade e melhor qualificar o profissional.

A averiguação das potencialidades da Análise Ocupacional permite que se constate sua utilização em diversos campos de aplicação, como, por exemplo, seleção, promoção, reclassificação, remanejamento, previdência social, formação, aumento do rendimento, aumento da produtividade, prevenção contra acidentes, orientação, reabilitação e informação profissional.

Neste artigo abordar-se-á a aplicação do Perfil Profissiográfico como instrumento de atri-

moramento do processo educacional, uma vez que pode ser utilizado, com previsão de sucesso, na seleção do corpo docente e discente, na orientação vocacional, na elaboração e revisão de currículo, bem como na avaliação do processo educacional.

SELEÇÃO DO CORPO DOCENTE E DISCENTE

Possivelmente foi Platão, em sua obra *República*, quem primeiro proporcionou exemplos explícitos das chamadas "diferenças individuais". Ao tratar do Estado ideal, ele atribuiu a indivíduos tarefas especiais, de modo a possibilitar um melhor ajustamento.

No livro II de *República* consta que "...nenhuma pessoa nasce idêntica a outra, mas cada uma difere da outra em dotas naturais, sendo uma mais indicada para uma ocupação, outra para outra". Apesar do tempo decorrido dessa constatação, assim como do enfoque técnico-científico moderno, as estratégias educacionais em inúmeras instituições de ensino ainda mantêm métodos e programas como se os educandos não fossem seres individuais, com características, capacidades e habilidades próprias.

A linguagem popular frequentemente discrimina as pessoas em "que têm" e "que

não têm". Pedro sabe escrever, Antonio não sabe; Maria tem talento para música, Carmem para pintura; José para Matemática e João para liderar pessoas. É evidente que essas assertivas são intuitivas, resultam de observações práticas. Mas nem por isso deixam de ser pertinentes. Por outro lado, também se verifica uma distinção quantitativa. As diferenças entre as pessoas são colocadas em termos de grau, como se fosse possível colocar os indivíduos ao longo de uma escala contínua, no que pese as peculiaridades de cada um de per si.

Não resta dúvida de que a avaliação das diferenças individuais, quer segundo um critério qualitativo, quer quantitativo, é uma questão de difícil abordagem. Contudo, a aplicação de métodos e técnicas, cientificamente validados, serve se não para solucionar, pelo menos para minimizar os problemas decorrentes do desajuste homem-trabalho.

Com tal propósito, o processo seletivo do corpo docente e discente das instituições de ensino devem buscar respaldo na Profissiologia. Trata-se de uma subdivisão da Ergologia, que estuda as profissões de duas maneiras: subjetivamente, quando associa a personalidade profissional com as aptidões; e objetivamente, ao estabelecer as formas e classes das profissões

e aptidões requeridas para o trabalho.

Em resumo, a forma mais eficaz de assegurar melhores níveis de excelência profissional ou de rendimento escolar é através da seleção, oportunidade em que se avaliam as características, capacidades e habilidades requeridas para o desempenho profissional, tendo como apoio a Psicometria e, como fundamento, o Perfil Profissiográfico.

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

Escolher é um problema que está presente durante toda a vida. O ser humano, constantemente, se depara com várias opções: o que estudar, com quem e quando casar, como proceder em face a determinada situação-problema etc. Pode-se até inferir que o indivíduo é produto de escolhas realizadas. Entretanto, indubitavelmente, a escolha que vai caracterizar profundamente a existência é a da ocupação profissional. Basta recordar-se que é em decorrência dessa escolha que se passa a desfrutar determinado padrão sócio-econômico e cultural, assim como ser reconhecido por um certo estilo de vida.

Numa tentativa de simplificar a complexidade do problema, conta-se com a Orientação Vocacional, definida pela Associação Nacional de Orientação

Vocacional como "processo pelo qual se ajuda uma pessoa a escolher uma ocupação, a preparar-se para ela, ingressar e progredir nela".

A Orientação Vocacional não deve ser vista como um problema exclusivo de determinados adolescentes. A questão é abrangente, sendo inclusive prevista na Lei 5.692/71, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau. No seu Art. 10 consta: "... será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo o aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade."

Torna-se imprescindível que os profissionais da educação, os familiares e a comunidade vejam a Orientação Vocacional não somente como mais um encargo da escola ou uma regalia dos poucos privilegiados que podem custear uma orientação numa clínica de psicologia especializada, mas como um problema de todos aqueles que têm como meta a conjugação de esforços em prol do ajustamento do binômio homem-trabalho.

Na tentativa de equacionar o problema, têm surgido diversas correntes teóricas, umas enfatizando determinantes do indivíduo, outras da cultura. Num esforço de síntese, ao se confrontar diversos pontos de vista, chega-se à conclusão consensual de que a Orientação Voca-

cional é um processo que deve atender, pelo menos, a três aspectos comuns, como sejam:

- ser produto de uma decisão tomada pelo próprio indivíduo;
- ser apoiada em bases racionais;
- ser consequência do autoconhecimento (aptidões, interesses e traços de personalidade), informações ocupacionais, bem como do atendimento das condicionantes impostas pelo meio sócio-econômico, compatíveis com o nível de aspiração, expectativa e possibilidade do orientando.

Assim, a escolha vocacional é o resultado da confrontação de características pessoais, obtidas com o auxílio da Psicometria, em face das exigências peculiares de diversas ocupações, as quais, objetivamente, podem ser encontradas no Perfil Profissiográfico. O perfil permite que o orientando avalie adequadamente suas capacidades, habilidades, interesses e traços de personalidade, seus pontos fortes e fracos, de maneira a estabelecer objetivos possíveis de serem alcançados. Funciona como mais um recurso de comparação de seus dotes pessoais com as oportunidades oferecidas pelo meio. Em suma, para se fazer uma escolha vocacional realista vale a pena lembrar a recomendação de *Cristes*: "O

indivíduo deve poder trazer o futuro a um presente psicológico, considerar vantagens e desvantagens dos possíveis cursos de ação, entregar-se a uma das alternativas e logo controlar sua conduta o suficiente de modo a levar a cabo o que escolheu."

ELABORAÇÃO E REVISÃO DE CURRÍCULO

Em Educação, o conceito de currículo tem variado muito através do tempo, uma vez que tem procurado acompanhar as transformações sociais e técnicas, e as reformulações dos objetivos do ensino.

Embora o conceito de currículo tenha evoluído, não deixa de ser significativa sua origem etimológica. Em latim, "curriculum" significa "corrida", "caminhada", "jornada", trazendo em si a idéia de continuidade e seqüência. É justamente esse sentido de caminhada em busca da consecução dos objetivos do processo ensino - aprendizagem que contribui para aumentar a importância do papel do educador no contexto educacional. É oportuna a citação de Dalilla Sperb:

"O professor de nossos dias não pode ser apenas o obreiro que executa o programa de ensino que uma autoridade lhe coloca nas mãos.

O professor moderno deve ser um líder de consciência sensível e de alto grau de responsabilidade pela obra que se propôs realizar. Deve, antes de mais nada, saber o que está fazendo. Problemas de currículos, por isso, são também seus problemas e não somente de autoridades educacionais."

Depreende-se da assertiva que o currículo é um dos aspectos da área de ensino onde a responsabilidade do educador se faz sentir.

O entendimento de currículo como mera lista de matérias a estudar, de simples relação de assuntos e programas a serem ministrados e passivamente recebidos pelo aluno, evoluiu para algo bem mais amplo, mais abrangente, interessando até a ambiência em que se desenvolve o processo educacional.

Hoje o currículo é interpretado de maneira bem diferente. Modernamente, é entendido, segundo Bruner, como sendo: "todas as atividades, experiências, materiais, métodos de ensino, e outros meios empregados pelo professor ou considerados por ele, no sentido de alcançar os fins da educação."

Conforme se verifica, o sen-

tido de currículo nos dias de hoje, além de finalístico, tem um compromisso com o instrumental. Procura integrar todos os meios disponíveis para atingir seu fim maior: a educação.

É com esse propósito que os especialistas em educação procuram desenvolver seus trabalhos, baseados em modernas metodologias para elaboração e revisão de currículos.

Um dos pontos de apoio tem sido a Análise Ocupacional, pois é através dela que se pode vislumbrar o comportamento terminal que a escola pretende formar.

Ao descrever as tarefas que o profissional deverá realizar, o Perfil Profissiográfico contribui para que sejam delimitados os objetivos do ensino, selecionados os conteúdos programáticos, adotados os métodos e processos didáticos convenientes, escolhidos os meios auxiliares de ensino para que, finalmente, se possa constatar se os objetivos estabelecidos foram atingidos.

Uma outra contribuição do Perfil é assegurar que, através do estudo comparativo de tarefas típicas referentes a profissionais de uma mesma carreira, se possa definir a amplitude e profundidade dos conteúdos selecionados. Por exemplo ao se elaborar os currículos dos Cursos de Formação de Sargento-Adjunto de Pelotão e Tenente

Comandante de Pelotão, os conteúdos na disciplina Emprego Tático serão diferenciados. Não resta dúvida que ambos devem conhecer o emprego da mesma fração; entretanto, a diferença quanto à natureza, extensão e profundidade de conhecimentos se fundamenta na Análise Ocupacional.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A avaliação educacional é um processo complexo, é intencional e, como tal, exige apreciação de resultados.

É através da avaliação que o educador pode certificar-se se os objetivos educacionais estabelecidos foram atingidos ou não. Infelizmente, por razão que não cabe discutir neste espaço, a avaliação não tem sido, quase sempre, considerada como integrante do processo educativo global. Tem sido considerada um patrimônio exclusivo dos professores, como se fosse um fim em si mesmo e valorizado, preferencialmente, no domínio cognitivo e psicomotor.

A avaliação tem uma função educacional integrativa, ao dispor de condições para fornecer as bases de planejamento do ensino, possibilitar a seleção e a classificação do corpo docente e discente e ajustar políticas e práticas curriculares. Essas são as chamadas funções gerais da

avaliação. As específicas seriam: estabelecer o controle do processo ensino-aprendizagem, contribuindo desta maneira para aperfeiçoar o ensino, estabelecer situações individuais de aprendizagem e facilitar o diagnóstico.

É fundamental que os educadores considerem que educar não é sinônimo de aprender e que a avaliação pode ser um instrumento útil ou nocivo, conforme o preparo ou despreparo dos que a utilizam. A própria palavra educação em sua origem etimológica latina *ex-ducere* dá a idéia de extrair, retirar, conduzir alguma coisa para fora. Figurativamente, seria a passagem de uma forma para outra de conduta. O Prof. Dr. Raul Bittencourt salientou que "...adquirir condutas novas é a essência psicológica da educação ... Entre a conduta anterior e a nova conduta aprendida está precisamente o processo educativo, a aprendizagem."

Educação supõe uma noção de valor. A noção de valor implica em escolhas, preferências, quer positivas quer negativas. Já aprender é adquirir uma nova conduta, modificar ações comportamentais. Portanto, só ocorrerá educação, na verdadeira acepção da palavra, quando o comportamento modificado for valorizado em relação a um padrão de natureza social ou científica em termos apreciáveis. O

exemplo clássico é do militar que, tendo aprendido a atirar habilmente, tenha feito uso dos ensinamentos auferidos em uma ação homicida não beligerante.

Qual seria, então, a correlação entre avaliação e Perfil Profissional? O Perfil é um parâmetro que, uma vez validado, funciona como um modelo, um paradigma, onde constam os requisitos valorizados e necessários ao desempenho funcional. Uma vez utilizado, ficam minimizadas as ocorrências de distorções no processo avaliativo. Por outro lado, é uma contribuição para educar o avaliado como um ser total, onde os domínios cognitivo, afetivo, psicomotor e conativo se interagem harmoniosamente.

BIBLIOGRAFIA

- ANASTASI, Anne. *Psicologia diferencial*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1967.
- AZEVEDO, Meira Dias da Cruz. *Análise Ocupacional - um instrumento para elaboração de currículo*. Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1976.
- BITTENCOURT, Raul Jobim. *Sumário de Filosofia da Educação*. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, s.d.
- BLOOM, Benjamin S. et al. *Taxonomia de objetivos educacionais*. Porto Alegre, Globo, 1978.
- BRASIL, Ministério do Exército. *Centro de Estudo de Pessoal. Metodologia para elaboração e revisão de currículo*. Rio de Janeiro, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, 1973.
- _____. Ministério do Exército. Centro de

Estudo de Pessoal. *Projeto avaliação - análise profissiográfica*. Rio de Janeiro, CEP, s.d.

_____. Ministério do Exército. Centro de Estudo de Pessoal. *Orientação Vocacional*. Rio de Janeiro, CEP, 1978.

BRUNER, Jerone W. *Princípios básicos de currículo e ensino*. São Paulo, Nacional, 1972.

CRISTES, John O. *Psicologia*. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1974.

GRONLUD, Norman E. *A formulação de objetivos comportamentais para aulas*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1976.

SPERB, Dália G. *Problemas gerais de currículo*. Porto Alegre, Globo, 1974.

SUPER, Donald et alii. *Psicologia Ocupacional*. São Paulo, Atlas, 1972.

TURRA, GMG et alii. *Planejamento de ensino e avaliação*. Porto Alegre, PUC/EMMA, 1974.



ANTONIO FERNANDO GOMES DA COSTA é Major do Exército da Arma de Infantaria (Aspirante a Oficial de 1972). Na área educacional, especializou-se em *Psicotécnica Militar, Orientação Educacional, Revisão e Elaboração de Currículos em cursos ministrados pelo CEP*. É Mestre em Estudos de Problemas Brasileiros pela UERJ; Licenciado em Estudos Sociais pelas Faculdades Integradas Simonsem/RJ, habilitado pelo Ministério da Educação em *História do Brasil, OSPB e Educação Moral e Cívica*. Funções que desempenha atualmente: *Orientador Psicopedagógico da AMAN, Professor de Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica da AEDB/Resende-RJ e Professor de Problemas Sociais, Econômicos e Contemporâneos da SOBEU/Barra-Mansa-RJ*.



A DESCOBERTA DO CABO DA BOA ESPERANÇA. PORTUGAL E ÁFRICA DO SUL

Horácio de Sá Viana Rebelo

O dia 3 de fevereiro de 1988 assinalou meio século da descoberta do Cabo da Boa Esperança.

Este artigo, transcrito da "Revista Militar" das Forças Armadas de Portugal (edição Fev/Mar 88), rememora este fato, marco do progresso da humanidade e justo orgulho do povo português.

Assina-o o general Horácio de Sá Viana Rebelo, das Forças Armadas de Portugal.

1. Comemoram-se presentemente os 500 anos da chegada de Bartolomeu Dias ao extremo sul da África, marco importante na expansão de Portugal, e data do maior relevo, no final do século XV, para a vida mundial. A costa

ocidental da África era já conhecida nesse século até 26° N, por alturas do Cabo Não, e os marinheiros, nos princípios dos anos 1400, não passavam o Cabo Bojador, sobre cujo mar corriam as lendas mais fantásticas; só em 1434 Eanes, enviado pelo

Infante D. Henrique, dobrou o famoso Cabo, destruiu as lendas e abriu o Sul à navegação. Logo no ano imediato o mesmo navegador passou o Trópico de Cancer, no Rio do Ouro, e em 1441 Nuno Tristão atingiu o Cabo Branco, na fronteira da atual Mauritânia. Na década de 1450 os navegadores portugueses chegaram à Guiné e à Serra Leoa, e pouco depois de 1460 Pedro de Sintra alcançou a latitude de 6° N. Os portugueses estavam perto do Golfo da Guiné, considerado nesse tempo como o fim de África; de fato, os navegadores portugueses descobriram e exploraram o Golfo e as suas Ilhas, incluindo S. Tomé, Príncipe e Fernando Pó, tendo passado o Equador por volta de 1474.

Na idéia da Corte Portuguesa havia, no entanto, o objetivo da Índia, com as vantagens econômicas e de expansão da fé católica que Portugal recebera. O futuro rei D. João II impulsionou essa idéia, tendo em 1482 enviado uma expedição sob o comando de Diogo Cão à costa de África, a qual atingiu a foz do rio Zaire, em Angola, que foi explorado na esperança de que seria a abertura marítima para a Índia. Numa segunda viagem atingiu Diogo Cão, em 1485, a latitude 22° S, no atual Sudoeste Africano (Namíbia). Mas só uns anos mais tarde Bartolomeu Dias foi encarrega-

do pelo rei de descobrir o caminho marítimo para a Índia, que se julgava já próximo. O navegador português partiu de Lisboa com 3 caravelas, passou para Sul do Cabo da Boa Esperança, afastado dele devido a uma forte tempestade, e chegou a uma enseada – a das Vacas ou S. Brás –, já na costa oriental de África, a 3 de Fevereiro de 1488. Tal enseada é chamada hoje Mossel Bay. No seu regresso a Portugal torneou então o Cabo das Agulhas e depois o Cabo da Boa Esperança, que se encontra no extremo Sul do continente africano, e onde se misturam as águas dos Oceanos Atlântico e Índico.

O Cabo da Boa Esperança fica no final da Serra da Mesa, imponente maciço orográfico que domina a atual Cidade do Cabo. E nunca mais se esquece o panorama que agora se vê quando se desce de helicóptero por cima da Serra da Mesa sobre a Cidade, com o Oceano Atlântico ao fundo, a cidade junto da montanha, e o amplo casario dos bairros limítrofes a estender-se na planície. É uma vista surpreendente, que eu tive a ocasião de observar, e sem dúvida inesquecível.

Só 9 anos depois daquela data de 1488 Vasco da Gama, a mando do novo rei D. Manuel I, partiu de Lisboa com 4 navios, seguiu a costa de África até ao Cabo da Boa Esperança, do-

brou-o, e continuou depois a exploração onde Bartolomeu Dias a deixara, descobrindo o Natal, o rio Zambeze, a Ilha de Moçambique, e continuando até à Índia, onde chegou em maio de 1498. Gastou na viagem cerca de 10 meses, e consumou-se assim o sonho de Portugal e do Mundo Ocidental: abriu-se o caminho marítimo para a Índia, através de um mar difícil, que ainda hoje é sulcado por milhares de navios.

A meio caminho, por água, entre as civilizações ocidentais e orientais, fica a África do Sul.

2. A África do Sul, situada no continente africano entre Angola e Moçambique, não foi explorada ou povoada pelos portugueses. A nossa gente descobriu estas terras, mas não se fixou ali. Várias razões deverão ter influído para tal, e principalmente terão sido as seguintes:

- As "aguadas" serviam, em Angola e Moçambique, as necessidades dos navios na rota para o Oriente;
- Angola fica mais perto da Europa e Moçambique da Índia, atração fundamental daquele tempo;
- A agressividade de parte das costas sul-africanas e as dificuldades do seu interior, especialmente tendo em conta a exploração

dos interiores de Angola e Moçambique;

- O sistema dos ventos do sul do Equador, fundamental para caravelas, que as afastava da costa Sul da África e depois as conduzia diretamente ao Cabo da Boa Esperança e mais adiante às costas do Oceano Índico, onde as monções dominavam;
- O declínio da ação portuguesa a partir de 1540, e que conduziu ao domínio temporário da Espanha em 1580, levando as atenções ultramarinas portuguesas em se fixarem sobre as posições já tomadas, buscando explorar e aumentar os domínios locais;
- A concorrência marítima que a partir dos meados do século XVI começou a desenvolver-se entre ingleses e holandeses.

Os esforços holandeses exerceram-se principalmente nas ilhas da Indonésia de hoje, fundando em 1601 a Companhia das Índias Orientais, com sede em Java. A importância que a Companhia passou a ter no comércio mundial, a necessidade de os navios holandeses fazerem escala na rota entre a Holanda e a Indonésia levaram ao estabelecimento, em abril de 1652, de um ponto de apoio nas

proximidades do Cabo da Boa Esperança, onde Jan Van Riebeck se instalou. Parece que este holandês, com os seus companheiros, foram os primeiros homens brancos que se fixaram no sul da África, depois de século e meio antes ali terem estado os portugueses de Bartolomeu Dias. Estes foram realmente os primeiros homens brancos e europeus que estiveram na África do Sul, e ainda hoje a República daquele País considera figuras precursoras da sua História as de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama; aquele tem uma estátua no centro da Cidade do Cabo, e o retrato de Vasco da Gama figura em lugar saliente no "The Castle" da mesma cidade, parece que o sítio onde Van Riebeck se instalou à chegada. De uma das vezes que ali estive, guardo uma fotografia, junto daquele quadro, com o atual Presidente Pieter Botha.

3. Os holandeses de Van Riebeck não tinham idéia de colonização local. Encontraram alguns indígenas que se tinham também aventurado até aquelas regiões, e inicialmente o Cabo foi tão-somente considerado um ponto de apoio entre a Holanda e a Companhia das Índias Orientais.

Em consequência das lutas daquele tempo travadas entre

portugueses, holandeses e ingleses, e sendo cada vez mais numerosa a população do Cabo, com holandeses, alemães, hottentotes negros locais, escravos das colônias, portuguesas e asiáticos, foi consolidada a idéia de colônia que teve a sua forma inicial com a chegada do governador holandês Van der Stel, que, no dizer de historiadores, foi o primeiro que concebeu a idéia de fazer da África do Sul uma terra de gente branca onde os holandeses poderiam estabelecer-se e criar uma nova sociedade. Esta colonização foi bastante aumentada na época do rei de França Luis XIV, quando revogou o Editto de Nantes e muitos huguenotes, protestantes franceses, vieram para a África do Sul.

Entretanto a poderosa e rigorosa Companhia continuava a ter uma grande influência local, nem sempre suportável pelos habitantes brancos da colônia do Cabo, e assim gerou-se uma espécie de fusão entre holandeses, alemães e franceses, muitos dos quais começaram a expandir-se para o interior, formando um sentimento de nacionalidade sul-africana.

No princípio do século XIX havia assim 3 grupos de brancos na África do Sul:

- os habitantes da Cidade do Cabo, ligados aos navios que ali aportavam;

- os habitantes do interior imediato, geralmente agricultores;
- os habitantes e pioneiros do mato, arredios da legislação do Cabo e envolvidos em lutas com os negros para estabelecerem a fronteira.

Este último grupo, o "boer", era formado por gente aventureira e destemida, que teve inúmeros combates com os naturais africanos das regiões que exploravam, e começaram a distinguir-se como um povo. As guerras com os locais, nomeadamente hotentotes, bosquimanos e xhosas, deram aos brancos grande força e coesão, e cada vez mais se afastaram das leis rigorosas da Companhia das Índias Orientais.

Este estado de coisas terminou em 1795 com a ocupação da Cidade do Cabo pelos ingleses, no seguimento de uma guerra entre a Inglaterra e a Holanda, e que subverteu o prestígio dos holandeses, agravado por lutas mantidas com os franceses. A cedência da Colônia do Cabo aos ingleses só foi confirmada em 1814, depois da queda de Napoleão. Os ingleses encontraram na África do Sul, no entanto, um povo branco, o boer, que dominava quase toda a região, e tinha um sentimento nacional já aprofundado.

4. Os ingleses trouxeram consigo as idéias liberais, favoráveis à abolição da escravatura nos negros, que em parte ajudavam nas fazendas boer. A escravatura foi de fato abolida em 1813, mas deixou muitos negros sem destino e sem modo de vida certo, criando-se um fosso com os brancos locais, ainda mais aumentado pela vinda de muitos ingleses para a Colônia trazidos pelas dificuldades de emprego ocasionadas em Inglaterra pela revolução industrial.

Os primeiros tempos da ocupação inglesa na África do Sul foram caracterizados pelas lutas com os Bantos, conjuntos de povos de cor vindos do Norte, e que complicavam a definição das fronteiras, sobretudo a oriental; os ingleses acabaram no entanto por vencer a guerra, na qual o adversário mais aguerrido foi o zulu, apoderando-se na região Leste da África do Sul, o Natal.

Os boeres não se conformavam, no entanto, com as leis inglesas, tanto mais que nem eles compreendiam a língua inglesa, nem os ingleses a língua usada pelos Boeres: a língua holandesa local ou africander. Assim nasceu em muitos boers a idéia de emigrarem para o Norte, furtando-se aos decretos e ordens inglesas, que lhes roubavam os escravos e diminuíam as suas fazendas. Esta emigração em

massa constituiu o "grande trek", a palavra *africander* que significa "mudança". O "grande trek" é o movimento que criou a idéia da nação *africander*, um povo branco diferente dos outros e com idioma próprio. O objetivo imediato do "grande trek" era o de as famílias boer que emigrassem conseguir atravessar o rio Orange, e depois escolher o destino final: o Transval ou o Natal.

Não foi pacífico nem fácil o início do movimento boer, constituído por escassas centenas de famílias; houve lutas com tribos locais várias, e por volta de 1835 os boeres fixavam-se no Transval, no Orange e no Natal, atraindo para estas regiões milhares de indivíduos que se tinham fixado no Cabo, e enfraquecendo portanto a colônia inglesa da África do Sul. No entanto, muitos boeres tinham ficado na Cidade do Cabo, e formaram-se assim 2 centros de *africanderes*: um na região do Cabo e outro na região de Pretória, no Transval, cidade que tira o nome de um famoso chefe boer, Pretorius.

Com o andar dos tempos, no correr dos anos foram reconhecidas pelos ingleses sucessivamente, em 1853 e 1854, as repúblicas independentes do Transval e do Orange, ao passo que o Natal foi anexado pelos ingleses, que ligaram o Cabo ao Natal. Em Pretória havia o de-

sejo de juntar as 2 repúblicas *africander*, Transval e Orange, para defesa contra os colonos ingleses e contra os bantos. Parte destes tinham cedido terras ao Orange, ficaram em parte do seu território e ligaram-se à Coroa inglesa, constituindo a Basutlândia, hoje o Lesotho.

Por volta de 1870 foi descoberto um jazigo de diamantes em Kimberley, perto da fronteira do Orange (Estado Livre), cujo Governo entendeu que os terrenos lhe pertenciam, o que era contestado pelos ingleses, e uma arbitragem considerou formalmente os terrenos diamantíferos ligados à Colônia do Cabo, onde estava o Governo Geral; isto cimentou a idéia nas repúblicas *africander* de que os ingleses pretendiam tirar às repúblicas as suas riquezas. Aqui começou a radicar-se a hostilidade entre boeres e ingleses, que deu origem mais tarde à guerra anglo-boer do fim do século XIX. Entretanto, as repúblicas boer sentiam-se isoladas do mar, havendo a idéia de um acordo entre a República do Transval e Portugal para a ligação ferroviária a Moçambique.

Em 1875, devido a dificuldades na situação interna do Transval, os ingleses quiseram-no anexar, o que deu origem a uma primeira guerra entre ingleses e boeres, que culminou na batalha de Majuba, ganha pelos

boeres, e levou novamente à independência do Transval.

5. Por essa época foram para Angola muitos boeres, cerca de 300, que se instalaram especialmente na região da Humpata, ao Sul da Huila. Com as suas armas e os seus carros de bois, novidade em Angola, foram bons auxiliares dos portugueses e colaboraram nas lutas com os indígenas locais. Algumas famílias boer fixaram-se na região, e eu tive ocasião, quando ali estive em 1956/59, de tomar contacto com boeres e seus descendentes, ali estabelecidos em fazendas próprias.

Em 1883 subiu ao poder, no Transval, Paul Kruger, que se manteve na presidência daquela República até à sua queda, na sequência da guerra anglo-boer do fim do século. Era homem muito considerado no país, que sonhava com uma república englobando o Estado livre de Orange, e até a ligação de todos os boeres na África do Sul. Do lado inglês estava Cecil Rhodes, que do Cabo se opunha a Kruger. Esta época foi de grande crise para o Transval, devido à descoberta local do ouro e à vinda de gente de todo o mundo para explorar essa riqueza. Rhodes era um imperialista convicto, que pensava no domínio de toda a África, desde o Cabo ao Cairo. A sua implantação nas minas de Kimberley, as

suas iniciativas como banqueiro, a sua nomeação para deputado na Cidade do Cabo e a sua ascensão a primeiro Ministro no Cabo iam promovendo o cerco ao Transval, conseguindo simultaneamente a ligação do Cabo com a Bechuanalândia (Botswana) por caminho de ferro, unindo as duas colónias da Coroa inglesa.

Esse cerco no Transval ia aumentando e Kruger pretendia cada vez mais a ligação por caminho de ferro a Lourenço Marques, para obter uma saída para o mar. Como era evidente, isto causou muitas dificuldades e preocupações à diplomacia portuguesa, dada a antiga aliança com a Inglaterra. Ao mesmo tempo os colonos holandeses do Cabo manifestavam simpatia pelos boeres; o seu número era grande e essa simpatia aumentou com a derrota inglesa em Majuba. Tal veio radicar mais a ideia de aumentar a nação boer ligando os boeres do Norte com os do Cabo.

A descoberta do ouro atraiu, como se disse, muitos estrangeiros, os "uitlanders", ao Transval, tendo sido fundada a cidade de Joanesburgo, na qual a população era principalmente de fora, e não boer. Com a penetração, incentivada por Cecil Rhodes, na Rodésia, hoje Zimbábue, continuou a apertar-se o cerco ao Transval; foi promovida mesmo uma revolução em Joa-

nesburgo, mas mais uma vez os boeres tornaram vãs as tentativas feitas, o que parece ter acarretado a renúncia de Rhodes ao cargo de 1º Ministro da Colônia do Cabo, e ligou mais o Orange ao Transval.

Entre 1896 e 1899 foi crescendo a tensão entre o Cabo e o Transval, aumentando com a simpatia inglesa pelas aspirações dos "uitlanders"; a supremacia industrial da Grã-Bretanha no Mundo era notável; foi ainda tentado pelo Governo do Cabo realizar conversações com Kruger. Foi tudo inútil para fazer vergar o Transval e trazê-lo, com as suas riquezas, ao domínio do Cabo, com o objetivo de tornar a África Austral um grande território inglês. Assim nasceu a guerra anglo-boer.

6. A guerra durou de 1899 a 1902. Inicialmente os ingleses da Cidade do Cabo consideraram que a guerra com os boeres seria curta. Por um lado, o desejo inglês de abater os boeres; por outro, o desejo destes de serem independentes. Os ingleses do Cabo entreviam um futuro grandioso, como já se aflorou, para esta região de África: a Colônia do Cabo, apesar da sua maioria boer, envolveria o Orange, o Transval e o Natal, tudo passaria a ser uma Colônia inglesa, e os "uitlanders" seriam seus cidadãos.

A guerra não foi, afinal, cur-

ta, durou 4 anos, e os ingleses tiveram de recorrer a militares de vários territórios seus; os boeres, menos numerosos, conseguiram bastantes êxitos locais, e na Europa havia em alguns países simpatia pela sua causa. A Inglaterra acabou por vencer, aceitando as Repúblicas do Transval e do Orange as suas condições de paz. Segundo alguns historiadores os ingleses utilizaram cerca de 40.000 homens nas operações e os boeres à volta de 50.000.

Portugal estava em situação delicada, mas por razões humanitárias não recusou auxílio aos boeres, vizinhos de Moçambique e amigos. Muitos refugiados boeres foram recolhidos na antiga Colônia portuguesa, e uns quantos vieram depois para o nosso País, onde alguns acabaram os seus dias e cá ficaram. A guerra anglo-boer tem sido objeto de livros de historiadores e de estudos militares, e não pretendo fazer aqui o estudo dessa guerra; apenas aqui se resumirá o que a Portugal respeita, e que se pode até ler em artigos antigos da nossa "Revista Militar".

No decurso da guerra, em Setembro de 1901, o Presidente Kruger, do Transval, quis vir à Europa a pedir o auxílio de governos de alguns países simpatizantes com a causa boer e utilizou o caminho de ferro para Lourenço Marques (hoje Maputo

pelo qual tanto se interessara no seu percurso pelas terras do Transval), cidade onde havia multidões de refugiados. Perseguido pelas forças inglesas, atravessou a fronteira em Res-sano Garcia (naquele tempo), e foi recebido em Lourenço Marques com todas as honras devidas à sua idade e ao cargo que ocupara no Transval, que deixara a Burger. A 22 de outubro desse ano embarcou para a Europa a bordo do cruzador holandês "Gelderland"; na Europa não conseguiu Kruger os auxílios que esperava, e morreu na Holanda pouco depois, em 1904.

Na primavera de 1901 o Governo português mandou evacuar para Lisboa os refugiados que quiseram ser expatriados para a Europa, e os números, segundo os escritos da época, foram os seguintes:

No s/s BENGUELA, chegado a Lisboa em 27/Mar/1901, o General Pinaard, sua família, e 650 boer, alguns acompanhados de suas famílias;

No s/s ZAIRE, chegado a 4 de Abril, o Comdt. Moster e sua família e 527 boeres, alguns com suas famílias;

No s/s AFONSO DE ALBUQUERQUE, chegado a 12 de Junho, 10 boeres considerados elementos subversivos.

Estes últimos foram conduzidos para S. Julião da Barra, e os outros foram espalhados por várias cidades e vilas de Portu-

gal, onde foram simpaticamente recebidos. A distribuição proposta pelos serviços militares adequados envolvia a preparação de 1008 acomodações, tendo sido assim distribuídos os alojamentos:

Tomar: General Pinaard e Comdt. Nordir, com suas respectivas famílias;

Abrantes: Comdt Moster e sua família;

Peniche: Um oficial e 403 boeres;

Alcobaça: Um oficial e 278 boeres;

Caldas da Rainha: 316 boeres.

Em setembro de 1901, a distribuição dos refugiados era:

Peniche: 346

Alcobaça: 271

Caldas da Rainha: 342

S. Julião da Barra: 43

Desses refugiados houve 11 evadidos, dos quais foram recapturados 4, e assim o número total de refugiados boeres em Portugal, no fim de 1901, era de 995. Os seus destinos posteriores foram vários: uns, voltaram mais tarde à África do Sul; outros tomaram o caminho da Europa, alguns ficaram em Portugal ou nas nossas possessões de então no Ultramar; e ainda outros morreram aqui, como disse.

Os cemitérios de Alcobaça e de Peniche receberam os restos mortais de alguns, e com o então Ministro Pieter Botha visitei em 1972 campos de boeres em Alcobaça. No cemitério inglês de Lisboa (à Estrela) existe um pequeno monumento com os nomes dos falecidos naquela guerra e aqui sepultados.

Mais uma vez os boeres ou africanos se cruzaram com os portugueses nas respectivas caminhadas nacionais.

7. A guerra anglo-boer não terminou, no entanto, com a saída do Presidente Kruger do Transval em 1901. As guerrilhas boer continuaram durante mais ano e meio a lutar contra o exército inglês; em maio de 1902, felizmente, os boeres ou africanos assinaram com os ingleses um tratado de paz, acabando as 2 Repúblicas do Transval e do Orange, que ficaram colónias da Inglaterra.

Os africanos dividiram-se então em 2 grupos: o dos que pensavam, como os generais Smuts e Luís Botha, que os africanos deviam ficar na África do Sul, formando com os ingleses uma nação; e os que escolheram o exílio. A opção do primeiro grupo foi a preferida. De aqui nasceu a ideia de juntar todas as colónias inglesas da África do Sul numa UNIÃO, o que foi sancionado pelo rei de Inglaterra Eduardo VII, em 1909.

Nas primeiras eleições da União ganhou o Partido Nacional Sul-Africano, tendo o Governador-Geral da União escolhido para 1º Ministro Luís Botha, africano do Transval. Aquele Partido teve outro Partido Nacionalista como opositor, dirigido pelo general Hertzog.

Em 1914 eclodiu a I Grande Guerra e na África do Sul, colónia da coroa inglesa, muitos africanos não perfilharam a participação nas hostilidades; a maioria, no entanto, foi favorável à entrada na Guerra, e os africanos portaram-se dignamente, como se sabe. Em 1915 os africanos, com as forças inglesas, invadiram e ocuparam o Sudoeste Africano, que então pertencia aos alemães, e colaboraram também na ocupação de grande parte da África Oriental alemã. A cooperação da África do Sul na I Grande Guerra foi, portanto, notável, e assim uma sua delegação, com Luís Botha e Smuts, assinou também o Tratado de Versailles, e trouxe para a África do Sul o mandato sobre a Namíbia, antigo Sudoeste Alemão.

Este território, considerado desértico, cujas costas marítimas tinham sido descobertas pelos portugueses nas viagens de Diogo Cão e Bartolomeu Dias, foi no século XIX explorado por pessoal de missões inglesas e alemãs. Em 1883 le-

vantou-se uma questão entre a Inglaterra e a Alemanha sobre o Sudoeste Africano, tendo havido negociação entre os 2 países, conduzidas do lado alemão por Bismarck. Em 1890, quando era responsável em Berlim o General Caprivi, foi assinado um tratado entre as duas potências, fixando as respectivas zonas de influência, e desde essa data o Sudoeste Africano foi considerado colônia alemã, internacionalmente reconhecida. Com o decurso de tempo, e com os trabalhos realizados, verificou-se, quer antes de 1918, quer depois, que a Namíbia tem recursos econômicos importantes.

Em 1939 surgiu a II Guerra Mundial. Novamente se formaram divergências entre elementos da África do Sul, mas esta acabou por entrar na Guerra graças em grande parte à ação parlamentar do General Smuts, que nessa altura foi confirmado como 1º Ministro.

Smuts foi em 1945 uma das figuras dominantes da Conferência das Nações Unidas, em S. Francisco.

Em 1950, já desaparecidos Smuts e Hertzog, há novas eleições na África do Sul, e o Partido Nacional, de base africaner e com os princípios antigos do povo africaner, voltou a ganhar, e conservou-se no Poder até agora: em 1958 o Governo foi presidido por Verwoerd e em

1966, por Vorster, por quem fui recebido em Pretória; seguiu-se Pieter Botha, atual Presidente da República, com quem tratei várias vezes quando foi Ministro da Defesa.

8. A nova República da África do Sul foi proclamada, em 1961, como Estado independente e soberano.

Desde o fim da II Guerra Mundial esta antiga colônia inglesa, com grandes riquezas naturais, um povo (o africaner), com história própria e uma língua que construiu, teve uma importância crescente no concerto das nações. Em 1961 anunciou a sua separação da Commonwealth, seguindo-se-lhe a proclamação da República. Mas esta tem tido vida difícil, sobretudo devido à sua política do "apartheid". Julgo que há vantagem em escrever algumas linhas sobre este problema, hoje tão falado, e enunciar em que consiste.

O povo africaner considera-se um povo branco, que se instalou há mais de 4 séculos na ponta Sul da África, com as suas leis e instituições próprias. Entende que a África não deve ser só para os africanos, e que algumas regiões devem ser para brancos, cujas raças ali habitam há séculos. Entende assim a República Sul Africana que as populações indígenas, com a

sua história, os seus dialetos, os seus costumes e tradições, devem ser conservadas em regiões próprias, *aparte* das civilizações brancas. De aí a criação de regiões separadas, criadas pelos brancos, devendo as diferentes raças ter os seus Países ou Estados, embora perto das cidades brancas haja núcleos de populações de cor que trabalham naquelas cidades, mas estão ligadas às suas pátrias de origem.

O Dr Verwoerd quando em 1961 discursou em Londres, por ocasião da implantação da República, e a respeito da escolha da política do "apartheid", disse:

"Há três possibilidades, A *primeira* é que o povo europeu da África do Sul se sacrifique para sempre, sob a dominação dos indígenas, embora fosse uma ditadura, para, então, ou ir-se embora, ou ficar como parte de uma nação preta; a *segunda* possibilidade é fazer pequenas concessões com esperança de demorar o dia fatídico, para assim, permitir que os seus filhos ou os seus netos sofram, mas não a geração presente. Isto pode realizar-se se aceitássemos alguns indígenas no Parlamento e em todos os lugares da vida comunitária, na esperança de que esta pequena satisfação evitasse ambições das suas massas: a *terceira* é o desenvolvimento separado."

É este último caminho que a República da África do Sul tem seguido, na convicção de que as "pátrias" bantas — chamando bantos os indígenas de cor —, é a experiência conveniente. É de apontar que em 1961 a população na República dividia-se assim:

Branco: 3.088 mil

Bantos: 10.907 mil

Asiáticos: 477 mil

Mestiços: 1509 mil

Ao todo, 16 milhões aproximadamente, dos quais 3 milhões de brancos. Presentemente as estatísticas apontam 25,5 milhões de habitantes na República da África do Sul, sendo 5 milhões brancos.

Segundo o caminho escolhido, certas regiões da África do Sul são designadas para nelas se fixarem populações bantas ligadas a elas por razões de história, dialeto e tradições: tais regiões são chamadas Estados Autônomos, e a estes *batustões* são confiadas instituições políticas, administrativas e econômicas, sob a orientação da República da África do Sul. Nesses Estados são construídas casas para habitação, hospitais, escolas, etc.; quando atingem uma preparação mais elevada e semelhante à dos africanos, esses Estados passam a ser Nacionais Independentes, com bandeira própria, governo e

parlamento privado, e as ligações indispensáveis com a República da África do Sul, que cobre todo o território. Presentemente são Estados Nacionais Independentes, na África do Sul, o Transkey, Venda, Ciskey e Bophutatswana; são chamados Estados Nacionais Autônomos actualmente Lebowa, Gazanculu, Kwandebete, Kanguane, Kwazulu e Qwaqwa. Junto das fronteiras dos Estados são criadas indústrias que asseguram emprego a parte da população, para evitar deslocamentos demorados, embora perto das cidades dos brancos tenham sido criados núcleos de população negra, que em parte trabalha naquelas cidades. É o caso, por exemplo, do Soweto, a 12 km de Joanesburgo, onde vivem cerca de 1 milhão de pessoas, coração negro da África do Sul, grande parte trabalhando na cidade próxima, e onde há hospitais, bancos, mercados, avenidas, etc., embora cada negro esteja ligado ao seu "homeland". Terá o habitante de cor daquele e de outros núcleos semelhantes costumes que se adaptem à vida agrícola e pastoril vulgar na sua "pátria" negra se porventura a ela regressar? É este um dos problemas sérios do "apartheid" que, como outros, só o tempo dará resposta.

Portugal seguiu nas suas Províncias Ultramarinas, hoje

Países independentes e soberanos, o sistema de integração, assimilando os negros consoante as suas competências e desenvolvimento e introduzindo-os na sociedade; e ao mesmo tempo procurando melhorar as suas terras. O Governo e a Administração eram únicos; era um sistema sem dúvida diferente do "apartheid", e com o andar dos anos será possível fazer a sua comparação.

3 de fevereiro de 1488. A primeira passagem europeia do Cabo da Boa Esperança, onde Bartolomeu Dias deixou o padrao de S. Felipe. Passam por nós lembranças do Brasil, da África do Sul, do Extremo Oriente. De tudo o que há mais de 500 anos demos ao Mundo. A força militar portuguesa empenhou-se em parte das ocupações seguintes aos Descobrimientos que efetuamos, e à defesa das posições tomadas. No rodar dos séculos e dos jogos das Nações, voltamos a ocupar o território metropolitano por onde começamos, mas a alma de um povo, de que as Forças Armadas são elemento importante, deverá continuar com a mesma chama, e revendo-se na nossa História.

Quando em 1972 estive no Cabo da Boa Esperança, foi esta idéia que ocorreu ao meu espírito, e aqui, emocionadamente, recordo.

CONSULTAS

- "África do Sul vizinha de Portugal", por Richard Pattee. 1971.
- "Guerra Anglo-boer de 1899 a 1902",

por Carlos Roma Machado de Faria e Maia, 1943.

- "História de Portugal", de Oliveira Marques.

- Notas pessoais de Darius Klerk.

- "Panorama", Revista da África do Sul, nº 116. 1987.

**A CCE
NÃO PARA DE INOVAR
PORQUE
O MUNDO NÃO PARA
DE EVOLUIR.**



AUDIO-VIDEO-INFORMÁTICA



COMUNICAÇÃO DE MASSA: HORA DE MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

Adão Pantoja de Maria

Neste artigo, o autor identifica alguns aspectos da realidade atual das Telecomunicações de massa no Brasil, as quais espera ver corrigidas pela legislação complementar à nova Constituição.

INTRODUÇÃO

A promulgação da nova Constituição Brasileira, de 5 de outubro de 1988, resultado de quase dois anos de trabalho, marca o advento de uma nova ordem constitucional.

A partir desse evento, tem início o trabalho de revisão e readequação das leis ordinárias e complementares, bem como todos os outros diplomas legais que balizam os direitos e deve-

res dos cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes em nosso País, regulando inúmeros assuntos de interesse comum.

Não resta dúvida tratar-se de um trabalho árduo e demorado, o qual toda a Nação espera venha a se converter num ponto de inflexão, marcando uma acentuada evolução em todos os setores de atividades da sociedade brasileira.

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte,

vários grupos se organizaram e acionaram "lobbies" para atuar junto aos congressistas, visando a defender os mais variados campos de interesse.

A ocupação do solo urbano, a reforma agrária, a exploração do subsolo, a educação e muitos outros assuntos, exaustivamente debatidos, além de constarem do novo texto constitucional, já tiveram levantadas as idéias básicas de uma futura legislação reguladora.

Alguns outros assuntos importantes, que deverão ser regulados basicamente pela legislação complementar, darão margem a novas discussões no Congresso Nacional, as quais serão mais acaloradas ou não, conforme o grau de envolvimento político, emocional ou ideológico dos segmentos interessados nessa regulamentação.

Dentre os diversos temas que ainda serão debatidos, um, cuja importância vem se realçando nos últimos anos, é a legislação referente à comunicação de massa.

Até o momento, marcadas pelo confronto no plano ideológico, as idéias levantadas para compor a legislação que regerá a comunicação de massa têm desprezado aspectos de ponderável relevância, aos quais nos restringiremos na presente abordagem.

A COMUNICAÇÃO NOS DIAS ATUAIS

Tornou-se um fato corriqueiro para o cidadão de hoje, após sua estafante jornada de trabalho, postar-se diante de seu aparelho de televisão para relaxar, apreciando seu programa favorito. Quando se trata de um telejornal, o nosso espectador tem a oportunidade de ver desfilar à sua frente as imagens das mais variadas ocorrências, passadas naquele mesmo dia e nos mais diversos pontos do globo terrestre.

Com absoluta naturalidade, vivemos integrados ao incrível mundo da comunicação, no qual as imagens, com cores vivas e som local, cruzam o espaço com a velocidade do elétron, diminuindo distâncias e aproximando as nações.

Ao considerarmos que a televisão começou a ser utilizada em escala comercial após o término da Segunda Guerra Mundial, e que, somente por volta dos anos 60, o homem começou a colocar satélites artificiais girando em torno da Terra, podemos avaliar os progressos verificados no campo da comunicação.

Uma pequena digressão nos permitirá ilustrar tais progressos.

Em 1958, quando da conquista do primeiro título de "campeão do mundo", o Brasil

vibrava com as exibições de seus talentosos jogadores de futebol, acompanhando pelas ondas de rádio, que em seu oscilar, desde a Suécia, quase sumindo em alguns momentos, adicionava um pouco mais de emoção à transmissão.

Doze anos mais tarde, quando alcançou o seu terceiro título de "campeão mundial", as apresentações da seleção brasileira de futebol eram transmitidas pela televisão, com imagens ao vivo e via satélite.

O curto lapso de tempo decorrido entre as suas transmissões e a espantosa diferença de qualidade entre as mesmas nos permitem inferir quão largo foi o salto tecnológico ocorrido em pouco mais de uma década.

A LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR EM VIGOR

A maior permanência dos dispositivos legais assegura uma satisfatória estabilidade à matéria regida, e tal ocorreu com a legislação que rege a comunicação de massa no País.

Como, em decorrência do acelerado avanço experimentado pelo mundo, as condições e características dos veículos de comunicação de massa sofreram grandes modificações, o suporte

legal afastou-se do desejável, passando a exigir novos textos.

A comunicação de massa no Brasil é regida pelos seguintes dispositivos:

– Lei de Imprensa

- Lei nº 5.250 de 09 Fev 67;

– Referentes a Jornalismo

- Decreto-lei nº 910, de 30 Nov 38;
- Decreto-lei nº 5.480, de 13 Mai 43;
- Decreto-lei nº 7.037, de 10 Nov 44;
- Decreto-lei nº 51.218, de 22 Ago 61;
- Decreto-lei nº 1.177, de 12 Jun 62;
- Decreto-lei nº 53.263, de 13 dez 63;
- Decreto-lei nº 972, de 17 Out 69;
- Decreto-lei nº 83.284, de 13 Mar 79;
- Lei nº 3.529, de 13 Jan 59;

– Referentes a Telecomunicações

- Lei nº 4.117, de 27 Ago 62;
- Decreto-lei nº 162, de 13 Fev 67;
- Decreto-lei nº 236, de 28 Fev 67;
- Decreto nº 52.286, de 23 Jul 63;

– Referentes a Radialismo

- Lei nº 6.615, de 16 Dez 78;
- Decreto nº 84.134, de 30 Out 79.

Uma rápida observação nos permite constatar que apenas três, dos instrumentos legais acima, têm menos de dez anos de instituídos.

Tendo em conta a rapidez com que tem evoluído a comunicação de massa, de imediato podemos depreender que tal legislação, seguramente, não mais atende aos objetivos a que se propõe.

Cabe esclarecer que a necessidade de reformulação dos diplomas legais não se deve à sua idade, mas à sua caducidade, determinada pela evolução da matéria regida.

PRINCIPAIS PONTOS A REVER

Na legislação em vigor existem vários aspectos que, pela forma como foram postos em prática ao longo do tempo, passaram a exigir uma ampla reformulação.

Os pontos que passaremos a abordar se destaca pelas distorções verificadas em sua aplicação, embora não se encerrem nos mesmos os aspectos falhos da legislação de comunicação de massa.

Limite das empresas de radiodifusão

O artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, estabelece que "cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, em todo o País, dentro dos seguintes limites:

-
- estações radiodifusoras de som e imagem, no máximo 5 em VHF ...".

Ao verificarmos a situação atual, constatamos que o território nacional é coberto por cinco grandes redes de emissoras de televisão, quais sejam:

- Rede Bandeirantes
- Rede Globo
- Rede Manchete
- Sistema Brasileiro de Televisão
- Sistema Nacional de Televisão Educativa.

Sem dúvida, trata-se de uma situação intrigante posto que, a despeito dos limites expressos no Decreto-lei, as redes de emissoras operam com várias dezenas de estações.

Tal fato decorre de que várias das empresas concessionárias ou permissionárias, desprovidas da suficiente estrutura técnica, associam-se a uma das grandes redes de emissoras de televisão, limitando-se a repetir,

simultaneamente, a programação gerada pela principal estação da rede.

Detendo o direito de transmissão para uma determinada cidade ou região e recebendo as imagens produzidas pela rede, a emissora concessionária ou permissionária passa a explorar comercialmente os intervalos da programação exibida, cuja cotação é função da audiência conquistada pela emissora.

No afã de maximizar os lucros, as empresas de radiodifusão vão desprezando alguns aspectos de grande importância, os quais produzem efeitos bastante desagradáveis, conforme veremos um pouco mais adiante.

Transmissão de Programas Educacionais

O artigo 16 do já referido Decreto-Lei 236 estabelece, para as emissoras comerciais de radiodifusão, a obrigatoriedade de transmitir um máximo de cinco horas semanais de programas educativos, os quais deverão ser transmitidos entre as sete e dezessete horas.

A respeito desse artigo, cabem ser discutidos três aspectos: a produção regionalizada da programação educativa; a quantidade de horas de transmissão

obrigatória; e o horário da transmissão da programação.

A prática tem mostrado que a programação educativa não vem sendo produzida a nível regional, limitando-se, as entidades concessionárias ou permissionárias, a reproduzir a programação divulgada por emissoras da rede. Esse procedimento mostra-se inconveniente, à medida que apresenta aspectos culturais, hábitos, expressões e outros pontos, muitas vezes desconhecidos de significativa parcela do público-alvo daquela transmissão.

A quantidade de horas destinadas à programação educativa nos parece ser bastante reduzida, o que não permitirá sejam atingidos objetivos da área cognitiva, restringindo o produto acabado da transmissão veiculada a objetivos educacionais bastante superficiais.

No que se refere ao horário da difusão, somos levados a crer em sua impropriedade, uma vez que as pessoas que, *a priori*, poderiam necessitar do apoio de uma programação educativa, para um estudo supletivo ou algo semelhante, no horário da transmissão obrigatória, normalmente estariam envolvidas nos seus afazeres profissionais concorrendo para que os telespectadores da programação não fossem aqueles que dela mais poderiam ser beneficiários.

Transmissão de Programação ao Vivo

O Decreto nº 52.286, de 23 de julho de 1963, estabelece que "todas as estações de rádio e televisão do País (...) ficam obrigadas a transmitir, diariamente, programação ao vivo".

O mesmo estatuto legal estabelece um mínimo de três horas de programação ao vivo, a serem veiculadas por emissoras de televisão situadas em município cuja população seja igual ou superior a um milhão de habitantes, uma hora e meia para os municípios com a população entre quinhentos mil e um milhão de habitantes, e uma hora de programação ao vivo nos municípios com população abaixo de quinhentos mil habitantes, em cada um dos períodos de irradiação:

- | | | |
|------------------|-------|----|
| 1º período — das | 08:00 | às |
| 12:00 horas; | | |
| 2º período — das | 12:00 | às |
| 16:00 horas; | | |
| 3º período — das | 16:00 | às |
| 20:00 horas; | | |
| 4º período — das | 20:00 | às |
| 24:00 horas. | | |

Difícilmente deixaremos de nos surpreender diante de tal imposição, bem como somos levados a crer que a legislação em vigor não vem sendo cumprida. Entretanto, tal não é verdadeiro.

O mesmo decreto define

que a forma da programação ao vivo nas estações de televisão será a seguinte: — programa telemusical ou telemusical misto; programa de teleteatro ou de teleteatro misto; programa de telereportagem ou de telereportagem misto; e programa teleinformativo simples. (São considerados mistos os programas que utilizam mais de uma forma, simultaneamente.)

Toda a legislação seria de um alcance extraordinário, caso não existissem as exceções constantes dos artigos 8º a 15, nos quais são equiparados à programação ao vivo, para efeito de cômputo, dentro dos horários estabelecidos, como abaixo listado:

- todas as transmissões externas de reportagens desportivas;
- todas as transmissões externas de desfiles civis e militares;
- todas as transmissões externas de desfiles artísticos de qualquer natureza;
- os programas gravados, por qualquer sistema, quando transmitidos pela primeira vez, na emissora que o realizar com profissionais a ela vinculados;
- os programas gravados em vídeo-teipe;
- os programas diretamente captados de outra emissora de televisão;
- os programas tipo TV-Escola, quando devidamente apro-

vados e autorizados pelo Ministério da Educação;

- os filmes noticiosos, de reportagem telejornalística;

- os filmes de desenho animado, até o máximo de um por dia, independentemente de dublagem ou legenda em português;

- a propaganda comercial interprogramas, até o máximo de cinco minutos.

Pelo apresentado, podemos verificar que as exceções previstas na lei se encarregam de tornar equiparadas à programação ao vivo quase todas as matérias veiculadas nas emissoras de televisão.

Dessa forma, as empresas concessionárias ou permissionárias dos canais de televisão, mesmo não dispondo de uma adequada estrutura, não encontram dificuldades para atender às exigências da lei, tamanha a sua complacência.

Esse liberalismo dará margem à ocorrência de alguns efeitos bastante desagradáveis, sobre os quais passaremos a discorrer.

ALGUNS REFLEXOS DAS FALHAS APONTADAS

Fruto do progresso de nossos dias, os veículos de comunicação de massa alcançaram um estágio de evolução que embevece a todas as pessoas, e

leva a televisão a ter uma assistência de várias dezenas de milhões de espectadores em seus horários de pique de audiência.

Tal potencialidade pode ser dirigida para o desenvolvimento de uma ação educacional, promover o lazer para o público, difundir a cultura, incentivar as manifestações artísticas e inúmeras outras atividades.

A televisão, como tem sido explorada atualmente, difundida por todo o País por apenas cinco redes de emissoras, com a produção da maciça maioria da programação produzida pelas estações situadas no eixo Rio-São Paulo, não tem permitido que se extraia tudo quanto poderia oferecer à população.

Os desvios na exploração da televisão, alguns dos quais já nos permitimos abordar, vêm gerando problemas que merecem uma abordagem especial, em virtude do que representam ou podem vir a representar.

Falta de espaço para as manifestações culturais regionais

Ao chegarmos a um Estado fora das regiões que vêm produzindo a programação de televisão, constatamos com tristeza não haver espaço disponível, nas emissoras locais, para as manifestações culturais regionais.

Dessa forma, não temos oportunidade de assistir a espetáculos de bandas de pífaros em Pernambuco, a apresentações de sanfoneiros no Ceará, a um carimbó ou a uma marujada no Pará, nem a outros dos belíssimos eventos do folclore regional, dentro da produção local dos canais de televisão.

Apesar da reconhecida preferência popular pelos artistas "da terra", no Pará — de onde falamos com conhecimento de causa — é mais fácil assistirmos pela televisão a uma apresentação de um conjunto de *rock-and-roll* do que a um dos inúmeros cantores "bregas", detentores da esmagadora audiência nos programas de rádio, principalmente aqueles onde a execução das músicas atende aos pedidos dos ouvintes.

Uma apreciação isenta de paixões nos revela uma real exigüidade de espaço para as manifestações culturais regionais, o que, gradativamente, esta se encarregando de esmaecer tão belas e ricas manifestações populares.

Hoje, o cidadão mais velho, tradicionalmente responsável pela transmissão daquelas figuras folclóricas a seus filhos e netos, já não reúne o seu grupo familiar, após o dia de trabalho, para contar histórias, organizar festas ou confeccionar as vestimentas que retratam as figuras vividas nos espetáculos. Encan-

tado com as imagens que lhe chegam "via satélite", acomoda-se diante da televisão para assistir à programação do "horário nobre" e, às vezes, dispõe-se a apreciar um bom filme, transmitido nas sessões destinadas aos insones.

Há que se buscar uma fórmula para proteger a cultura regional, sob pena de se ver desaparecer, se não de todo, pelo menos grande parte de nosso folclore, importante parcela da cultura popular nacional.

Negação de espaço aos artistas locais

Como a programação exibida pelas emissoras de televisão dos diversos Estados, associadas a uma das grandes redes, tem-se restringido à reprodução dos programas produzidos pela emissora principal da rede, quase nenhum espaço da programação fica à disposição dos artistas locais.

Durante os dias úteis da semana, a programação infantil, sustentada por desenhos animados de origem estrangeira, ocupa o horário matutino e parte do vespertino da televisão. O horário considerado "nobre" é recheado por telenovelas e programas humorísticos, produzidos por um restrito grupo de artistas, que se vem revezando nas emissoras-chave das redes, há muitos anos.

Nesses dias da semana a programação produzida regionalmente tem-se resumido a pequenos blocos de telejornalismo com matérias locais e programas esportivos, também de curta duração.

Nos sábados e domingos, via de regra, são apresentados alguns programas de auditório, quando vários artistas se exibem para os seus admiradores. Em tais ocasiões, os produtores buscam atender às preferências do público da emissora geradora, o que nem sempre é do agrado dos telespectadores das estações repetidoras.

O que deverão fazer os artistas de locais fora do eixo das emissoras geradoras da programação?

Impossibilitados de apresentar o seu trabalho para o público da região, onde há maior facilidade de aceitação da mesma, os artistas se vêem forçados a lutar, "fora de casa", por um espaço artístico, enfrentando condições totalmente adversas.

Quem já percorreu o interior do País dificilmente deixou de se sentir impressionado com tantos artistas populares, dominadores de técnicas instrumentais perfeitas, na maior parte das vezes intuitivos, e que, quase sempre, não conseguem se fazer conhecer além dos limites de seus municípios, sufocados pelos artistas que chegam de

outros centros, trazidos pela televisão.

O rádio, que por seu menor alcance e outras características, mais se aproxima da população, se encarrega de confirmar a preferência popular pelos artistas regionais, os quais não têm tido oportunidade de se exibir pela televisão.

Estabelecimento de modismo a nível nacional

A descoberta do valor da televisão como instrumento de propaganda comercial deu margem à sua exploração, nesse sentido, a níveis extraordinários.

Ultrapassando os horários interprogramas, os publicitários invadiram os espaços das atividades artísticas, valendo-se da propaganda indireta — o "merchandising" — para bombardear incessantemente o telespectador, visto por eles como consumidor em potencial de qualquer produto.

Valendo-se das mais apuradas técnicas, a televisão se tornou responsável por inúmeros modismos que se espalham por todo o País, num piscar de olhos, muitas vezes completamente dissociados das raízes culturais e socio-econômicas das pessoas que são compelidas a adotá-los.

Já tivemos a oportunidade de assistir a invasão de nossas ruas por bicicletas, patins e

bambolês; as praias serem coloridas por pranchas de surfe a vela e pelo "body board"; e nas lojas comerciais por outros artigos de menor valor e vida mais efêmera, tudo isso fruto de bem-sucedidas campanhas publicitárias veiculadas pela televisão.

Enquanto isso vai acontecendo, gradativamente, os jovens vão deixando de dar continuidade aos regionalismos característicos das diversas partes do País, sempre muito apreciados por todos os que os vêem.

Uma televisão mais regionalizada permitiria filtrar melhor os modelos que chegam, quase que impostos, aos mais distantes pontos do território nacional, reduzindo os impactos causados pelo recebimento de imagens tão fortes e tão intensamente carregadas de mensagens meramente comerciais.

Criação de estereótipos

Visando a oferecer divertimento a seus espectadores, as equipes de produção dos diversos programas de televisão esforçam-se para conduzi-los a um mundo de sonhos.

Muitas vezes, sob a alegação de estar retratando um segmento de nossa sociedade (que, quando verdadeiro, refere-se a uma amostra não significativa da mesma), são apresentadas tramas novelescas que se

desenvolvem nas areias das praias da zona sul do Rio de Janeiro, ou em palacetes plantados em belíssimos jardins gramados, sempre alternando dias de irretocável céu azul com noites de suntuosas festas.

Tais imagens, chegando a pessoas menos esclarecidas de outros Estados, criam a fantasia de que os moradores do Rio de Janeiro consomem o seu tempo entre as praias, festas, discotecas, escolas de samba e passeios nos pontos turísticos da cidade.

Curiosamente, as pessoas, esquecendo-se de que a busca dos meios de sobrevivência é uma necessidade do homem, em qualquer parte do mundo, e induzidas por imagens elaboradas para conduzi-las a um mundo irreal, cristalizam estereótipos em suas mentes, imaginando a existência de um mundo de lazer, e passam a sonhar estarem incorporadas a esse grupo de privilegiados.

Não questionamos a validade dos devaneios criados para o lazer das pessoas, nem a utilização da televisão como veículo para a promoção do turismo. Entretanto, julgamos que muitas das imagens criadas não têm um sentido construtivo e que muitas pessoas, antes de conhecer pontos turísticos de seus Estados, buscam outras regiões do País, embriagadas com as

imagens que lhes são vendidas pela televisão.

Acreditamos que uma programação mais regionalizada seria eficiente medida para atenuar o efeito do bombardeio promovido pelas imagens geradas no centro-sul do País e desfazer os estereótipos que até hoje temos visto serem produzidos.

MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS

As considerações traçadas até este ponto são fruto da observação dos fenômenos da comunicação de massa, em particular da televisão, e de seus efeitos sobre o grande público que é atingido, vistos sob o prisma da comunicação.

O ponto focal das presentes observações não foi criticar determinado tipo de programa ou alguma das redes de emissoras de televisão, mas o conjunto da programação veiculada e o esquema de associação de emissoras às redes, em seu todo.

A visão crítica da atual conjuntura nos permitiu apontar algumas falhas na legislação de comunicação de massa.

Julgamos que a solução para os problemas existentes na legislação deve ser o produto final de estudos e pareceres de especialistas das diversas áreas do conhecimento, para que sejam eficazes.

Sob o ângulo da comunicação social, somos conduzidos a opinar pela inclusão na futura legislação de aspectos tais como:

- definição de padrões para a habilitação, de modo a serem feitas concessões de canais de televisão somente a empresas efetivamente em condições de operá-los;
- estabelecimento de percentuais mínimos para a programação produzida regionalmente e máximos para a programação nacional produzida em outros Estados e para as matérias de origem estrangeira, que poderiam ser fixados em 30%, 30% e 40%, respectivamente;
- delimitação do horário dentro do qual deverá ir ao ar a programação regional e nacional (por exemplo, entre 09:00 e 23:00 horas), de modo a ser exibida em períodos de audiência ponderável;
- eliminação da obrigatoriedade da exibição de programação ao vivo, em razão do significativo aprimoramento da produção, decorrente do recurso do vídeo-teipe;
- incentivo à veiculação de atividades folclóricas de cunho regional, buscando a preservação das raízes culturais nas diversas áreas do país;
- ampliação do uso da televisão como instrumento da ação educacional, visando especifi-

camente à alfabetização de adultos, e aos cursos supletivos de 1º e 2º graus;

- controle da qualidade da programação veiculada, por especialistas das áreas ligadas ao comportamento humano da própria empresa radiodifusora, como forma de limitar a ação negativa de modelos violentos ou anti-sociais, através da experiência vicária;

- incentivo ao intercâmbio cultural entre as regiões, estando sempre presente a preocupação de impedir a excessiva influência de manifestações culturais de determinada área.

Incontáveis outros aspectos ainda poderiam ser levantados, mas julgamos ser esta uma questão merecedora de um debate muito mais amplo, impossível de ser esgotado ou receber um tratamento mais abrangente dentro dos limites destas linhas.

Finalmente, gostaríamos de enfatizar a necessidade da nova legislação prever a obrigatoriedade, para todas as emissoras de televisão, da constituição de uma equipe de avaliação da programação. Essa equipe, composta por psicólogos, pedagogos, especialistas em orientação educacional, em caráter obrigatório, e outros especialistas, conforme a necessidade, certamente concorreria para atenuar certos desvios que têm invadido nossos lares, em cores

e via satélite, pelas ondas da televisão.

CONCLUSÃO

A apurada tecnologia, que vem modificando o mundo com grande rapidez, não nos permite imaginar o que estará ao nosso redor daqui a uma década.

Entre os beneficiários diretos dessa mesma tecnologia situam-se os veículos de comunicação de massa, em especial a televisão, que, só esta, atinge um público de dezenas de milhões de pessoas, sobre as quais exerce uma influência muito maior do que imaginamos.

Regida por uma legislação bastante antiga, grande parte da qual teve sua obsolescência decretada pelo avanço experimentado pelos veículos de comunicação de massa, a comunicação está necessitando de uma nova estrutura legal para se apoiar, sob pena de não mais atender convenientemente à sociedade brasileira, a serviço da qual deve estar.

Facilmente podemos identificar várias falhas na legislação em vigor, bem como os reflexos negativos das mesmas, quando nos dedicamos à apreciação dos fenômenos de comunicação de massa.

Figuras tais como a "emissora associada", não raro desprovida dos desejáveis recursos técnicos, equipe de profissionais

e outros instrumentos fundamentais, permitiram que chegássemos à situação atual, onde cinco redes de emissoras de televisão cobrem, praticamente, todo o País com as matérias de sua produção.

A caracterização do eixo Rio-São Paulo como o responsável pela significativa maioria da programação veiculada pela televisão brasileira tem sido uma das causas de vários vieses constatados na comunicação.

O sensível afastamento das raízes culturais por parte de ponderável parcela da população, em particular dos centros bombardeados por imagens cuidadosamente produzidas para conduzir os espectadores a um mundo de sonhos, é um dos mais desastrosos efeitos do quadro atual da comunicação de massa.

Os trabalhos legislativos, que estarão se desenvolvendo

após a definição do texto da nova Constituição, certamente estabelecerão um novo rumo para diversos setores da vida nacional.

Superando os extremismos e enfocando a questão com o objetivo de alcançar os maiores benefícios para a população, certamente a nova legislação de comunicação de massa permitirá uma eficiente correção de rumos, abrindo novas perspectivas para os profissionais e artistas das diversas regiões do País.

Acreditamos estar na iminência de dar um largo passo em direção ao futuro, do que resultará uma nova e mais pujante comunicação de massa, ao nível merecido por nossa sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- SANTOS, Reinaldo — 1981 — Vade-Mécum da Comunicação — Rio de Janeiro (Ed. Trabalhista S.A.)



ADÃO PANTOJA DE MARIA — É major do Quadro de Material Bélico. Além dos cursos profissionais regulares, possui o Curso de Comunicação Social do Centro de Estudos de Pessoal do Exército. Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Material Bélico, Chefe dos Serviços de Armamento e Munições e de Motomecanização da 8ª Região Militar, e Diretor do Parque Regional de Manutenção/8. Atualmente cursa a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.



POR QUE OS ESTADOS UNIDOS PRECISAM DA INICIATIVA DE DEFESA ESTRATÉGICA

Kim R. Holmes

Transcrição de matéria da Military Review, Edição Brasileira, Jul/Ago 88.

Consta de sua sinopse:

"Assunto muito em voga atualmente, a Iniciativa de Defesa Estratégica, ou SDI, é considerada por alguns como inadequada por se basear em armamento defensivo. Já outros a encaram como um trunfo a ser utilizado pelos Estados Unidos durante as conversações sobre a redução de armas nucleares estratégicas. O autor deste artigo, por sua vez, além de propiciar aos leigos um conhecimento, ainda que superficial, de tão importante assunto para a segurança dos EUA, expõe várias das razões por que os EUA precisam, sem perda de tempo, da SDI."

POR QUE precisamos da Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI)? Por que precisamos, efetivamente, de defe-

sas contra os mísseis balísticos soviéticos? Algumas pessoas acham que, na era nuclear, o míssil balístico é a principal ar-

ma contra a qual não se pode construir nenhuma defesa adequada. Constituindo-se, em sua maioria, em críticos da *SDI*, elas acreditam que uma estratégia nuclear predominantemente ofensiva – ao invés de defensiva – tem sido consagrada, definitivamente, como a única forma de assegurar a dissuasão na era nuclear.

Todavia, será que os críticos da *SDI* estão certos ao pensar que uma estratégia ofensiva é a única opção na era nuclear? Eu lhes sugeriria que reavaliassem os seus pensamentos e considerassem uma lição histórica que remonta a outra época, quando os estrategistas e táticos militares pensavam que a ofensiva era suprema e que nenhuma defesa adequada podia ser construída contra uma nova e revolucionária arma ofensiva.

Refiro-me à *blitzkrieg* – a suprema estratégia ofensiva da 2ª Guerra Mundial –, responsável pelas impressionantes vitórias militares alemãs na Polônia, França e, nos primeiros dias da guerra, também na Rússia. De 1939 a 1941, os exércitos blindados de Hitler percorreram, praticamente à vontade, toda a Europa, tendo simplesmente contornado a linha Maginot, na França, e esmagado forças numericamente superiores na Polônia e na Rússia, através de investidas audazes e grandes envolvimento. Os dias da defe-

sa estática pareciam ter chegado ao fim, e na guerra terrestre e aérea a estratégia e a tática de ofensiva reinavam absolutas. Parecia que ninguém jamais voltaria a propor uma estratégia baseada na defesa.

Operações Defensivas Vitoriosas

Mas será que a ofensiva reinou suprema durante todo o resto da 2ª Guerra Mundial? Claro que não. Permita-me trazer à sua lembrança uma famosa batalha de CC na Frente Oriental, em 1943, que não somente mudou o curso da guerra no Leste, como também demonstrou, de uma vez por todas, as limitações tanto dos CC como da tática predominantemente ofensiva da *blitzkrieg*.

Refiro-me à Batalha de Kursk, travada a 5 de julho de 1943. Hitler acabara de ser derrotado em Estalingrado e, desejando retomar a iniciativa estratégica, desencadeou, na área de Kursk, uma ofensiva de grande vulto – cognominada Cidadela – empregando 50 divisões, 900.000 homens, 10.000 canhões, 2.700 CC e 2.000 aviões. Essa força foi lançada contra uma saliência fortemente defendida na linha soviética – fortificada com cercas de arame farpado destinadas a deter a infantaria, barreiras anticarro, in-

clusive as do tipo dentes de dragão, campos de tiro desobstruídos para facilitar o fogo contra os CC e armadilhas cuidadosamente preparadas para destruí-los caso se aproximassem, enquanto eram submetidos a intenso fogo de artilharia.

No primeiro dia do ataque, os alemães já haviam perdido 350 carros de combate e 10.000 homens, o que lhes fez diminuir a intensidade da investida e, em questão de dias, iniciavam a retirada, pois as defesas anticarro soviéticas eram simplesmente demasiado poderosas. O Exército Vermelho passou, então, à contra-ofensiva, tendo os alemães, ao final da batalha, perdido meio milhão de homens, entre mortos e feridos, enquanto o Exército Vermelho mantinha a iniciativa estratégica até a sua vitória em Berlim.

O Crescente Interesse pela SDI

O míssil balístico é, sem dúvida, uma arma mais poderosa que o CC, exigindo uma tecnologia de defesa mais sofisticada que este último. O fato, porém, é que se a estratégia ofensiva da *blitzkrieg* baseada numa nova arma, o carro de combate, provou ser limitada e, posteriormente, mal sucedida, diante de uma determinada e bem planejada estratégia de defesa, en-

tão provavelmente o resultado também não será diferente no que concerne ao míssil balístico e à estratégia nuclear exclusivamente ofensiva da destruição mútua assegurada (*MAD*), desde que exista uma tecnologia de defesa eficaz e uma integração tática e estratégica adequada.

É importante que se compreenda que o conceito da *SDI* não surgiu do nada, e que, embora pareça que o famoso discurso proferido por Ronald Reagan, a 23 de março de 1983, anunciando a *SDI* tenha apanhado muita gente de surpresa, o interesse pela defesa estratégica já vinha crescendo de há muito tempo, em consequência das seguintes razões:

- O controle de armamentos – vale dizer, os Tratados de Limitação de Armamentos Nucleares *ABM*, *SALT I* e *SALT II* – não pôs termo à corrida armamentista. Os tratados *SALT* apenas estabeleceram limites para os já elevados níveis de armas estratégicas, permitindo à União Soviética desdobrar, após a assinatura do *SALT I*, em 1972, oito novos tipos de mísseis balísticos, 4.000 ogivas de mísseis balísticos adicionais e um novo tipo de bombardeiro estratégico.

- A União Soviética não adotou o nosso pensamento estratégico sobre guerra nuclear e nunca aceitou a nossa doutrina

da MAD, que preconizava que a ameaça de um suicídio nuclear mútuo dissuadiria ambos os lados a iniciarem uma guerra nuclear. Os soviéticos, por conseguinte, jamais aceitaram, efetivamente, a idéia básica do controle de armas, e nunca acreditaram, ao contrário dos partidários da MAD, que seja desnecessário estocar um número cada vez maior de armas nucleares e que, parafraseando Winston Churchill, isto apenas "serviria para sacudir os escombros". Ao invés disso, eles continuaram a fabricar armamentos nucleares e, conforme disse certa vez o antigo Secretário de Defesa, Harold Brown, "quando fabricamos, eles também fabricam; quando não fabricamos, eles continuam a fabricar."

• Os soviéticos prosseguiram na execução de seu programa de defesa estratégica. Enquanto os Estados Unidos desmantelavam seus mísseis antibalísticos e as defesas aéreas estratégicas, Moscou continuava a desenvolver e descobrir gerações de mísseis antibalísticos, radares de rastreamento, aviões interceptadores e mísseis superfície-ar destinados à defesa contra mísseis balísticos e à defesa antiaérea.

• Os soviéticos foram surpreendidos infringindo os acordos sobre o controle de armamentos e suas violações dos Tratados ABM e SALT II puse-

ram em dúvida a confiabilidade do controle de armamentos como um meio de garantir a segurança dos EUA.

• As recentes mudanças tecnológicas puseram fim à crença predominante na época da assinatura do Tratado ABM de que eficazes defesas estratégicas eram tecnicamente impossíveis. Os progressos na pesquisa do laser, nas armas que utilizam a energia cinética, na tecnologia de sensores, na fibra ótica e no processamento de dados prenunciaram ser possível o desenvolvimento de um sistema de defesa estratégica militarmente adequado e econômico.

A pergunta, no entanto, ainda persiste: Por que precisamos da SDI? Conhecemos a sua origem, mas será que sabemos realmente por que precisamos dela?

Afirmo que sim pelas seguintes razões:

• **Para fazer frente ao programa de defesa estratégica soviético.**

A União Soviética tem mais de 10.000 cientistas e técnicos trabalhando em meia dúzia de importantes centros de pesquisa e desenvolvimento da defesa estratégica. Durante os últimos dez anos, os soviéticos despenderam em torno de 150 bilhões de dólares em defesa estratégica, quase 15 vezes mais que os

EUA, e, em 1984, o Pentágono salientou que os gastos soviéticos com a pesquisa de laser eram cerca de três a cinco vezes superiores aos norte-americanos. O mais alarmante em tudo isso, porém, é que os soviéticos possuem o único sistema de mísseis antibalísticos operacional do mundo, bem como o mais amplo sistema de defesa antiaérea, ao passo que os EUA não dispõem, praticamente, de nenhum sistema de defesa antiaérea para o continente norte-americano.

E que vantagens os soviéticos estão obtendo como resultado de toda essa atividade de defesa estratégica? O sistema de mísseis antibalísticos, instalados em torno de Moscou, está sendo modernizado, e os soviéticos estão desdobrando grandes sistemas de radar, formando um extenso arco que se estende por todo o país, o que sugere que se estão preparando para a montagem de um sistema de defesa estratégica nacional. Desdobraram mísseis superfície-ar que podem ser recondicionados com o objetivo de destruir as ogivas dos mísseis balísticos norte-americanos e possuem linhas de produção de mísseis e radares que poderiam produzir, de imediato, um grande número de sistemas de mísseis antibalísticos, num ritmo muito maior do que os norte-americanos.

Tudo isso significa que Mos-

cou poderia construir um sistema de mísseis antibalísticos abrangendo todo o território nacional — fundamentado em sistemas terrestres — com muito maior rapidez do que os EUA. Portanto, precisamos da *SDI* como uma proteção contra essa possibilidade. Precisamos, outrossim, de avançadas tecnologias de *ABM* desenvolvidas e testadas com a finalidade de nos preparar para a possibilidade de algum dia, no futuro, Moscou declarar que “não mais observamos o Tratado *ABM* e estamos construindo, a partir de hoje, um sistema *ABM*.” Não podemos ser apanhados completamente de surpresa, pois, sem defesas próprias, nossas forças nucleares estratégicas seriam impotentes para fazer face a um sistema de defesa estratégica nacional dos soviéticos e incapazes de ameaçá-los com a quase certa destruição nuclear de seu país, argumento no qual se fundamenta a nossa atual estratégia de dissuasão.

• Para restabelecer a dissuasão.

Os Estados Unidos estão perdendo, para a União Soviética, a corrida em armas nucleares estratégicas, pois Moscou encontra-se uma geração à nossa frente no que se refere aos mísseis estratégicos desdobrados, e já estão desdobrando o *SS-25* móvel, enquanto o

nosso novo míssil móvel de ogiva única, *Midgetman*, ainda está em fase de projeto. Os soviéticos nos superam também numa proporção de 3 para 1, quanto ao número de ogivas capazes de destruir os mísseis inimigos nos seus próprios silos, e de 4 para 1, no mínimo, no que se refere à capacidade destrutiva nuclear (isto é, a carga lançada, ou a capacidade de lançar o poder explosivo nuclear). Além disso, Moscou dispõe, para cada silo de míssil norte-americano, de cinco ogivas altamente precisas e poderosas, capazes de destruí-lo trinta minutos após serem lançadas.

Tudo isso dá à União Soviética a capacidade de desfechar o primeiro ataque — isto é, a capacidade de nos atingir com tanta força, no primeiro ataque nuclear, que a retaliação talvez se torne militarmente insignificante, porque simplesmente estaremos convidando os soviéticos a uma retaliação semelhante, que custará a vida de milhões de norte-americanos — e tudo sem qualquer outro propósito que não o de vingança.

Afirmo, portanto, que nossa capacidade de dissuadir os soviéticos está sendo erodida, que precisamos restabelecer esta dissuasão, e que a *SDI* pode nos ajudar muito nessa tarefa.

A *SDI* pode, por exemplo, tornar o primeiro ataque praticamente impossível, porque se

os soviéticos não puderem ter a certeza do sucesso daquela ação ofensiva contra um escudo de defesa estratégica que esteja protegendo os EUA, não será sensato, portanto, desencadeá-lo. Estudos têm demonstrado que um sistema de defesa estratégica capaz de abater 90 por cento de todas as ogivas soviéticas torna um primeiro ataque militarmente sem significado. O inimigo é dissuadido quando o risco do fracasso é superior à possibilidade de auferir uma vantagem, e com uma *SDI* eficaz, esta possibilidade é praticamente eliminada. Por que razão, então, desencadeariam os soviéticos um primeiro ataque contra nós se tivessem a certeza de que apenas 10 por cento das suas armas nos atingiriam? Além disso, cresce também a possibilidade de desencadearmos uma retaliação contra eles com as nossas próprias forças nucleares. Será que faz sentido iniciar uma 3ª Guerra Mundial se o único desfecho provável é um impasse, com milhões de vidas perdidas por absolutamente nada? Claro que não. O principal aspecto, portanto, é que a *SDI* descarta o primeiro ataque como uma opção militar viável.

Mas a *SDI* pode também atingir outros objetivos. É claro que ela protegerá milhões de vidas, caso a dissuasão fracasse, ou no caso de um lançamen-

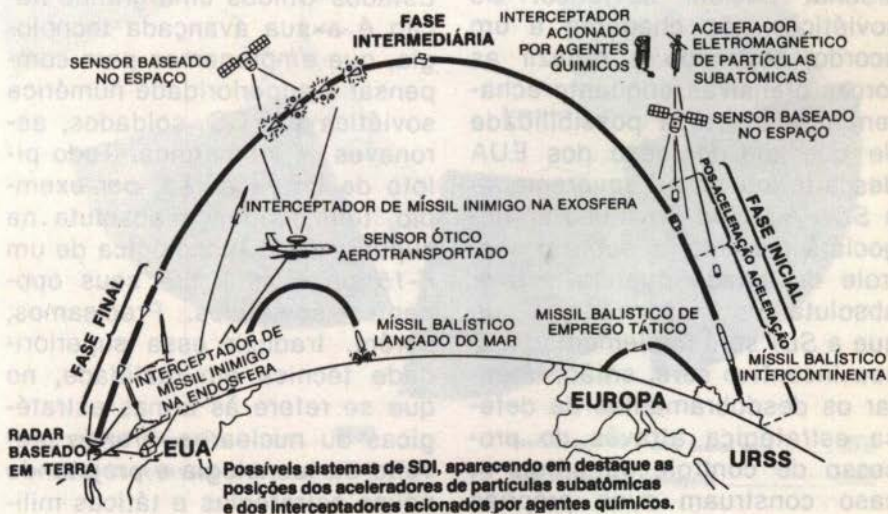
to acidental de um míssil soviético ou de qualquer outra potência nuclear, bem como protegerá nossos centros nacionais de comando e controle, permitindo que eles possam responder mais eficientemente na eventualidade de sermos atacados.

O mais importante, entretanto, é que isso significa que estamos revertendo o sentido da terrível estrada que ora trilhamos — uma estrada em que dependemos exclusivamente de forças nucleares ofensivas para dissuasão. Precisamos introduzir ações defensivas no jogo da dissuasão — um jogo em que os soviéticos estão muito melhores do que nós. Com defesas, podemos aumentar a nossa confiança em nossa postura de dissuasão e descansar mais tranquilos, certos de que, numa cri-

se, nenhum general soviético jamais aconselhará o seu chefe político a atacar os norte-americanos utilizando, em primeira instância, armas nucleares, por ser mais vantajoso, preferindo esperar que se apresente alguma outra opção.

• Para melhorar as perspectivas no que concerne ao controle de armas.

O principal objetivo da atual estratégia soviética de controle de armas é pôr fim à SDI, pois os soviéticos estão altamente preocupados com a nossa capacidade de desenvolver e desdobrar avançados sistemas militares no espaço. Lembram-se que perderam a corrida para a lua, e sabem também que a nossa base tecnológica é superior à deles. O que eles mais temem, po-



rém, é que também perderão a corrida no que se refere aos avançados sistemas militares baseados no espaço, que poderão ser utilizados para interceptar mísseis balísticos, melhorar a nossa capacidade de vigilância, rastreamento e administração do combate de forças convencionais no terreno e construir uma base de pesquisa da qual poderão emergir novos tipos de armamentos não-nucleares, capazes de revolucionar a guerra convencional.

Enquanto Moscou pensar que pode pôr fim à *SDI* evitando as perspectivas de grandes reduções nas forças ofensivas nucleares, nenhum acordo deverá ser firmado. Já tentamos, no Tratado ABM, de 1972, trocar defesas por limitações nas forças ofensivas mas, ainda assim, houve um grande aumento no arsenal nuclear soviético. Os soviéticos não chegarão a um acordo destinado a reduzir as forças ofensivas, enquanto acharem que existe a possibilidade de que o Congresso dos EUA descarte ou limite severamente a *SDI*. A União Soviética só negociará seriamente sobre o controle de armas quando estiver absolutamente convencida de que a *SDI* será implementada. O seu incentivo será, então, orientar os desdobramentos da defesa estratégica através do processo de controle de armas e, caso construam suas próprias

defesas estratégicas, limitar os níveis gerais da força ofensiva, para aumentar a eficácia de suas defesas.

Dessa forma, ao invés de dificultar o controle de armas, conforme pensam alguns críticos, a *SDI* pode, na realidade, ser o único meio de obtermos o controle de armas. Seriam necessárias, por certo, negociações muito difíceis, mas a atual abordagem, de aguardar concessões norte-americanas com relação à *SDI*, em troca de concessões soviéticas no que concerne às forças ofensivas, não é a mais adequada.

• **Para mantermos a nossa vantagem tecnológica.**

Precisamos da *SDI* para mantermos nossa vantagem tecnológica sobre a União Soviética. Uma das coisas que tornam os Estados Unidos uma grande nação é a sua avançada tecnologia, que empregamos para compensar a superioridade numérica soviética em CC, soldados, aeronaves e submarinos. Todo piloto da Força Aérea, por exemplo, tem confiança absoluta na superioridade tecnológica de um *F-15* ou *F-16* sobre seus oponentes soviéticos. Precisamos, porém, traduzir essa superioridade técnica em realidade, no que se refere às armas estratégicas ou nucleares, tirando proveito da tecnologia e projetando novas estratégias e táticas mili-

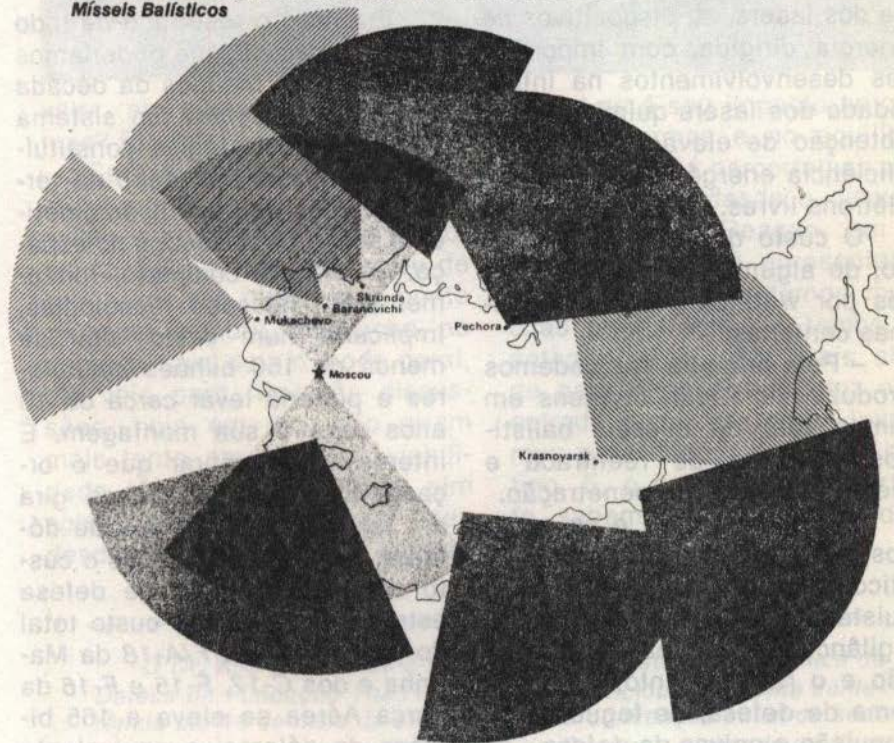
tares eficazes para diminuir a ameaça da guerra nuclear.

Os céleres avanços na tecnologia de defesa estratégica alcançados desde o início do programa da SDI indicam que podemos fazê-lo, como se deduz pelos seguintes exemplos:

— Tem havido muito progresso na tecnologia de veículos de destruição que utilizam a energia cinética — vale dizer, peque-

nos foguetes autopropulsados, que podem destruir um foguete de impulsão ou uma ogiva ao chocarem-se contra eles, a alta velocidade. O Exército dos EUA já conseguiu êxito num grande número de interceptações dirigidas, com impactos diretos, contra alvos de reduzida seção transversal de radar a baixa altitude, em experiências realizadas em seu território — a chamada Experiência Flexível, Leve

Radares de Condução do Combate, Rastreamento de Alvos e de Alerta Antecipado contra Mísseis Balísticos



Radares em Fase de Grande Porte

Novos Radares em Fase de Grande Porte

Radares DOG HOUSE/CAT HOUSE

Radar Instalado em Krasnoyarsk

e Ágil, ou *FLAGE*, conduzida em 1986.

— Outra experiência, cognominada *Delta 180*, foi realizada a 5 de setembro de 1986, quando um foguete lançado da terra atingiu e destruiu um objeto no espaço, provando que agora sabemos mais sobre como rastrear objetos no espaço e lançar foguetes contra eles, para destruí-los com precisão.

Têm havido consideráveis avanços, a cada dois ou três anos, no que tange à intensidade dos lasers, ou dispositivos de energia dirigida, com importantes desenvolvimentos na intensidade dos lasers químicos e na obtenção de elevados níveis de eficiência energética no laser de elétrons livres.

O custo do laser foi reduzido, de alguns milhares de dólares por watt para apenas algumas centenas.

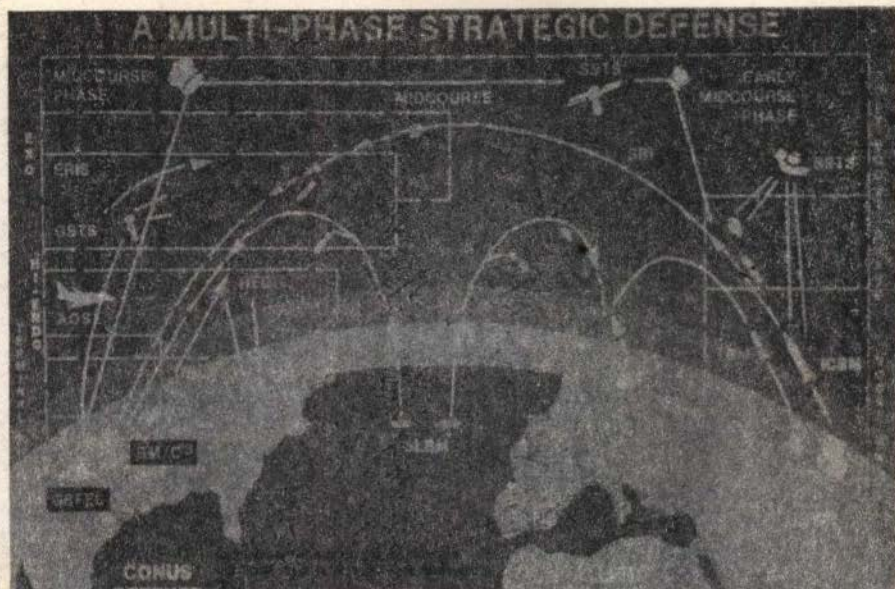
— Pela primeira vez podemos produzir, no radar, imagens em tempo real de mísseis balísticos, veículos de reentrada e meios auxiliares de penetração.

A miniaturização e os avanços nos desenhos dos sensores óticos ocasionaram rápidas conquistas na área da tecnologia de vigilância, crítica para a detecção e o rastreamento, pelo sistema de defesa, de foguetes de impulsão e ogivas da defesa.

— Muitas têm sido as conquistas na área da tecnologia de feixes de partículas neutras, que

poderiam ser empregados no disparo contra ogivas e simulacros no espaço, não para destruí-los, mas para sondá-los, de alguma forma, possibilitando aos detectores de vigilância distinguir entre uma ogiva verdadeira e uma falsa. Essa missão de "discriminação interativa" é crítica se desejarmos possuir um sistema de defesa estratégica altamente eficaz, que possa interceptar uma rajada de ogivas disparadas durante um primeiro ataque contra os EUA.

E qual é o resultado de todo esse avanço? É que poderíamos começar, em meados da década de 90, a desdobrar um sistema de defesa estratégica constituído de mísseis baseados na terra, veículos de destruição cinética e sensores baseados no espaço. O sistema completo, fundamentado nessas tecnologias, implicaria num custo total de menos de 150 bilhões de dólares e poderia levar cerca de 10 anos para a sua montagem. É interessante lembrar que o orçamento anual da Defesa gira em torno de 300 bilhões de dólares, ou seja, duas vezes o custo total do sistema de defesa estratégica, e que o custo total do programa dos *F/A-18* da Marinha e dos *C-17*, *F-15* e *F-16* da Força Aérea se eleva a 165 bilhões de dólares, o equivalente ao custo total da primeira fase do sistema *SDI*. Será que a defesa estratégica tem o mesmo



valor, em custos, que estas armas? Eu acho que sim.

Será que estamos prestes a iniciar uma nova era? Ainda existe a possibilidade de o programa SDI ser cancelado, ou de seu ritmo ser reduzido a ponto de torná-lo inútil, mas acho, no entanto, que, de um modo geral, ele veio para ficar. As discussões, hoje em dia, não giram mais tanto em torno da viabilidade técnica da SDI, mas sim sobre quando começará seu desdobramento, quanto custará

e qual será seu impacto no controle de armas e no equilíbrio estratégico. Já percorremos uma longa estrada desde o discurso do Presidente Reagan, em 23 de março de 1983, apresentando a SDI, mas ainda temos muito chão pela frente. Já temos, no entanto, uma idéia mais clara de para onde nos conduz essa estrada e quanto tempo levaremos para chegar ao nosso destino. E, o que é mais importante, sabemos que a jornada deve ser iniciada.

O Dr. Kim R. Holmes é o Subdiretor de Estudos de Política de Defesa da Fundação The Heritage, e pronunciou a presente conferência em 16 de maio de 1987, durante a convenção anual da sede de Ohio da Associação de Oficiais da Reserva, realizada na Base Aérea de Wright-Patterson, Dayton, Ohio.



SINOPSE DOS MOVIMENTOS REVOLUCIO- NÁRIOS COMUNISTAS NO CONTINENTE AMERICANO*

Luiz Carlos Poll

Aprovado no concurso de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 1988, o autor se propõe, com este artigo, a fornecer subsídio aos futuros candidatos aos cursos dessa Escola.

Fornece, ao mesmo tempo, aos leitores de A Defesa Nacional elementos para o acompanhamento do quadro apresentado, em face da anunciada mudança de postura do mundo comunista.

INTRODUÇÃO

Desde que Karl Marx tornou público seu "Manifesto Comunista" em 1848, a ideologia nele expressa tem se expandido.

Serviram de meio para essa expansão as "Internacionais Comunistas". A primeira delas tem sua origem na fundação, em LONDRES, da "Associação Internacional dos Trabalhadores", em 1864. Transferida para

* Artigo produzido em dezembro de 1988, deixa de registrar os fatos políticos ocorridos desde então nos países considerados, em particular no Paraguai, cabendo ao leitor apropriá-los.

Nova York, suas atividades encerraram-se em 1876, devido a dissensões internas, causadas pelo anarquismo e outras correntes políticas.

As organizações socialistas da Europa criaram, então, nova "Associação Internacional dos Trabalhadores", em Paris (1889), dando início à Segunda Internacional. Esta conclama os trabalhadores para evitar o conflito, que acaba acontecendo, a Primeira Guerra Mundial. Em meio à guerra, ocorre a Revolução Bolchevista na Rússia, chegando Lenine ao poder, em outubro de 1917. O novo líder acusa a II Internacional de pacifista, prega a impossibilidade da paz sem a derrota final do capitalismo, e cria a Terceira Internacional (Comintern). No entanto, alguns partidos socialistas se opõem à orientação da III, e se afastam também da II. Resolvem então formar a Internacional de Viena, a "Dois e Meio".

Em 1921 e 1922 foram realizados esforços para unir as três Internacionais, mas fracassaram. No ano seguinte, representantes da II Internacional e da Dois e Meio reuniram-se e fundaram a Internacional Socialista e Trabalhista, declarando extintas as duas que lhe deram origem. Em 1945, essa organização teve seu nome mudado para Conferência Socialista Internacional, cujo órgão consultivo era o Comisco. Em 1951, nova de-

nominação foi adotada, a de Internacional Socialista, conservada até hoje.

A Terceira Internacional continuou sob a direção de Lenine até sua morte, em 1924. Ocorreu, então, uma luta interna pelo poder soviético, da qual Stalin saiu-se vencedor. Trotsky e seus seguidores, derrotados, foram expurgados, criando a IV Internacional, em Bruxelas, no ano de 1938.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1943, em troca da liberdade e legalização dos Partidos Comunistas existentes nos Países Aliados, os soviéticos concordaram em extinguir o Comintern (a III Internacional), acusado de intromissão na política nacional daqueles países.

A ideologia comunista, porém, continuou em expansão. Em 1949, Mao Tsé-Tung vence longa luta interna, transformando a China em República Popular.

Paralelamente, havia sido criado, em Belgrado, em 1947, novo organismo internacional para servir de instrumento à propagação comunista – o Cominform. Transferido para Bucareste, veio a encerrar suas atividades, oficialmente, em 1956. Nesse ano, aconteceu o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Nele, Kruschev condenou o culto à personalidade de Stalin, admitiu existirem várias formas de socialismo, que a guerra não

era inevitável para a implantação do comunismo e que era possível a Coexistência Pacífica. Mao e seus camaradas não aceitaram essas novas idéias. E as divergências entre soviéticos e chineses se acentuaram com o passar dos anos, até o rompimento definitivo, na década de 60.

Ao mesmo tempo em que ocorria essa cisão, Cuba tornava-se o primeiro país comunista da América, em 1961. No ano seguinte, os soviéticos tentam instalar uma base de mísseis nessa ilha do Caribe, mas o bloqueio naval norte-americano os impede de levar o projeto avante.

Em 1966, em Havana, é criada a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OS PA-AAL), e, um ano após, sua afilhada, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Esses dois organismos passaram a servir de cobertura para a exportação cubana da ideologia marxista - leninista para os países do terceiro mundo. Sua concepção do movimento revolucionário difere, no entanto, do modelo soviético (ortodoxo), pois é baseada no foco guerrilheiro (foquismo). Essa divergência vem somar-se à cisão já existente no bloco, entre russos e chineses. Seus reflexos evidenciam-se nas organizações comunistas dos países-alvos, as

quais tornam-se cada vez mais fracionadas e conflitantes entre si.

Este é um dos fatores pelos quais essa doutrina não conseguiu avançar em solo americano durante muitos anos. A vitória da revolução sandinista, em 1979, só ocorreu após várias tentativas fracassadas em muitos Países do Novo Mundo.

Neste trabalho procuraremos apresentar um resumo, basicamente histórico, dos movimentos revolucionários de origem comunista em terras americanas.

Tentaremos levantar os principais aspectos em cada país, iniciando pelo nosso.

MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS COMUNISTAS

NO BRASIL

A Confederação Operária Brasileira foi a precursora do Partido Comunista do Brasil (PC do B), o qual realizou seu primeiro congresso em 1922, quando foram examinadas e aceitas as condições de filiação ao Comintern.

Na década seguinte, nosso país seria o primeiro da América a enfrentar uma tentativa comunista de tomada do poder. A Aliança Nacional Libertadora encobria as atividades do PC do B, que deflagrou a Intentona Comunista de 1935, em Natal,

Recife e Rio de Janeiro. Face à resistência das forças legais, o movimento fracassou de imediato, sendo presos os principais chefes. Após esse episódio, a situação política foi hostil às esquerdas, o que acentuou as dissidências em suas fileiras. Trotskistas uniram-se a outros descontentes e formaram o Partido Socialista Revolucionário, passando a representar então a IV Internacional.

Após a Segunda Guerra, com a anistia, o PC do B é legalizado, em 1945. Dois anos depois, seu registro é cancelado, voltando seus militantes à clandestinidade.

O XX Congresso do PCUS tem grande repercussão em solo brasileiro. Surgem vários dissidentes. Em 1960, o nome da organização marxista-leninista passa a ser Partido Comunista Brasileiro (PCB). Acentuando-se as divergências, porém, alguns dissidentes resolvem separar-se e manter o nome anterior, ficando o PC do B como representante da linha chinesa, em 1962.

Além desses dois partidos, a situação política nos primeiros anos da década de 60 favoreceu o surgimento de outras organizações revolucionárias, entre elas:

- Ação Popular (AP) – Originária de estudantes e operários católicos, pregava o socialismo econômico e o marxismo-cristão.

- Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP) – Desejava a unificação das esquerdas em uma Frente Única e apoiava o PC do B na sua luta contra a “via pacífica” adotada pelo PCB.

- Partido Operário Revolucionário Trotsquista (PORT) – Novo representante da IV Internacional, realizou seu primeiro congresso em 1963, em São Paulo.

Além dos grandes grupos anteriormente citados, surgiram várias organizações subversivas paralelas. Uma destas foi a Frente de Libertação Nacional (FLN) de Goiânia, cujo embrião do seu exército eram os Grupos dos Onze.

A vitória da Revolução de 64 marcou o início de uma luta sem tréguas contra as esquerdas. Surgiu, porém, um novo grande grupo – o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Foi ele o responsável pela criação da “Frente de Caparaó”, que pretendeu implantar um foco de guerrilha entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em fins de 1966, o qual foi desbaratado no ano seguinte.

Combatido pelas forças legais e sem conseguir a união dos seus militantes, o Movimento Comunista Brasileiro (MCB) começou a esfacelar-se. Durante o VI Congresso do PCB, em 1967, vários militantes recusa-

ram-se a aceitar a "via pacífica" e foram expurgados. Estes reuniram-se em dois grupos: a Corrente Revolucionária e a Dissidência. O primeiro tornou a fracionar-se em três ramos: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Agrupamento Comunista de São Paulo (ACSP – mais tarde Aliança Libertadora Nacional) e Corrente/MG.

O segundo também divide-se em três: Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, Dissidência Fluminense (MR – 8 – 1967) e Dissidência/GB (que deu origem ao atual MR – 8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro – data da morte de Guevara – que passou a utilizar a mesma sigla anteriormente adotada pela Dissidência Fluminense).

Também militantes da POLOP se insurgiram contra sua direção nacional, influenciados pela idéia do "foco" das obras de Debray e pelo surgimento da OS PAAL e OLAS, terminando por fracionarem a POLOP em três organizações: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR – 1 – de São Paulo), Comando de Libertação Nacional (Colina de MG, GB e RJ) e Partido Operário Comunista (POC). Em 1969 surgiu a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR – Palmares), oriunda da fusão da Colina e da VPR – 1.

Já a AP perdeu, por ocasião de sua cisão, em 1968, elemen-

tos para o PCBR e para o POC, enquanto a maioria dos seus membros se inclinaram a favor da linha chinesa, aproximando-se do PC do B, portanto.

Quanto à localização da ação principal, Carlos Marighella, o ex-capitão Carlos Lamarca e o teórico Joaquim Câmara Ferreira optaram pela guerrilha urbana, uma vez que, na Bolívia, havia fracassado a experiência na zona rural. Foram derrotados igualmente, sendo mortos durante choques com as forças de segurança. Da mesma forma, viram-se derrotados os seguidores do pensamento de MAO (PC do B), quando tentaram formar um exército revolucionário em zona rural, no Araguaia, entre 1972 e 1974.

A fase final do processo iniciado com o surgimento do PC do B, consequência do conflito sino-soviético, que a Revolução de 1964 contribuiu para acelerar o que as idéias da Primeira Conferência Tricontinental (criação da OSPAL) acabaram por desencadear, foi a atomização das esquerdas. A desagregação total do movimento comunista fez surgir um emaranhado de dezenas de organizações.

Na atualidade, o Movimento Comunista Brasileiro se organiza segundo três grandes linhas. O PCB representa o grupo que defende a tomada do poder pela via pacífica. A linha que preconiza a luta armada para ascen-

são ao poder tem o PC do B e o MR — 8 como seus grupos mais numerosos. Finalmente, há os seguidores da linha Trotsquista, que advogam a revolução permanente. Todas essas linhas têm se dedicado ao trabalho de massa, agora abertamente, uma vez que os partidos que as representam puderam se legalizar em 1985.

Paralelamente a essa propaganda revolucionária, porém de uma maneira mais insidiosa, a Internacional Socialista conquistou terreno na política nacional, tendo inclusive realizado um congresso de caráter mundial, há poucos anos atrás, no Rio de Janeiro.

NA ARGENTINA

As teorias guerrilheiras de Che Guevara encontraram um campo fértil em seu país de nascimento. No momento de sua morte, ocasião em que seu nome e suas idéias eram mais divulgadas, os militares, no poder, enfrentavam a luta armada da esquerda revolucionária. Nesta, dois grupos se destacavam: o Exército Revolucionário do Povo (ERP), de origem Trotsquista, e os Montoneros, peronistas de origem social-cristã, que acabaram aderindo ao comunismo sob a influência cubana. Além desse último, os peronistas, em 1969, ainda constituíram outros grupos menores,

como: Forças Armadas Peronistas (FAP), Forças Armadas Revolucionárias (FAR), Exército Nacional Revolucionário (ENR) e Peronismo de Base (P de B).

Quando Peron voltou ao poder, em 1973, e passou a agir ao contrário do que pretendiam esses grupos, os mesmos se aproximaram do ERP, numa frente única. O ERP era, sem dúvida, o mais organizado e bem armado dos movimentos guerrilheiros que agitaram a Argentina na década passada.

Agia tanto no campo, fazendo a guerrilha rural nas províncias de Catamarca e Tucumã, quanto nas cidades, realizando atos terroristas, especialmente em Córdoba e Buenos Aires.

Todos os grupos revolucionários foram duramente combatidos pelas Forças Armadas, mesmo durante o governo de Peron e de Isabelita. Durante o desta última, que governava sob a influência de Lopes Rega, "o Bruxo", foram mortos mais de 1.400 guerrilheiros. O combate maior, porém, ocorreu quando, em 1976, os militares voltaram ao poder, mediante nova derrubada do governo. Na luta foram usados até mesmo aviões do tipo Pucará e bombas de napalm. Dois anos após, as forças legais declaram-se vitoriosas. Mário Firmenich, ex-chefe dos Montoneros, foi preso, após ter sido extraditado do Brasil. Mario

Santucho, ex-chefe do ERP, morreu na luta.

No entanto, após o fracasso na Guerra das Malvinas, os chefes militares começaram a ser acusados de serem responsáveis por 30.000 "desaparecidos", durante a "guerra suja" contra os guerrilheiros. A propaganda comunista aproveitou o julgamento dos generais acusados da derrota para os ingleses para requerer o julgamento de todos os oficiais que combateram a guerrilha nos anos 70. Os militares então se rebelaram e o governo de Raul Alfonsín reconheceu a existência da "obediência devida". Durante a revolta, destaca-se a figura de Aldo Rico, um tenente-coronel do Exército Argentino, que liderou nova rebelião no início de 1988. Após esta última, a Imprensa noticiou que três ex-capitães do Exército declararam que seriam formadas forças subterrâneas para o combate do Marxismo.

NO URUGUAI

As raízes do movimento revolucionário de expressão na República Oriental estão no trabalho de organização sindical de "bóias-frias", efetuado desde fins da década de 50 pelo socialista Raul Sendic, nos arrozais do leste e nas plantações de cana-de-açúcar do norte uruguaio. Tornou-se ele o líder do

Movimento de Libertação Nacional (MLN) Tupamaros, a organização comunista de relevo naquele país, que desenvolveu sua ação na zona rural, inicialmente. Devido ao fato de que a maior parte da população uruguaia mora nas cidades (80%), passaram seus militantes a desenvolver a guerrilha urbana. Em 1967, tendo alcançado fama mundial como "modelo de guerrilha urbana", recusaram a oferta do "Che" de a ele unirem-se, na Bolívia.

Os Tupamaros realizaram ações audaciosas, sendo algumas bem sucedidas. A 8 de outubro de 1969 (observem a data) tomaram a cidade de Pando, a 30 km de Montevidéu. Em outra ocasião, levaram uma centena de armas de uma guarnição da Marinha. Utilizavam muito estes golpes de propaganda na tentativa de colocar no ridículo o governo, denunciar condições sociais injustas e fortalecer, perante a opinião pública, a idéia da existência de um "poder paralelo". Com esse intento, em 1970, seqüestraram o cônsul brasileiro, Dias Gomide, e um assessor policial norte-americano, Mitrión, tendo este último sido assassinado pelos terroristas, mais tarde.

As forças de segurança conseguiram prender Sendic, mas este fugiu por um túnel, com outros 100 militantes, em setembro de 1971.

Um ano depois, o Ifder tupamaro voltou a ser capturado, e esse acontecimento marcou o final efetivo da guerrilha no Uruguai. O MLN tornou-se, a partir de então, um movimento político legal, tendo renunciado à luta armada, ao menos temporariamente. No apogeu de suas atividades, calcula-se que havia cerca de 6.000 tupamaros, os quais se destacavam, comparados com outras organizações subversivas, de efetivo bem menor.

À semelhança do que ocorreu no vizinho país platino, os militares uruguaios também foram acusados de excessos na repressão ao terrorismo. Houve denúncias mesmo da formação de "esquadrões da morte", durante o combate. Como os presos por atividades guerrilheiras foram soltos em 1985, se reintegrando à vida política normal, as acusações de ambas as partes ficaram, durante certo tempo, adormecidas. Em fins de 1988, porém, um plebiscito passou a ser requerido, para decidir sobre o julgamento judicial dos militares envolvidos na repressão, tal como ocorreu na Argentina.

NO CHILE

Os chilenos sempre foram extremamente politizados. Seu sistema político fundamentava-se na imprensa livre, liberdade

sindical e pluralismo partidário. Nesse ambiente o Partido Comunista do Chile, vinculado à III Internacional, desenvolvia suas atividades, desde 1920. Sua participação na política chilena não era expressiva, até liderar uma coalização de esquerda, a Unidade Popular, que conseguiu eleger Presidente seu candidato, Salvador Allende, devido às divergências ocorridas entre os demais partidos, em 1970. O mesmo só foi eleito, pelo Congresso, em 2º turno, devido à sua aceitação de um "Estatuto de Garantias Democráticas", comprometendo-se a conservar a estrutura vigente. Allende, porém, concebia seu governo como uma etapa de transição para o socialismo. Sua manobra era singular, pois pretendia o desenvolvimento do processo revolucionário através das vias institucionais, através do próprio sistema a ser substituído, pela ampliação da fatia eleitoral. Não implantaria a ditadura do proletariado, a conquista total do poder se daria pela transformação da sociedade, sem ser o motor desta transformação. Era esta a "Via Chilena para o Socialismo", a concepção "marxista-humanista". Diferenciava-se do marxismo-leninismo tradicional por aceitar a oposição política (o pluripartidarismo) e eleições periódicas, e por admitir a coexistência das propriedades estatais, mistas e privadas.

Pondo em prática seu plano de transformação da sociedade, Allende efetuou a nacionalização das principais minas de cobre, das jazidas de ferro, de bancos e de empresas financeiras, a partir de 1971. Através do bloqueio de preços e do controle de greves por meio de sindicatos, criou as condições necessárias para a intervenção estatal nas empresas privadas, passando a controlar integralmente os setores de mineração, petróleo, energia elétrica, telecomunicações e bancário. Decretou um aumento significativo dos salários ao mesmo tempo em que congelava os preços das mercadorias. Isso originou o "desabastecimento", isto é, a falta do produto no comércio e o desenvolvimento do mercado negro, o que corroeu seu apoio popular, em 1972. Também agravou-se a situação econômica do país devido ao bloqueio financeiro e das exportações imposto pelos Estados Unidos, cujas empresas tiveram seus interesses afetados pelas medidas adotadas.

A asfixia econômica do Chile fez com que Allende perdesse o apoio parlamentar, o que ficou evidenciado nas eleições de 1973.

Planejou ele então manter o poder através do modelo clássico, pelo uso do golpe de estado. Os militares, entretanto, anteciparam-se nas ações. As Forças Armadas e os Carabineiros

atacaram o Palácio de La Moneda, e Allende, vendo-se derrotado, suicidou-se.

O General Pinochet mantém-se no comando da tutela militar desde então. O país passou a ter um crescimento econômico surpreendente. A "Revolução Silenciosa" na economia modernizou o Chile. A taxa de inflação anual foi de 19,9% em 1987, e calculava-se que ficaria em 10% em 1988. Mas a propaganda contra a ditadura de Pinochet é intensa. No plebiscito realizado em outubro (1988), a oposição venceu, quando 4 (contra 3) milhões de eleitores votaram para a "não" permanência do General na presidência.

Isso representou uma vitória dos grupos de esquerda, entre os quais destacam-se, por contínuas atividades de guerrilha, a Frente Patriótica Manuel Rodrigues (FPMR) e o Movimento de Esquerda (Izquierda) Revolucionário (MIR). Esse último age desde os tempos de Allende, realizando ações subversivas, tanto na zona rural quanto na urbana.

NO PARAGUAI

A ditadura de Francia marcou o início da vida independente desse país. A da família Lopez terminou por levá-lo à desastrosa guerra contra a Tríplice Aliança. Já na guerra do Chaco

os paraguaios saem vitoriosos, apesar de arruinados economicamente. Após esta, outro período ditatorial acontece, até 1948. Decorridos poucos anos, um golpe de estado leva Alfredo Stroessner ao poder, no qual se mantém, desde 1954, até os dias atuais. Governa ele com "mão de ferro" a nação guarani. Até 1962, só existia o Partido Colorado na vida política do país presidido por ele. A partir de então, foi admitida a oposição, porém o Partido Comunista Paraguai (PCP) continuou a ser considerado ilegal. Em 1976, seu secretário geral e 100 outros militantes foram presos. A Anistia Internacional acusou o governo Stroessner de dar a seus prisioneiros um tratamento desumano. Em 1979, a oposição se une na frente denominada "Acordo Nacional", que é ilegal, formado pelo Movimento Popular Colorado (Mopoco), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e Partido Revolucionário Febrerista (PRF). Em 1980, o estado de sítio que havia sido suspenso dois anos antes, após vigorar desde o golpe de 1954, volta a ser decretado devido ao assassinato de Somoza, ex-ditador nicaraguense. Também nesse ano, o governo norte-americano manifesta seu desagrado em relação ao regime vigente, com a saída do país de seu embaixador Robert White.

Durante o ano de 1986, são realizadas várias manifestações de protesto contra o governo, ao mesmo tempo que aumentam as críticas da Igreja. Finalmente, em maio de 1988, o Papa João Paulo II faz contundente discurso, citando a necessidade do respeito aos direitos humanos e de liberdade política, quando visita o Paraguai.

Nota-se portanto que existem vários fatores que podem favorecer um Movimento Revolucionário, quais sejam:

- aliança da oposição moderada com socialistas.
- rejeição à liderança de Stroessner por segmentos da população.
- emprego de força exagerada na repressão a protestos;
- possibilidade de apoio externo, partindo, principalmente, de Cuba e/ou Colômbia;
- padrão de vida baixo da população (analfabetismo de 15,7%);
- oposição da Igreja; e
- retirada do apoio dos Estados Unidos.

Este último talvez seja o mais significativo dos aspectos. Os Estados Unidos criaram uma mentalidade anticomunista no continente americano, após a Segunda Guerra Mundial. Reforçaram a idéia de um pan-americanismo democrático com seu apoio econômico e político. No entanto, em certas ocasiões tem negado esse amparo. No caso

de ditaduras de direita, já por duas vezes facilitaram a tomada do poder pelos comunistas, em países das Américas. Foi o caso em 1959, quando auxiliou na derrubada de Fulgêncio Batista e, vinte anos após, quando apoiou a revolta contra Somoza.

No Paraguai, não existe um movimento de guerrilha expressivo, devido à dura repressão policial a qualquer indício de surgimento. Há que se levar em conta, também, o significativo apoio econômico que o Brasil tem dado ao país, neutralizando sua atração por eventuais aliados marxistas-leninistas.

NA BOLÍVIA

A Conferência Tricontinental de Havana, em 1966, escolheu esse país para ser a "Sierra Madre da América Latina". Ali seria o "foco" de onde seriam comandados todos os "exércitos de libertação nacional", pelo próprio "Che" Guevara. Esse foco iniciou com 15 cubanos e 14 bolivianos, estes últimos dissidentes da juventude do Partido Comunista, alguns ex-universitários e outros, mineiros. O grupo cresceu pouco, pois ficou isolado nas serras e matas do sudeste boliviano, sem ter obtido apoio dos camponeses e de outros setores sociais e políticos do país. O próprio Partido Comunista voltou suas costas ao empreendimento.

A 8 de outubro de 1967, os militares atacaram o foco, tendo a maioria dos guerrilheiros sido mortos na luta decisiva que se travou. Guevara foi ferido levemente num pé e executado um dia após.

Encerrava-se a guerrilha de influência cubana na Bolívia.

Após esse episódio, o país passou por uma série de golpes de estado, de greves e de agitações promovidas pelos sindicatos, o que originou a decretação do estado de sítio.

A guerrilha permaneceu latente no fundo da agitação política e passou a contar com um aliado em suas atividades subterrâneas — os traficantes de drogas. Estes fornecem armas em troca da defesa e da guarda de seus centros de processamento.

Em 1980, os Estados Unidos chegaram a denunciar a participação de militares bolivianos no tráfico de cocaína. Em 1986, soldados norte-americanos vieram à Bolívia ajudar na repressão ao narcotráfico, em uma operação conjunta com as forças legais do país.

NO PERU

O triunfo da revolução de Fidel Castro despertou as ações armadas no Peru, devido à influência de guerrilheiros peruanos que haviam estado em Cuba. Uma ação dirigida ao ali-

ciamento de indígenas, chefiada por Hugo Blanco, no vale de Cuzco, foi derrotada. Quinze meses antes da chegada do "Che" à Bolívia, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e o Exército de Libertação Nacional lançaram-se em uma ação conjunta. O próprio Guevara tencionava unir suas ações, no antiplano boliviano, às da guerrilha peruana. A repressão, porém, foi eficaz e ambos os movimentos fracassaram. Já em 1980, um novo grupo, o "Sendero Luminoso", inicia operações, após 5 anos de preparativos. Seus militantes seguem a linha de Mao Tsé-Tung, de quem julgam ser os verdadeiros intérpretes. Acreditam serem os Andes peruanos o eixo da revolução mundial, de onde serão consertados os erros revisionistas dos "comunistas cretinos" da China, União Soviética, Albânia e outros países. Não valorizam a propaganda (trabalho de massa), se propõem a fechar o Peru a toda influência estrangeira e construir uma sociedade dirigida por camponeses e operários. Seus métodos são brutais a ponto de horrorizar a própria esquerda. Seus líderes protegem-se com a capa do terrorismo e do segredo. Somente em agosto de 1988 o jornal El Diario, considerado voz não-oficial do grupo, publicou uma longa entrevista com o líder do Sendero, Abimael Guzmán.

Outro grupo guerrilheiro no Peru, de expressão, iniciou suas ações em 1984 — o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA — que leva o nome do líder indígena que revoltou-se contra os espanhóis, no século XVIII). Formado por jovens estudantes, incorporou, em 1986, antigos militantes do MIR.

Ambos os grupos têm realizado ações de comando, ataques a bomba, seqüestros e assassinatos, principalmente de prefeitos e juizes. A luta contra as forças legais e a guerrilha tem sido dura, calculando-se que já sacrificaram cerca de 15.000 peruanos nesta década.

O Sendero sofreu uma enérgica repressão nas proximidades de Ayacucho, em 1988, e 30 do total de 180 províncias foram declaradas "zonas de emergência". Como em outros países sul-americanos, os militares têm sido acusados de excessos, de transformarem "campesinos" em "desaparecidos", apesar de serem divulgadas também as atrocidades dos fanáticos militantes do Sendero e do MRTA.

Também nesse país o tráfico de cocaína está aliado à guerrilha. Estima-se que entram no país 1 bilhão de dólares, anualmente, como resultado do comércio da droga. Parte desse dinheiro é usada pelos traficantes para obter a proteção dos guerrilheiros.

Combater a ambos tem sido

de seus integrantes foram presos. Também é desse grupo a fracassada tentativa de ocupação do Palácio da Justiça, em 1985, ocasião em que as forças legais invadiram o prédio derrubando a porta com um carro blindado de reconhecimento.

Outro grupo guerrilheiro teve vida efêmera – o Batalhão América. Representou, em 1985, um ensaio de organização de uma força revolucionária que agisse na Colômbia, Equador e Peru, concomitantemente. A tentativa não deu certo, por diversos fatores, sendo um deles o desentendimento interno. Tendo se originado de uma cisão do PCC, surgiu, em 1968, mais um grupo, o Exército Popular de Libertação (EPL). Seus militantes agiam inicialmente no Departamento de Cordoba. Seguem a linha chinesa.

Já o Exército de Libertação Nacional (ELN) se identifica com a linha cubana, tendo iniciado suas atividades em 1962, com base em operários, camponeses, estudantes e religiosos. Sua figura mais destacada foi a do padre católico Camilo Torres Estrepo, morto em combate, em 1966. A atuação desse religioso exprimiu a influência dos “padres operários” da Europa no cristianismo revolucionário latino-americano, que também está expressa na “Teologia da Libertação”, cujas origens estão no

país colombiano, da mesma forma.

Na Colômbia é muito estreita a ligação dos guerrilheiros com os traficantes de drogas. Similarmente ao que ocorre nos países vizinhos, os revolucionários conseguem armamento com os traficantes, e estes se valem da segurança proporcionada pelos primeiros.

O Exército combate a ambos, porém conta com um efetivo de apenas 60 mil homens, sendo que o número de guerrilheiros é de cerca de 10 mil. Não se sabe quantas pessoas estão envolvidas com as drogas, mas calcula-se que seus ganhos com a cocaína sejam em torno de 1,5 bilhão de dólares anuais, o que representa o mesmo valor da venda do café, que é o principal produto legal de exportação. Esse poder econômico dá ao cartel de Medellin quase tanta força quanto a que possui o Estado. E os traficantes utilizam essa força para eliminar aqueles que atrapalham seus passos. Em 1986, foram assassinados 28 juízes que julgaram casos relacionados com drogas. No início de 1988, o próprio Procurador-Geral, Mauro Hoyos, foi por eles assassinado. Outro juiz recebeu uma fita de vídeo que mostrava a execução de um colega seu.

Usando esses métodos, os que fazem o narcotráfico têm conseguido se firmar, estabele-

cendo uma rede internacional, sendo que as bases estão na Colômbia, Bolívia e Peru.

Esse aspecto multinacional é particularmente favorável aos seus aliados guerrilheiros e preocupa muito as forças legais, pela possibilidade da criação de uma "área vermelha" internacional, onde o poder dominante seja o dos traficantes e guerrilheiros.

Pela proximidade, pode mesmo parte do território brasileiro estar englobado nessa área. Bases guerrilheiras naquela região isolada e pouco habitada são extremamente indesejáveis para nosso país.

NA VENEZUELA

Esse país é uma das poucas democracias sólidas da América Latina. Apesar disso, passou por uma luta violenta contra a guerrilha, na década de 60. O movimento irrompeu em 1962, devido ao apoio do governo ao bloqueio naval norte-americano contra Cuba. Combatidos pelas forças legais, a partir de 1965, os guerrilheiros chegaram à conclusão de que haviam entrado em um "beco sem saída" e começaram a reintegrar-se à vida política normal da nação. O ex-líder dessa luta armada, Teodoro Petkoff, foi candidato à Presidência da República, em 1987, tentando conseguir nas urnas o

poder que não alcançou pela força, no passado.

A riqueza vinda do petróleo talvez tenha influenciado no resultado do combate à guerrilha, principalmente porque esta se apóia em contradições sociais e econômicas, existentes, em maior escala, em países mais pobres. Entretanto, apesar do progresso alcançado, ainda existem áreas de pobreza na Venezuela, particularmente em zonas rurais. Talvez por esse motivo também existam ainda grupos guerrilheiros, dos quais os mais expressivos são o Movimento Bandeira Roja (MBR) e a Nova Coordenação Revolucionária (NCR). Tal fato não impede que o governo atual continue a gozar de prestígio internacional, sendo inclusive um dos membros do grupo de Contadora.

A reunião da Venezuela, México, Colômbia e Panamá, países que constituem esse grupo, tem visado a buscar soluções pacíficas para os problemas da América Central.

NA GUIANA

Constitui-se essa jovem República em um importante objetivo visado pelo MCI, como ponto de apoio na América do Sul. Tem recebido missões técnicas e comerciais de países comunistas. Desde 1973 permite à frota pesqueira cubana operar em suas águas territoriais. Em

1976, foram divulgadas, pela imprensa brasileira e venezuelana, informações sobre a presença de soldados cubanos naquele país. O governo da Guiana reconheceu a existência de campos de treinamento para militares em seu território, embora negasse que eram bases de guerrilheiros treinados por instrutores cubanos e chineses. Admitiu, entretanto, que nesses campos era realizada uma preparação ideológica sob inspiração socialista. Na ocasião também foi difundido que um número crescente de guianenses dirigia-se à Cuba para receber formação ideológica. O então Primeiro-Ministro Burnham criou, na época, uma "Unidade Especial de Informação", cujo papel seria a vigilância da comunidade índia e das representações estrangeiras. O pessoal dessa Unidade estagiou 10 meses em Cuba.

Quando Cuba enviou tropas, pela primeira vez para Angola seus aviões utilizaram território guianense como ponto de escala. Devido a todo esse relacionamento estreito com o país de Castro, e a outros fatores favoráveis, a ex-colônia inglesa corre sério risco de ser o primeiro país sul-americano a cair na armadilha comunista.

NO SURINAME

A suspensão da ajuda ho-

landesa e norte-americana a esse país deveu-se ao fato de estar o Presidente Bouterse governando de maneira ditatorial. Isso levou o Suriname a aproximar-se de Cuba e da Líbia.

Em consequência, a presença cubana em suas fronteiras levou o Brasil a fazer um esforço para aumentar sua influência, a partir de 1983. Atualmente nosso país fornece-lhe assistência militar, econômica e financeira, e é seu principal aliado. Essa aproximação foi facilitada quando as relações do Suriname com Cuba foram estremecidas com o pedido de saída do embaixador cubano e de 105 diplomatas e técnicos de mesma origem, logo após a invasão de Granada pelos norte-americanos.

EM GRANADA

Essa nação, há pouco independente, de origem inglesa, passou por um golpe de estado em 1979. O novo governo adotou várias medidas populares — como o congelamento de preços, a criação de organizações de trabalhadores e a instação de conselhos comunitários para debater problemas locais — e criou um Exército Revolucionário, além de estabelecer relações com Cuba e União Soviética. Por volta de 1982, Havana já se tornara o principal parceiro e aliado de Granada, fornecendo

auxílio financeiro e assistência técnica ao país, inclusive na construção de um moderno aeroporto.

Para o MCI a pequena ilha era importante para facilitar a projeção da influência cubana, não somente nas pequenas Antilhas, mas também nas Guianas e no Suriname. Os Estados Unidos tinham a área sob sua influência antes do golpe de estado. Passaram então a hostilizar aquele governo, vetando o crédito em organismos internacionais e realizando manobras navais nas proximidades. Quando novo golpe, dessa vez da extrema esquerda, em 1983, depôs o governo, fuzilando o Primeiro-Ministro e reprimindo a reação popular que se seguiu, os norte-americanos invadiram a ilha, com uma força de 1.900 homens, acompanhados de 300 soldados de outros países do Caribe. Ao final do combate, morreram 18 soldados estadunidenses, 16 granadinos e 24 cubanos. Foi organizado, então, novo governo, que voltou ao alinhamento democrático tradicional.

NO HAITI

A região ocidental da Ilha de Espanhola, antiga base de piratas ingleses e franceses, tem conhecido, desde o início de sua história, a luta interna e o derramamento de sangue. Imperadores e ditadores são uma cons-

tante no passado dessa nação. Recentemente, a família Duvalier impunha um regime autoritário, oprimindo a população através do uso da polícia, dos "Tontons Macoute". Os protestos internos e as pressões externas foram aumentando gradativamente. Industriais, médicos, advogados, religiosos e militares se revoltaram contra o Presidente Vitalício "Baby Doc", depondo-o, em 1986. Seguiu-se uma série de golpes de estado, na qual dois generais e um civil, Manigat, alternaram-se no poder.

Sabendo-se que a instabilidade política constitui-se em fator favorável a movimentos revolucionários, o mesmo ocorrendo com o baixo padrão de vida da população (o Haiti é considerado o país mais pobre do hemisfério) e, levando-se em conta que os padres católicos que se opuseram ao ditador inspiraram-se na Teologia da Libertação, é lícito supor que pode lá ocorrer o mesmo que aconteceu quando Castro derrubou Batista, ou quando os sandinistas depuseram Somoza. Ao menos, é o que certamente espera o Partido Unificado dos Comunistas Haitianos (PUCH).

NA REPÚBLICA DOMINICANA

Em 1965 uma guerra civil irrompeu na região oriental da Ilha de Espanhola. Era a luta da

esquerda tentando assenhorar-se do poder. Tropas norte-americanas intervieram contra a facção de esquerda. A seguir o país foi ocupado por soldados de várias nações do continente, inclusive do Brasil.

Anos depois, em 1973, o MCI fez nova tentativa, quando grupos castristas invadiram o país, visando a derrubada do Presidente. Tais grupos foram derrotados e seus chefes mortos.

Permanece São Domingos mantendo uma oposição de hostilidade diante de Cuba e da Nicarágua, tendo uma postura francamente pró-Estados Unidos, identificado plenamente com seu maior aliado.

EM CUBA

Quando Fidel Castro refugiou-se com seu irmão (Raul), "Che Guevara", Camilo Cienfuegos e outros na Sierra Maestra, dando início ao movimento revolucionário que sairia vitorioso, o Partido Comunista Cubano (PCC) passou ao "dualismo". Ao mesmo tempo que apoiava as forças de Batista, auxiliava a guerrilha. Quando a vitória penhou para esta última, o PCC abandonou definitivamente o ditador. Após a vitória final, em 1959, o PCC se expandiu e se infiltrou cada vez mais na vida cubana. As refinarias de petróleo, pertencentes a companhias

norte-americanas, recusaram-se a refinar matéria-prima soviética e foram expropriadas. Fidel passou a receber armas e ajuda soviética. Exilados cubanos fracassaram em sua tentativa de tomar o poder, após o desembarque na Baía dos Porcos, em 1961. Logo após, Castro declarou Cuba um Estado Socialista. As promessas e objetivos iniciais da Revolução foram paulatinamente esquecidos. Uma onda de violência varreu o país. Os fuzilamentos no "Paredón" tornaram-se uma constante. Aos poucos foram eliminados os opositores à "nova ordem".

Em 1962, os Estados Unidos descobrem que a União Soviética enviou material para a instalação de uma base de mísseis na ilha, e fazem o bloqueio da mesma. Os soviéticos, de poderio inferior na ocasião, são forçados a recuar. A partir da Conferência Tricontinental de Havana em 1966, surge a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAL). No ano seguinte é criada uma afilhada da anterior, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

As obras de Debray e de Guevara, o "cérebro" da revolução cubana, são difundidas então mais facilmente. É divulgada a doutrina do "foco" como alternativa para os adeptos da luta armada. Cuba se transforma assim em instrumento de grande

utilidade para Moscou, que tem sua ideologia propagada sem que haja necessidade do emprego direto de suas forças, permitindo-lhe manter a imagem de "nação pacífica".

Castro recebe os meios da União Soviética para apoiar os governos comunistas e a guerrilha nos países do Terceiro Mundo.

Na África, Angola foi quem mais contou com a ajuda cubana, até o recente acordo firmado entre esse país e a África do Sul. Cerca de 50.000 assessores e soldados castristas estacionaram em seu território para manter a luta do governo comunista contra a União para a Independência Total de Angola (UNITA) e apoiar a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) na luta contra a África do Sul, pela Namíbia. Cerca de 20.000 outros cubanos continuam apoiando os governos comunistas de Moçambique, Etiópia e Iêmen do Sul, no combate a seus opositores. Na região continental centro-americana, a Nicarágua é atualmente o maior exemplo da expansão do MCI através de Cuba. Por trás de laços comerciais, é mantida uma ajuda em pessoal e material destinada a combater os "contra". A guerrilha nos demais países da região, e nas ilhas do Caribe, é sempre instigada e apoiada por Havana.

Essa ação tem custado à

União Soviética cerca de 10 milhões de dólares diários em auxílio financeiro à sua tática latina e tem, também, auxiliado a deteriorar a economia cubana. O país continua a ser monocultor, enquanto outros estão se industrializando. Esse é um dos fatores que levaram um milhão de pessoas a deixarem o país. A esse aspecto soma-se o da perseguição política. Há cerca de 20.000 presos políticos no país. Castro derrubou um ditador para tornar-se, ele próprio, outro. E não entende por que há no país indolência no trabalho, roubo e corrupção, porque centenas de milhares de pessoas querem deixar a ilha. Não acha graça da anedota cubana que diz: "Cuba é a maior nação do mundo, pois tem a administração em Moscou, a população na Flórida e o exército na África."

NO PANAMÁ

Esse país tem grande significado estratégico para os Estados Unidos pela presença do Canal e das bases militares americanas em seu território. Washington receia atualmente que ocorra um alinhamento do atual governo panamenho com Cuba e Nicarágua. Isso porque o homem forte do País, General Noriega, está se aproximando destes. Ele é o chefe das Forças de Defesa Panamenhas e quem realmente manda no go-

verno. Aliás, a tradicional ascendência dos militares panamenhos sobre o poder civil manteve-se intocada depois que o brigadeiro Torrijos deixou a Presidência. Tanto assim é que o último presidente demitiu Noriega, mas este, contando com o apoio da Assembléia Nacional, permaneceu no cargo e quem teve que ser substituído foi o Presidente. Noriega era um protegido de Torrijos, a quem deve a posição que ocupa. Possuía, ao que tudo indica, ligações com a Cia, para a qual fez alguns trabalhos. Era considerado um aliado dos Estados Unidos, um anticomunista que permitiu o treinamento dos "contra" em solo panamenho e que combateu, no tempo de Torrijos, a guerrilha na Província de Chiriquí. A partir de 1986, porém, começaram a ser levantadas sérias acusações contra ele. Foi acusado de ser o responsável pelo uso do Panamá como ponto intermediário do tráfico de drogas entre a Colômbia e os Estados Unidos, de transformar as Forças de Defesa em agência do crime organizado, de fornecer armamento aos sandinistas desde 1982, bem como ao M-19 colombiano. Foi-lhe também imputada a acusação de assassinatos, torturas e atos sádicos. Seria ele o responsável pela "lavagem" de dinheiro sujo, fraudes eleitorais e intimidação política. Logicamente, todos os

elementos do governo a ele ligados são co-responsáveis por essa criminalidade e corrupção generalizada.

A economia do país vai de mal a pior, e a corrupção somada ao desemprego, a injustiça social, a estagnação econômica e uma imensa dívida externa.

A ruptura com os Estados Unidos levou Noriega a buscar apoio nos países marxistas da região. Trouxe assessores militares cubanos para o país e comprou aviões de Fidel Castro, com quem manteria estreitas relações a partir de então, tendo-lhe vendido informações secretas norte-americanas e também a ele se aliado no tráfico de drogas. Foram, da mesma forma, apenas os governos marxistas que o apoiaram quando o Presidente quis demiti-lo.

Devido à tensão gerada no Panamá com a tentativa feita pelos Estados Unidos de retirar Noriega do governo, foi enviado um reforço de 1.300 soldados para a Zona do Canal, além de helicópteros.

Teme-se o ressurgimento de tensões, que tinham desaparecido a partir dos tratados transferindo o controle do Canal para os panamenhos, a partir do ano 2000.

EM COSTA RICA

É o mais democrático dos países centro-americanos. O

Partido Comunista é legal e só se tem notícias de um grupo guerrilheiro, o Movimento Revolucionário do Povo (MRP). Desde 1948, a Costa Rica extinguiu seu Exército. Mantém, porém, uma forte Guarda Civil e uma Guarda Rural, as quais foram treinadas por assessores norte-americanos, desde 1982. Apesar disso, o país havia apoiado os sandinistas na luta contra Somoza. Após o desvio dos destinos da Revolução Sandinista, Costa Rica e Honduras transformaram-se em peça-chave no auxílio do governo Reagan aos "contra".

Manágua protestou veementemente e chegou a violar várias vezes o território da Costa Rica em perseguição a guerrilheiros anti-sandinistas, que mantinham bases naquele país. Devido à pressão que a Nicarágua exerceu, em 1984 foram desmanteladas 82 dessas bases. Entretanto, foi firmado um acordo com a Cia para a construção de um campo de pouso secreto na selva da Costa Rica, para suprir os rebeldes no sul nicaraguense. Após Oscar Arias assumir o governo da Costa Rica, cancelou-se esse acordo e propôs-se um Plano de Paz para a América Central. De acordo com esse Plano, os países vizinhos à Nicarágua, especialmente Honduras, não mais abrigariam bases dos "contra" e reconheceriam como legítimo o governo sandi-

nista. Este, por sua vez, comprometer-se-ia a não mais incentivar e financiar os guerrilheiros marxistas da região, especialmente os de El Salvador. Por seu esforço nesse sentido, Arias ganhou o Prêmio Nobel da Paz, em 1987. Inicialmente aconteceram encontros promissores entre os governos e os rebeldes. O tempo passa, porém, e não se chega a resultados positivos. Infelizmente, parece que terão sido em vão os esforços de Arias, como foram os do grupo de Contadora.

NA NICARÁGUA

A luta guerrilheira começou nesse país em 1926, quando Augusto Sandino iniciou, nas montanhas, o combate às tropas dos Estados Unidos que apoiavam a Guarda Nacional da Nicarágua. Em 1934, os norte-americanos se retiraram e o movimento perdeu a razão de ser. Apesar disso, Sandino foi assassinado por homens do General Somoza Garcia, que mais tarde tornou-se Presidente. A família Somoza perpetuou-se no poder, tendo o filho de Garcia sido eleito após o assassinato do pai, e seu irmão, Anastácio Somoza, eleito em 1967.

Contra os abusos dessa família surge a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), em 1961, inspirada na guerra de Sandino. Em 1978, o assassina-

to do jornalista de oposição, Chamorro, diretor do diário "La Prensa", uniu todos os oposicionistas, levando à insurreição os trabalhadores, estudantes, sindicatos-elementos de todas as classes. Na luta que se seguiu morreram milhares de pessoas, e esta terminou com a vitória dos sandinistas, em 1979. O ditador refugiou-se no Paraguai, onde foi morto por um tiro de bazuca, no ano seguinte.

Após a vitória, a infiltração comunista no movimento se fez sentir, sendo estatizados os bancos, as companhias de mineração, de pesca e a indústria extrativa. São criadas fazendas estatais baseadas na desapropriação de terras. Começa a crescer o número de presos políticos (estimados em 3.300, atualmente).

Aos ex-integrantes da Guarda Nacional, agora no exílio, começam a juntar-se outros elementos de oposição aos sandinistas, descontentes com os rumos da revolução. Campos de treinamento desses exilados surgem nos Estados Unidos e, segundo a imprensa, na Argentina.

Eden Pastora, o Comandante Zero, um herói da luta contra Somoza, abandona e passa a combater os sandinistas, chefiando mais tarde a Aliança Revolucionária Democrática (AR-DE), com bases na Costa Rica, desmanteladas em 1984. Outros

líderes formaram a Força Democrática Nicaragüense (FDN), na Guatemala, em 1981, grupo que seria conhecido como "os contra". Atualmente, o número dos "contra" é avaliado de 9.000 a 12.000 guerrilheiros, com bases em Honduras. A direção política do movimento tem, como um de seus integrantes, o filho do jornalista Chamorro, cujo jornal já foi fechado várias vezes pelos sandinistas.

O Movimento Miskito é formado por outro grupo que agora combate as forças de Ortega, apoiado pelos Estados Unidos.

A CIA exerce o papel de orientação e suprimento dos "contra" desde 1983. Pelo que foi divulgado, o dinheiro conseguido com a venda de armas ao Irã foi destinado aos "contra", na conexão que envolveu autoridades da área de segurança dos Estados Unidos, e cujo elemento-chave seria o Tenente-Coronel Oliver North.

Honduras tem sido o principal aliado dos Estados Unidos nesse apoio aos "contra". Os sandinistas porém têm invadido o território hondurenho para destruir as bases guerrilheiras. Em março de 1988, quando um efetivo elevado de soldados invadiu o país, os Estados Unidos enviaram tropas para apoiar as forças hondurenhas. O choque não se deu porque os sandinistas retiraram-se poucos dias após. O agora chamado Exército

Popular Sandinista está equipada com um poderoso arsenal convencional, em grande parte fornecido por Cuba, que, por trás de laços comerciais, supre as tropas de Ortega com armas e munição, além de enviar assessores militares. Esses laços já existiam antes de os sandinistas tomarem o poder, quando Havana treinava esses guerrilheiros em seu próprio território, e convenceu os movimentos e partidos de esquerda da América Central a aumentarem sua ajuda à Frente Sandinista.

Para Cuba é muito conveniente ter um aliado no continente, pois ambos dividem os encargos de apoiar a guerrilha dos Países vizinhos.

A Nicarágua apóia principalmente os guerrilheiros marxistas de El Salvador, o que contribui cada vez mais para abalar sua já precária situação econômica. Embora essa situação se deva mais à administração deficiente do governo Ortega, este descarrega a culpa toda na guerra aos "contra" e na ação adversa dos EUA, a quem acusa de querer invadir o país. Para fazer frente a essa suposta invasão, tem militarizado a sociedade nicaraguense, retirando, para treinamento militar, muitos homens do setor de produção. São cerca de 2.800 trabalhadores que recebem essa instrução, em cada mês. Talvez seja visando a ganhar tempo para re-

cuperar-se economicamente que o regime sandinista aceitou o Plano de Paz do Presidente Oscar Arias. Evidentemente, suas intenções não são de entrar em acordo com os "contra", nem deixar de apoiar a guerrilha de El Salvador. Isso ficou demonstrado quando fechou o Jornal La Prensa e a rádio da Igreja Católica. O próprio Presidente da Costa Rica decepcionou-se com tal atitude sandinista.

EM HONDURAS

De maneira semelhante ao que ocorre no Panamá, a tradição é que o homem-forte de Honduras seja um militar, embora atualmente esteja um civil na Presidência.

Talvez influenciado por esse fato e pelos acordos militares, o país é um tradicional aliado dos Estados Unidos de quem recebe considerável auxílio financeiro.

De 1980 a 1988, recebeu 1 bilhão de dólares em ajuda econômica e 431 milhões de dólares em ajuda militar. Transformou-se na peça chave do apoio norte-americano aos "contra", tendo o respaldo de tropas dos Estados Unidos quando necessário, como ocorreu por ocasião da invasão de seu território pelos soldados sandinistas em combate aos rebeldes.

É provável que esse apoio seja o fator que impeça a Manágua de entrar em guerra com o país, já que ambos estiveram

às portas de um conflito aberto, nos últimos anos, por mais de uma vez, devido às bases de anti-sandinistas localizadas em Honduras.

Também com El Salvador o país tem divergências, apesar de tropas hondurenhas terem colaborado com o Exército daquele país na repressão à guerrilha, em 1982.

Outro problema que pode se tornar sério é a tentativa que o Cartel de Medellin vem fazendo para se aproximar dos militares hondurenhos, à semelhança do que acontece na Colômbia. Caso o consigam, poderiam incrementar a guerrilha no país, como forma de expandir o narcotráfico, dificultado atualmente pela pouca expressão da guerrilha (que lhe serve de proteção), representada apenas por dois grupos: O Movimento Popular de Libertação – União Revolucionária do Povo (MPL-URP) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

EM EL SALVADOR

O menor país do continente centro-americano é hoje em dia o que mais perto está de se tornar o “segundo, terceiro Vietnã” dos sonhos de Guevara. O saldo da guerrilha é, em 8 anos de luta, de mais de 92.000 mortos. Bem mais que os 30.000 que morreram em 1932, por ocasião de uma insurreição camponesa.

Após esta, os movimentos revolucionários se mantiveram, de forma esporádica e clandestina, até os anos 70. As Forças Armadas controlaram direta ou indiretamente o governo, de 1932 a 1984, gerando reações à “opressão militar”. Essas reações foram aumentadas pelas condições sociais e econômicas do país, e agravadas pelo fato de estar a propriedade da terra concentrada em poucas famílias. Essa situação levou Arce Zabala, um jovem de família de boa posição social, seguindo o exemplo do “Che”, a estruturar a primeira célula urbana, em fins de 1970, que deu origem às Forças Populares de Libertação (FPL).

Simultaneamente, surgiu o Exército Revolucionário do Povo (ERP) que, junto com a FPL, promoveu seqüestros de empresários e industriais para a obtenção de fundos.

Pouco depois, também os grupos denominados Forças Armadas de Libertação (FAL), ligadas ao Partido Comunista, Forças Armadas da Resistência Nacional e Partido Revolucionário dos Trabalhadores Salvadorenos apareceram em cena realizando ações semelhantes.

O governo respondeu com medidas de repressão que não surtiram efeito. A guerrilha passou a ser influenciada pela idéia chinesa da “guerra popular pro-

longada", afastando-se um pouco do "foquismo".

Nas regiões onde a luta era intensa começou o êxodo de milhares de civis. Alguns grupos da guerrilha uniram-se formando a Frente Democrática Revolucionária, em 1980. No mesmo ano, toda a oposição terminou por se unir na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), chefiada atualmente por Shafic Handal. O governo, de centro, adotou medidas para contemporizar com os rebeldes, mas que desagradaram a extrema direita, liderada pelo ex-Major do Exército D'Aubuisson, responsável pela formação de esquadrões da morte.

Esta facção promoveu enorme onda de violência, sendo-lhe atribuído o assassinato do Arcebispo de São Salvador e de 4 freiras norte-americanas — estas, após terem sido violentadas. Esses fatos levaram os religiosos a se aproximarem ainda mais da guerrilha, principalmente nas áreas rurais, e a uma atenção especial por parte do governo dos Estados Unidos à região.

O Exército salvadorenho passou a receber armamento, viaturas e treinamento especial para a luta antiguerrilha. Foram enviados vários assessores militares norte-americanos para o país, e chegou a tomar corpo a idéia de uma intervenção dire-

ta das tropas dos Estados Unidos.

A partir de 1985, pouco a pouco, o Exército passou a recuperar terreno, tendo os guerrilheiros perdido o controle de boa parte dos territórios que dominaram entre 1980 e 1985, e tendo fracassado o que seria a "ofensiva final", em 1981. Da etapa já de guerra de posições retornou à de guerrilha avançada. Os Estados Unidos já investiram cerca de 3 bilhões de dólares, entre 1980 e 1988, além de terem treinado e armado 50.000 soldados de El Salvador. Em compensação, serviu-se do território salvadorenho para suprir os "contra" na Nicarágua.

Os guerrilheiros, por sua vez, recebem ajuda da União Soviética e Cuba, por intermédio da vizinha Nicarágua. Devido a esse apoio, os rebeldes continuam a dominar parte do território, e a realizar ações contra as forças legais, como o seqüestro da filha do Presidente Napoleon Duarte (trocada pela liberdade de 22 guerrilheiros) em 1985, e o ataque ao QG do Exército, em novembro de 1988.

Esse é o terrível quadro em que se encontra El Salvador, onde, só nas 11 semanas iniciais de 1988, foram mortos 94 civis (não-combatentes), sendo 45 pela FMLN, 24 pelos soldados salvadorenhos e 25 pelos esquadrões da morte.

NA GUATEMALA

Também nesse país os militares têm tido o controle direto ou indireto do governo. Depois de 1954, quando a CIA ajudou a derrubar um reformista no poder, o governo tem sido quase exclusivamente dirigido por elementos das Forças Armadas.

Os problemas da distribuição de terras, de crises sociais e a repressão do regime a qualquer oposição propiciaram o aparecimento de movimentos guerrilheiros muito fortes, na década de 60. Em 1971 os rebeldes sofreram sérios reveses, mas a guerrilha ressurgiu.

As forças legais têm conseguido isolar os guerrilheiros nas montanhas agrupando os camponeses em aldeias-modelo controladas pelo Exército, e criando as Patrulhas Cíveis de Autodefesa, integradas por indígenas. Apesar disso, em 1981, a guerrilha realizou uma grande ofensiva, que foi contida. Em 1982, os principais grupos rebeldes formaram a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) para combater as forças legais e 2 grupos guerrilheiros de extrema-direita, o Exército Secreto Anticomunista (ESA) e o Esquadrão da Morte (EM). Esses últimos seriam os responsáveis por atrocidades similares às da guerrilha esquerdista, por fatos como o desaparecimento de dezenas de

milhares de pessoas. A ação desses grupos foi uma das causas da suspensão da ajuda militar norte-americana, em 1977, em virtude das violações dos direitos humanos. Essa ajuda voltou a ser dada quando Reagan iniciou seu governo, sendo novamente suspensa depois do assassinato de 6 funcionários da USAID, em 1983.

A partir de então, Israel passou a prestar serviço de assessoria militar à Guatemala.

Aos guerrilheiros comunistas, quem tem prestado auxílio é o governo de Fidel Castro, já há anos. Fornece armas e outros suprimentos aos rebeldes, cujo número gira atualmente em torno de 2.000 combatentes, e que tinham algumas bases localizadas em território mexicano. Quando o exército guatemalteco atacou tais bases, em 1984, as relações entre os dois países se deterioraram.

O governo da atual Guatemala tem um civil, de centro, na Presidência. Tem ele tomado algumas medidas reformistas que não agradaram aos comunistas, por serem "tímidas" demais, e tampouco à direita, que se queixa de estar ela autorizando a abertura de escritórios de companhias soviéticas no país, facilitando a propagação da ideologia comunista. O governo, por sua vez, quer que o Exército apoie e proteja o poder civil, a fim de terminar com a

guerrilha e trazer de volta a ajuda financeira externa, tão necessária ao desenvolvimento do país.

NO MÉXICO

A Revolução Mexicana, na década de 30, terminou após uma ampla reforma agrária e a expropriação das companhias estrangeiras. A partir de então, o modelo seguido passa a ser cada vez mais capitalista.

Nos anos 60, surgiu a guerrilha comunista de inspiração cubana, que insuflou as manifestações estudantis de 1968 e 1971, quando várias pessoas morreram.

De todos os movimentos marxistas que surgiram no México, o de maior expressão foi a Liga 23 de Setembro, que possuía quadros em quase todo o país e, especialmente, nas cidades do México, Guadalajara e Monterey. Seu ex-chefe, atualmente membro do Partido Mexicano Socialista, Hilares, foi capturado em 1973, quando o movimento começou a esvaziar-se. A razão do fracasso total da guerrilha foi atribuída à sua debilidade política e à falta de apoio popular. Deixou um saldo de 1.500 mortos.

Apaziguando de vez os ânimos, em 1978, foi legalizado o

Partido Comunista Mexicano e, em 1980, todos os presos políticos foram anistiados, inclusive Hilares.

O governo mexicano só voltou a ter problemas relacionados com a guerrilha em 1984, quando o Exército da Guatemala atacou campos de refugiados no sul do país, em perseguição a guerrilheiros que agiam em seu território.

Nos dias atuais, o maior problema enfrentado pelo México é o econômico. Apesar de possuir extensas reservas de petróleo, é o dono da segunda maior dívida externa do mundo.

O problema econômico e financeiro reflete-se na política interna, causando o desgaste do Partido Revolucionário Institucional (PRI), virtual partido único no poder desde a Revolução.

Salinas foi eleito presidente este ano, porém a eleição foi tumultuada pelas acusações de fraude, podendo ele tornar-se o último governante eleito pelo PRI, que passará, no mínimo, a ter outros partidos fortes na oposição. Embora esses aspectos não caracterizem perfeitamente condições para a eclosão de nova guerrilha, esta pode usar a instabilidade política como meio de passar a guerrilha dos países centro-americanos também para o vizinho da nação considerada como a mais democrática do globo.

BIBLIOGRAFIA

Almanaque Abril – Editora Abril; Edição 1987
Jornal Zero Hora – Caderno “D”; Edição de 11 Out 87.
Informativos nº 13, 14 e 15 da ECEME.

Revista NEWS WEEK, edições de: 1987:
Set: 28 – Out - 05, 10, 26 e Nov - 09,
16; 1988 (Jan - 18, 25; Fev - 01, 08, 15,
29; Mar - 07, 21, 28; Abr - 04, 11, 18;
Mai - 02, 09, 16, 23, 30; Jun - 06, 13;
Jul - 04, 18, 25; Ago - 01, 08, 15, 22;
Set - 05, 12 e Out - 03)



LUIZ CARLOS POLL – é Major do Exército, da Arma de Cavalaria. Possui os cursos militares da Academia Militar de Agulhas Negras, de Manutenção de Armamento da Escola de Material Bélico e o da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Escreveu o artigo “Quadro Complementar: uma Forma de Acelerar a Promoção dos Sargentos”, publicado na Revista do Exército Brasileiro (edição de Abr/Jun - 1987).

O que é Imbel?

A indústria de Material Bélico do Brasil - **IMBEL** é uma empresa vinculada ao Ministério do Exército, que comanda direta e indiretamente um complexo fabril responsável pela produção de diversificados produtos de emprego militar e assemelhados.

Justificando o seu sucesso empresarial, a **IMBEL** mantém as suas fontes produtoras em permanente pesquisa e desenvolvimento de produtos, criando tecnologia própria, aprimorando tecnologia adquirida, promovendo o intercâmbio com fontes empenhadas no desenvolvimento de material bélico, incluindo quatro empresas associadas e, principalmente, pesquisando o mercado comprador no Brasil e exterior.

Como resultado, a **IMBEL** oferece produtos de nível e competitividade internacionais.

Na linha militar da **IMBEL** constam explosivos, acessórios e artefatos, cabeças de guerra para todos os tipos de munições, propelentes para mísseis e foguetes, armamento individual de porte e portátil, aparelhos eletrônicos de comunicação em campanha, aparelhos de aferição e medição de desempenho balístico, terminal portátil programável para coleta de dados através de leitura de códigos de barras ou digitação e outros itens.

A linha de produção química compreende TNT, RDX, NITROPENTA, HMX (em implantação) e suas composições, Nitrocelulose e Linter Purificado, Pólvoras de Base Simples e Dupla, Dinamites, Espoletas, Cordéis e demais produtos correlatos.

A **IMBEL** - a mais antiga indústria de material bélico da América Latina é a maior fornecedora de armamentos leves para as Forças Armadas do Brasil. Por sua tradição e capacitação técnica, tem contribuído para a manutenção do País entre os mais importantes produtores e fornecedores mundiais de material de emprego militar.

Dentre os produtos citados destacamos, o Fuzil Automático Leve (FAL) que juntamente com a Pistola 9mm M973, são fornecidos para as Forças Armadas do Brasil e das Nações amigas, e exportados para o mercado civil, em especial dos Estados Unidos da América.

A tradição e experiência da **IMBEL** na fabricação de produtos militares, resultou no desenvolvimento de variada gama de produtos civis de tecnologia similar. Dada à sua amplitude de pesquisas, a **IMBEL** oferece produtos de qualidade apurada, a partir de princípios e matérias-primas de sua produção.

A operação de rádios e telefones de campanha forneceu tecnologia útil e aplicável às comunicações entre canteiros de obras, redes de reparos, unidades navais, veículos de inspeção e outras situações.

Armas de caça e cutelaria, de tratamento metalúrgico especial, são produtos em que a experiência de fabricação de armas militares resultou em produtos sem similar.



Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
Vinculada ao Ministério do Exército

Av. das Nações Unidas, 13.797 - Bloco III - 1º andar - CEP 04794
Tel.: (011) 531-5055 - Telex: (011) 37481 IMBL BR
Caixa Postal 21167 - São Paulo - SP - Brasil



UMA VISÃO PANORÂMICA DA CME NAS OPERAÇÕES TERRESTRES

Humberto José Corrêa de Oliveira

"Uti, nom abuti."

Através dos artigos de Humberto José Corrêa de Oliveira, A Defesa Nacional vem difundindo informações sobre a Guerra Eletrônica, cujas atividades ocupam posição de indiscutível relevo na guerra moderna.

Desta feita, ele trata das Contramedidas Eletrônicas (CME) no âmbito das operações militares, dentro do estilo didático e doutrinário que caracteriza seus escritos.

COMENTÁRIOS INICIAIS

A GE é um fato consumado no cotidiano e não tem fronteiras. Ela é decorrente de um fenômeno deste século, dinamizado de maneira crescente nas últimas décadas, que aprecia o acelerado desenvolvi-

mento dos sistemas de comunicações e dos dispositivos eletrônicos aplicados à Arte da Guerra, em especial quando associados aos sistemas de armas.

A expressão "Guerra Eletrônica" tem sido difícil de circunscrever e precisar, podendo acar-

retar falsas interpretações; daí, dar oportunidade a uma breve análise, dos dois termos da expressão em causa.

Para o leigo, a GE é uma luta particularizada entre as "eletrônicas" das forças oponentes em presença, para se interceptarem e/ou neutralizarem, e que se manifesta essencialmente

por atividades de escuta e interferência intencional.

O assunto é muito mais amplo e na GE existem ações defensivas e ofensivas, que resultam integralmente da manobra geral, e não do domínio unicamente reservado aos cientistas, engenheiros e especialistas sobre o assunto.

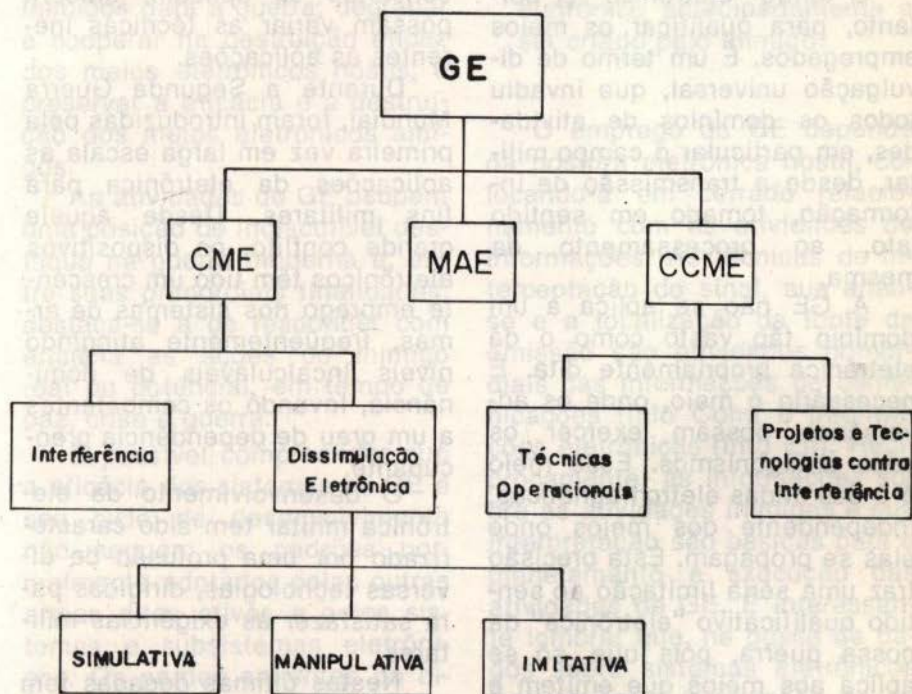


Figura 1 - Estrutura da GE

A GE é uma responsabilidade do comandante e situa-se, incontestavelmente, em todos os níveis de comando. É, portanto, uma forma de combate, que se releva da tática ou da estratégia, segundo o escalão que se coloca — é uma guerra, sem a condição de se tomar este termo no sentido da manobra caracterizada pelos meios, do mesmo modo como denominamos "guerra nuclear", "guerra química" etc.

O termo "eletrônica" é, portanto, para qualificar os meios empregados. É um termo de divulgação universal, que invadiu todos os domínios de atividades, em particular o campo militar, desde a transmissão da informação, tomado em sentido lato, ao processamento da mesma.

A GE não se aplica a um domínio tão vasto como o da eletrônica propriamente dita. É necessário o meio, onde os adversários possam exercer os seus antagonismos. Esse meio é o das ondas eletromagnéticas, independente dos meios onde elas se propagam. Esta precisão traz uma séria limitação ao sentido qualificativo "eletrônica" da nossa guerra, pois que só se aplica aos meios que emitem e recebem irradiações eletromagnéticas.

A gama dos materiais que hodiernamente utilizam uma grande parte do espectro ele-

tromagnético é muito elevada e participam de sistemas, tais como os radioelétricos de comunicações; de radares de todos os tipos; de direção e controle de todos os tipos de vetores; de auxílio à navegação; dispositivos infravermelho (IV) e eletroóptico etc.

Das considerações já feitas, é possível antever o duplo domínio de aplicação da GE: o das comunicações e o das não-comunicações, onde os mesmos conceitos se aplicam, embora possam variar as técnicas inerentes às aplicações.

Durante a Segunda Guerra Mundial, foram introduzidas pela primeira vez em larga escala as aplicações da eletrônica para fins militares. Desde aquele grande conflito, os dispositivos eletrônicos têm tido um crescente emprego nos sistemas de armas, freqüentemente atingindo níveis incalculáveis de dominância, levando os combatentes a um grau de dependência preocupante.

O desenvolvimento da eletrônica militar tem sido caracterizado por uma profusão de diversas tecnologias, dirigidas para satisfazer as exigências militares.

Nestas últimas décadas tem havido uma tendência para dividir a GE em várias atividades, agrupando-as sob a denominação de: medidas de apoio eletrônico (MAE); contramedidas eletrôni-

cas (CME); e contracontramedidas eletrônicas (CCME).

Essas atividades, usualmente referidas como GE, têm orientado os programas de pesquisa e desenvolvimento (P & D) para as aplicações operacionais em níveis estratégico e tático.

A GE pode ser entendida como o emprego de dispositivos eletrônicos e técnicas, com a finalidade de: determinar a existência dos meios eletrônicos inimigos para a guerra; degradar e cooperar na destruição eficaz dos meios eletrônicos hostis; e preservar a eficácia e a destruição dos meios eletrônicos amigos.

As atividades de GE ocupam uma posição de indiscutível destaque na guerra moderna e, entre suas primordiais finalidades, destaca-se a de responder com eficácia as ações do inimigo real ou potencial, em tempo de paz, crise e guerra.

É possível compreender que a eficácia dos sistemas de GE e seu ciclo de desenvolvimento não seguem os padrões normalmente adotados pelas outras armas ditas ativas e pelos sistemas e subsistemas eletrônicos. Os pontos salientes na diferença podem ser mencionados como sendo:

- as necessidades e características dos sistemas de GE são reconhecidas quando a exis-

tência de meios eletrônicos inimigos são conhecidos e postulados;

- a eficiência de um sistema de GE não pode ser demonstrado independentemente dos meios utilizados pelo inimigo, seja de forma real ou simulada; e
- o êxito futuro de uma GE somente poderá ser imaginado de acordo com o ambiente eletrônico antecipadamente a ser criado pelo inimigo.

O emprego da GE depende da postura eletrônica hostil, colocando-a em cerrado relacionamento com as atividades de informações. As técnicas de interceptação do sinal, sua análise e a localização da fonte de emissão são atividades primordiais das informações de comunicações (Info Com) e informações eletrônicas (Info Elt). Reciprocamente, as informações sobre as atividades inimigas e sua interpretação são básicas para o planejamento e execução das atividades de GE. É interessante lembrar que, na busca de dados sobre sistemas eletrônicos complexos, a informação do sinal (Info Sin) pode não ser uma tarefa simples, pois, como é sabido, ela é implementada pelas Info Com, Info Elt e pelas informações telemétricas (Info TIM).

COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE AS CME

As CME objetivam a redução ou neutralização do uso efetivo do espectro eletromagnético pelo inimigo, atuando contra seus sistemas de comunicações, radares associados ou não a sistemas de armas, dispositivos de direção e controle de armas, impondo-lhe a necessidade de possuir e empregar meios alternativos ou adicionais. Além dos aspectos citados, as CME são empregadas para confundir os operadores inimigos.

As CME estão, normalmente, sob a supervisão do oficial de operações (E3) nos escalões Divisão e superiores. Em princípio, há restrições para o planejamento e emprego de técnicas de CME nos escalões Brigada e menores, só acontecendo mediante plena aprovação da Divisão ou em situações especiais, por exemplo, quando a Brigada estiver realizando uma operação isolada.

As atuais forças terrestres (FT) empregam uma grande quantidade de materiais eletrônicos, em especial conjuntos-rádio de baixa potência, em VHF/FM. Tal abundância, que retrata também a atual dependência eletrônica, obriga o deslocamento e a permanência de materiais de GE (que cobrem a faixa VHF) para áreas muito próximas do LAADA, sujeitando-

os à localização pela radiogoniometria e destruição por meio de sistemas de armas inimigos.

Os recursos humanos e materiais de GE são críticos e de elevado valor quanto ao custo e formação, afirmação facilmente percebida ao longo desta exposição. Normalmente, os comandantes de Brigada e escalões menores, em coordenação com o E3 divisionário, são os responsáveis pelo posicionamento dos meios de GE no âmbito de suas áreas de responsabilidade territorial.

As operações de CME são consideradas sob dois aspectos, no que concerne ao emprego operacional: a interferência intencional e a dissimulação eletrônica.

Provavelmente, o mais confuso e pouco entendido aspecto da eletrônica militar seja o P & D dos materiais empregados nas CME, considerando que eles absorvem um grande fluxo de conhecimentos tecnológicos para a produção de materiais que se oponham eficazmente à eletrônica inimiga. É muito válida a implantação de programas de CME para fazer face à crescente dependência que as FT têm das modernas armas eletrônicas. Embora os modernos sistemas eletrônicos militares tenham incorporado importantes dispositivos e circuitos de CCME, as vulnerabilidades parecem crescer tremendamente e a

importância das CME se avulta dia a dia.

As complexas tecnologias adotadas para conter eficazmente o emprego do espectro eletromagnético por parte do inimigo não podem ser pensadas e colocadas em prática apenas no tempo de guerra.

o desenvolvimento do sistema de CME tem que atender a grande demanda de tecnologia e componentes pouco usuais, considerando que:

- as exigências operacionais estão continuamente mudando, com o desenvolvimento e adoção de novos meios eletrônicos pelo inimigo, os quais são alvos potenciais para as CME;
- as possibilidades e vulnerabilidades dos sistemas alvo são conhecidas somente por meio de verificações realizadas com a contribuição de equipamentos de contramedidas e reconhecimento eletrônico, especialmente desenvolvidos para atender às exigências operacionais;
- a potencial utilização completa do espectro eletromagnético, de todos os tipos de modulação; e
- a máxima eficiência e a segurança das informações sobre os sistemas alvo exigem ex-

trema versatilidade nos dispositivos e técnicas, em termos de projetos e parâmetros operacionais.

Freqüentemente, a demanda de equipamentos de CME requer o emprego de tecnologias e componentes não totalmente "amadurecidos" pelo uso; e muitas pesquisas são direcionadas para solucionar um problema específico. Um sistema de interferência destinado para atuar contra um determinado sistema alvo tem sua aplicação limitada, quando utilizado contra outros sistemas alvo. Raciocínio similar pode ser efetuado sobre os sistemas destinados para atuar sobre múltiplos sistemas alvo, ficando seu desempenho limitado, quando se quer empregar contra um sistema alvo específico. Este raciocínio muito simples demonstra que a escolha de equipamentos de CME é uma tarefa extraordinariamente complexa, quando vista sob a óptica operacional.

É necessário meditar que algumas tecnologias adotadas para possibilitar a classificação e análise de sinais, e para produzir um substancial aumento de potência irradiada sobre uma larga faixa de freqüência, têm relativamente pouco valor, a não ser quando aplicados em equipamentos de CME.

O desenvolvimento dessas tecnologias exige, em muitos casos, a P & D de componentes e circuitos especiais para a produção de: dispositivos de sintonia eletrônica; amplificadores e misturadores para faixa larga; osciladores de CW de alta potência; e geradores de ruído. Tais dispositivos têm aplicação muito adstrita aos equipamentos de CME.

Se, por um lado, a P & D são limitados em determinada direção, por outro, o desenvolvimento de tecnologias, componentes e circuitos tem propiciado a promoção do estado da arte, elevando os conhecimentos e o desempenho dos materiais no campo da eletrônica em geral, tendo como resultado o esforço para produzir CME.

PERSPECTIVA DAS CME NA GUERRA MODERNA

Nesta exposição, as CME serão consideradas nas operações terrestres sob o ponto de vista tático.

A situação tática, o terreno e as áreas de apoio afetam o problema de como destruir ou degradar as comunicações, sistemas de armas e dispositivos de vigilância inimigos.

As aplicações táticas das CME estão direcionadas contra: as redes de comunicações táticas, os radares de rastreamento

dos tiros de artilharia e de morteiros, os radares de bombardeiros táticos, os sistemas de mísseis, os sistemas de vigilância por veículos pilotados remotamente (VPR) e os dispositivos de vigilância eletrônica instalados sobre o solo ou em aeronaves, tais como: receptores de interceptação, radares indicadores de alvos em movimento e de infravermelho (IV).

Também serão brevemente consideradas as aplicações das CME na pré-ativação das espoletas de tempo variável e contra os repetidores de interferência.

Para que haja a possibilidade de uma eficaz CME é imprescindível que exista um sistema de interceptação para obtenção de informes sobre a situação eletrônica inimiga que, após processados, fornecerão às CME, as Info Com e Info Elt que forem necessárias à eficácia da missão.

Os conhecimentos obtidos das emissões de sinais inimigos (Info Sin - Info Com e Info Elt), por meio do sistema de interceptação, permitem um acesso preciso aos meios eletrônicos inimigos, o planejamento e a preparação das missões de CME, quando for oportuno. O valor geral dos sistemas interceptados cria condições para a pintura de um quadro sobre o ambiente do sinal inimigo, que é conhecido como a ordem de batalha eletrônica inimiga (OBEI),

a qual é totalmente empregada sob o ponto de vista de informações. A localização e as características dos transmissores de comunicações, radares e meios de navegação inimigos têm especial importância e emprego direto nas operações. A aplicação de alguns dados interceptados é de suma importância para o emprego de CME ativas e representa uma aplicação tática específica. Assim, o conhecimento preciso das características operacionais de um determinado tipo de radar permitirá a otimização de CME contra um particular alvo radar.

É possível sentir, em amplo senso, que o aumento de sinais eletromagnéticos nas operações militares tem proporcionado o crescimento de importância e a proliferação dos sistemas de interceptação eletrônica. A obtenção de informações precisas sobre as emissões inimigas, mesmo com o emprego dos mais complexos e modernos sistemas de interceptação atualmente adotados, é uma tremenda tarefa; porém, as informações obtidas sobre a postura militar e tecnológica inimiga são proporcionais ao esforço efetuado.

A interferência internacional tem dado motivos para profundos estudos técnicos de relevante importância, freqüentemente citados ao longo desta exposição. Ela é produzida por

meio de ondas eletromagnéticas, com o propósito de impedir, degradar ou dificultar a recepção de uma emissão.

Para que a missão de interferência tenha eficácia é necessário que haja compatibilidade entre o gerador de interferência e o receptor alvo. Além de vários outros fatores técnicos, deve ser considerada a distância que os separa de modo a conseguir o pretendido nível de interferência.

Para o comandante que determinou o emprego de CME, a interferência deve complementar seu conceito de operação; porém, para o planejador, deve ser calculada, precisamente, a oportunidade de aplicação e o tempo de duração. Quando aplicada, deve ser efetuado um detalhado acompanhamento, para avaliar acuradamente os efeitos e as possíveis reações inimigas, especialmente no sentido de localizar e destruir o conjunto de interferência amigo.

A interferência intencional como CME, quando adequadamente aplicada, pode:

- impedir ou perturbar o funcionamento das principais redes de comando e controle, reduzindo o poder de combate inimigo sobre determinado setor crítico para as forças amigas;
- criar condições para o desen-

volvimento de uma operação de dissimulação eletrônica;

- reduzir ou negar a possibilidade de reação e flexibilidade das forças inimigas, levando-as a alterar sua situação operacional, empregando reservas e mudando de direção;
- reduzir a eficácia do apoio de fogo;
- tornar impraticável o emprego dos sistemas de controle aéreo inimigo em benefício da superioridade aérea amiga, dificultando a realização de operações aeroterrestres e aeronáveis hostis;
- proteger as forças amigas contra o emprego de projéteis com dispositivos de direção, controle e arrebatamento eletrônicos;
- perturbar o fluxo de suprimentos críticos para o inimigo (munições e COL), por meio de sistemática interferência nas suas redes rádio logísticas ou administrativas;
- desorientar os sistemas de alerta e defesa aérea;
- explorar as vulnerabilidades existentes no desempenho dos materiais de comunicações e de eletrônica inimigos;

- influir no moral do adversário, conduzindo-o ao descrédito nos seus materiais e sistemas de comunicações e de eletrônica.

Outro aspecto das CME é a dissimulação eletrônica (DEIt), cuja abordagem será feita como notícia, para compor o quadro geral das CME.

A DEIt é um dos aspectos da CME muito empregado contra os sistemas de comunicações táticos, levando o inimigo a interpretar erradamente os sinais recebidos, podendo ser visualizada sob três aspectos: dissimulação eletrônica simulativa (DES); dissimulação eletrônica manipulativa (DEM); e dissimulação eletrônica imitativa (DEI).

A DES é a geração de emissões eletromagnéticas com a finalidade de representar possibilidades reais ou imaginárias, de modo a confundir as forças hostis.

A DEM é a deliberada alteração das características das emissões eletromagnéticas amigas, seus padrões ou procedimentos, com a finalidade de fornecer falsas informações e indicadores ao inimigo, que possam ser usadas por ele como sendo verdadeiras, induzindo-o ao erro. A DEM faz parte dos planos de contra-informações ou de operações de segurança.

A DEM é desencadeada mediante ordem do comandante, empregando seus meios e as redes rádio sob o seu controle; porém, deve manter cerrado controle e coordenação para evitar a confusão entre os radiooperadores amigos. Os escalões superior e vizinhos deverão ser informados quanto ao início e a direção da operação. Esse procedimento também inclui as outras forças singulares que estejam na área, para evitar que sejam afetadas pela operação de DEI.

A DEI é a introdução de irradiação nos canais de comunicações hostis, com a finalidade de iludi-lo, usando seus indicadores de chamada, suas normas de exploração e instruções para o emprego das comunicações, de modo a obter uma reação em benefício da manobra tática amiga.

A DEI é uma operação que deve ser detalhadamente planejada e sua execução deve seguir o fator oportunidade. Em princípio, uma operação como esta deve ser desencadeada quando for observado o estado de esgotamento das forças inimigas, freqüentemente evidenciado pela diminuição de medidas de segurança de seus radiooperadores. Na preparação, além dos requisitos materiais e técnicos indispensáveis, é imperioso ser empregado pessoal habilitado no idioma, normas de

exploração e modismos inimigos.

Não é difícil o emprego de operações de DEI, quando o inimigo tem baixo padrão de instrução e é normalmente descuidado por temperamento ou por falta de disciplina.

A DEI deve ser rigorosamente controlada pelos canais de operações. Se as comunicações inimigas forem iludidas, é possível a captação de uma grande quantidade de informações; porém, a operação poderá ser comprometida, caso o inimigo reconheça que está sendo logrado.

Com o emprego de radares associados aos sistemas de armas, a dissimulação radar tem sofrido um enfoque especial, sendo utilizados os métodos assim denominados:

- *confusão* – destinado, normalmente, para a defesa de uma área, tornando maiores os ecos amigos e fornecendo ao inimigo falsos ecos (são lançados determinados tipos de projéteis, que contêm elementos que provocam falsos ecos);
- *distração* – normalmente destinado para autodefesa; quando são detectados radares, ameaça especialmente aqueles que guiam os mísseis (essencialmente, este método fornece uma série de ecos

falsos, tentando desorientar o radar-guia ou a ogiva eletrônica do próprio míssil); e

- *sedução* – também empregado como autodefesa, é utilizado contra radares de direção automática e ogivas de combate de mísseis (este método tenta interromper a trajetória do míssil, produzindo sua pré-destruição ou desvio para um alvo fictício).

A DEIt é um dos componentes de uma operação mais ampla, destinada a cumprir objetivos específicos, que é planejada e coordenada pelo E3, em combinação com as demais seções do estado-maior.

Pelo exposto, as CME são consideradas uma arma que possibilita: parar o comando inimigo, bloquear ou enganar seu conhecimento e meios de informações; obstruir ou reduzir sua direção eletrônica e alterar a eficácia dos seus sistemas de armas.

AS CME NAS OPERAÇÕES TERRESTRES

No ambiente terrestre, as CME são consideradas uma arma tática nas mãos de um comandante, que seleciona o aspecto (interferência e dissimulação eletrônica) e o momento adequado para emprego. Embo-

ra as CME tenham aplicações estratégicas e táticas, apenas estas serão consideradas nesta exposição.

As armas táticas têm emprego até às unidades de combate básicas da FT, e suas ações ou efeitos letais têm limitações e não ultrapassam alguns quilômetros quadrados de terreno. Porém, as CME, consideradas arma tática, devido à suas propriedades eletromagnéticas, podem ter seus efeitos sobre outras áreas, do que as ocupadas pela unidade de combate e seus oponentes imediatos.

Portanto, é muito importante considerar que o livre emprego das CME pode acarretar efeitos contrários aos interesses de quem as empregam.

As CME podem ser consideradas uma arma com dois gumes!

As missões das CME mais intimamente relacionadas com as operações das FT incluem atividades de CME contra: as redes de comunicações radiotáticas; os radares de localização e tiro de artilharia e morteiros; os radares de busca e bombardeio tático de precisão; os sistemas de direção de mísseis; os sistemas de direção e comunicações de VPR; os sistemas de vigilância eletrônica; o funcionamento eficaz das espoletas de tempo variável; e repetidores inimigos de CME.

O leitor poderá notar que várias missões citadas estão associadas com ambientes outros que não o terrestre. Adiante, serão feitos comentários resumidos sobre as missões anteriormente relacionadas.

CME contra as redes de comunicações radiotáticas

A interferência contra as comunicações radiotáticas é um problema complexo e a eficácia de algumas missões é também difícil de ser avaliada.

O termo tático significa uma aplicação limitada em alcance e nas dimensões de área de atuação a ser coberta pelo conjunto de interferência. Os equipamentos são móveis, transportáveis ou descartáveis e cobrem a gama de frequências de HF, VHF e UHF.

As comunicações táticas no campo de batalha, geralmente, cobrem distâncias da ordem de 20 a 200 km e utilizam frequências compreendidas entre 1,6 e 500 MHz.

Três fatores podem ser considerados no emprego da interferência contra as comunicações rádio: a potência e localização dos conjuntos de interferência; a interferência que poderá acarretar nas comunicações amigas; e o valor das informações.

Potência e localização dos conjuntos de interferência são fatores que preocupam o co-

mandante e os planejadores da interferência. Em geral, os conjuntos de interferência possuem altas potências irradiantes e são desdobrados em terrenos elevados. Essas exigências são necessárias para que a interferência gerada tenha a máxima eficácia, considerando que o conjunto de interferência fica instalado, freqüentemente, a grandes distâncias do receptor alvo, quando comparadas com o espaço que o separa do seu transmissor de comunicações. O fator potência sofre aumento quando entram no problema elementos relacionados com a propagação e localização do conjunto de interferência em terreno protegido (é interessante visualizar o conjunto de interferência e o receptor alvo instalados sobre o solo). É possível sentir que a interferência é uma notável e difícil mistura de arte e ciência, que os conjuntos de interferência devem atender para que possam cumprir as missões no moderno cenário do combate eletrônico.

Quanto mais elevada for a potência do sinal irradiado, maior será a probabilidade do receptor alvo ser interferido. Entretanto, quanto maior for a potência do transmissor do conjunto de interferência, maior volume de material será necessário e maiores serão os problemas concernentes à instalação sobre o solo. Em suma, o sistema,

como um todo, será maior, menos móvel, possivelmente mais eficaz e mais dispendioso. A vantagem produzida pela grande potência pode ser anulada ou diminuída, caso ele tenha que ser empregado próximo ao LAADA, contribuindo para aumentar-lhe a vulnerabilidade à interceptação, localização e destruição pelo inimigo. Essas possibilidades devem ser cuidadosamente levantadas, para que sejam tomadas medidas de proteção para os conjuntos de interferência.

Os conjuntos de interferência têm possibilidade de interferir sobre as comunicações amigas. Muitos enlaces de comunicações amigas operaram na mesma porção do espectro de frequências, onde estão operando os enlaces de comunicações inimigas, não sendo possível eliminar completamente a interferência nos sistemas de comunicações amigas.

A interferência intencional pode ser diminuída por meio do emprego de dispositivos ou técnicas tais como: antenas direcionais e esquemas de correlação do sinal. Naturalmente, devem ser formuladas considerações para a obtenção de efeitos positivos dos dispositivos e técnicas.

O último fator a ser considerado é o valor relativo das informações obtidas das comunicações inimigas interceptadas e

monitoradas, antes de ser decidido empregar a interferência sobre elas.

Sob os pontos de vista técnico e tático, três modos são possíveis para efetuar interferência sobre as comunicações táticas.

O procedimento mais adequado é instalar os conjuntos de interferência atrás das linhas amigas, para que eles transmitam, com a adequada intensidade, os sinais de interferência para o território inimigo, onde estão localizados os receptores alvo.

É sempre útil lembrar que as potências muito elevadas dos sinais irradiados para produzir uma interferência eficaz podem tornar-se uma desvantagem, quando as redes de comunicações amigas sofrerem interferências causadas pelas altas potências dos conjuntos de interferência.

Outra maneira de interferir sobre os enlaces de comunicações inimigas instalados sobre o solo é empregar equipamentos de interferência instalados em aeronaves, especialmente em helicópteros. Esses materiais, além de pouco peso e potência, têm a possibilidade de ampliar o alcance do sinal interferente para áreas bem à retaguarda da zona de combate inimiga, em função da altitude de voo da aeronave.

Finalmente, outro modo de

interferir é empregar conjuntos de interferência descartáveis, instalados no território inimigo ou em áreas que serão abandonadas e que serão obviamente ocupadas pelas forças hostis. Esses materiais têm pouco peso, dimensões e potência irradiante; além disso, a vida do dispositivo é função da duração de sua fonte de alimentação a bateria.

Alguns problemas são acrescidos ao emprego terrestre e aéreo de conjuntos de interferência, considerando-se a proteção física dos materiais, a manutenção dos equipamentos e dos veículos onde estão montados, a manutenção dos materiais eletrônicos das aeronaves etc. Embora tudo tenha que ser avaliado no planejamento de uma missão de interferência contra as comunicações táticas inimigas, espera-se que sejam superados pelos detalhes considerados na elaboração da operação.

CME contra radares de localização e tiro de artilharia e morteiros

Sob uma óptica técnica, os problemas encontrados para interferir nos radares de localização e tiro de artilharia e morteiros são os mesmos que são encontrados para interferir sobre outros tipos de radar de acom-

panhamento. Entretanto, um especial problema freqüentemente aparece, envolvendo uma desvantagem de potência em decorrência do posicionamento do conjunto de interferência e do radar-alvo.

Quando os radares de localização e tiro de artilharia e morteiros são instalados em posições desafiadas é, freqüentemente, impossível posicionar os conjuntos de interferência em sítios vantajosos. As antenas do radar-alvo estarão suficientemente protegidas pela configuração do terreno, apenas recebendo uma pequena atuação dos sinais interferentes.

Se a potência irradiada for aumentada, com a finalidade de superar as perdas, o conjunto de interferência pode transformar-se em um alvo altamente compensador para os fogos de artilharia ou sistemas de mísseis inimigos.

Outra solução pode ser adotada contra os radares de localização e tiro de artilharia inimigos, empregando uma grande quantidade de "chaff", para mascarar as trajetórias das granadas amigas. O "chaff" pode ser lançado antes do início da concentração de fogos de artilharia e morteiro; porém, deve ser calculada a quantidade de "chaff" a ser lançado, sua velocidade de queda e os efeitos das condições meteorológicas, especialmente quanto a veloci-

dade e duração do vento, na distribuição do "chaff".

O "chaff" é um processo que emprega fitas metálicas ou metalizadas; foi criado durante a II Guerra Mundial.

Apresenta vantagem de produzir muitos ecos em uma larga faixa do espectro eletromagnético; causa uma grande interferência nos radares; gera uma largura média de faixa de resposta, que seria proibitiva em termos de eletrônica; e o material empregado na sua fabricação é de custo reduzido.

Por outro lado, apresenta, entre outras, as seguintes desvantagens: é muito susceptível às condições meteorológicas; é ineficaz contra alguns tipos de radar (os "pulse doppler radar", por exemplo); interfere nos sistemas de radares amigos; e pode inutilizar os motores ou as turbinas das aeronaves, caso sejam lançados por elas.

A CME contra os radares de busca e bombardeio tático de precisão

Não é o propósito desta exposição tratar deste assunto; apenas farei menção para não deixá-lo esquecido, dando oportunidade aos estudiosos e especialista em artilharia antiaérea. Obscurecer ou mascarar os alvos reais e criar alvos falsos são soluções empregadas em situações táticas e estratégicas.

Nos casos onde somente uma pequena área necessita ser defendida e sobre a qual o inimigo usa bombas de alto explosivo, um pequeno número de conjuntos de interferência de baixa potência pode ser suficiente para produzir uma grande medida de proteção.

Naturalmente, há problemas quanto à instalação dos conjuntos de interferência em sítios adequados, à ativação do sistema de interferência no preciso momento, e à manutenção dos equipamentos em campanha.

Provavelmente, o procedimento mais aceitável para obscurecer ou mascarar um alvo é reduzir o eco a ser recebido pelo radar do bombardeiro.

A mudança, em larga escala, nos contornos físicos e o uso liberal de materiais absorventes só são praticáveis, quando empregados sobre uma área limitada.

Outro método para mudar a visualização da topografia no radar é fornecer falsas respostas aos sinais, suficientemente grandes e numerosas para mascarar os destaques de uma área. Refletores e repetidores de interferência são capazes de produzir, convenientemente, ecos falsos. Finalmente, é possível aumentar o nível de ruído de fundo, empregando numerosos conjuntos de interferência geradores de ruídos. Esse tipo de interferência fornece um determi-

nado nível de sinal, abaixo do qual os débeis sinais dos ecos são mascarados. Uma cuidadosa combinação, integrando alvos falsos gerados por refletores e repetidores de interferência, apoiada, se necessário, por conjuntos de interferência geradores de ruídos, é capaz de alterar drasticamente a fisionomia radar. Tal combinação deve ser o produto de um planejamento tático e técnico muito detalhado. Em algumas situações, a instalação de uns poucos conjuntos de interferência de baixa potência tem produzido bons resultados.

O conceito de uma defesa de área contra muitas aeronaves atacantes não se aplica em algumas situações. Uma instalação isolada da FT pode ser mais eficazmente defendida por meio de CME dirigidas, para incapacitar o radar da aeronave quando ela estiver sobrevoando as vizinhanças do alvo.

Um poderoso conjunto de interferência com uma antena direcional pode concentrar suficiente potência, irradiando-a contra o radar do bombardeiro, para saturar-lhe o receptor, através dos lóbulos menores da antena do radar. Se os elementos fornecidos pelo radar forem os únicos guias para o bombardeiro, ele pode, então, ser obrigado a efetuar ataque contra o conjunto de interferência, por falta de um melhor alvo.

CME contra os sistemas de direção de mísseis

Os sistemas de mísseis tácticos empregados na guerra terrestre podem ser agrupados nas seguintes categorias gerais: sistemas de mísseis solo-solo; sistemas de mísseis solo-ar; e sistemas de mísseis ar-solo.

Desses sistemas, o solo-solo, provavelmente, como um grupo, é o menos susceptível às CME. Muitos mísseis desse grupo são do tipo balístico, não guiados ou guiados apenas na parte inicial de sua trajetória. As CME podem ser aplicadas no complexo de controles rádio ou radar, instalados sobre o solo, durante a fase de direcionamento.

Algumas dificuldades quanto à aplicação das CME serão relacionadas, na tentativa de pintar um quadro dos problemas, que o planejamento irá encontrar:

- o complexo de controle pode não ser facilmente encontrado;
- a distância entre o conjunto de interferência e o complexo de direção pode ser grande;
- o período de tempo de transmissão dos rádios ou radares de direção pode ser curto; e
- os códigos de segurança podem ser usados em enlaces de comando.

Esses problemas podem ser aliviados quando o míssil dirigido por rádio ou radar possa sofrer um CME na fase do seu curso médio ou terminal da trajetória. Os mísseis transportados e controlados de aeronaves podem ser mais facilmente localizados do que os dirigidos por um complexo de controle instalado sobre o solo, e, além disso, a distância entre o conjunto de interferência e o receptor-alvo.

Os sistemas de mísseis solo-ar, de curto alcance, são empregados no campo de batalha moderno contra aeronaves, RPV e mísseis. Esses sistemas, geralmente, poderão ter, como parte de seus sistemas de direção, radares de aquisição e de acompanhamento. Esses radares podem ser submetidos a CME; porém, devem ser observados certos cuidados quando forem aplicadas as contramedidas. Por exemplo: o inimigo poderá ser alertado por um dos seus radares de aquisição sobre a presença de uma aeronave voando em baixa altitude, cujo conjunto de interferência estiver ligado, e uma penetração profunda poderá ser alcançada, se o equipamento estiver desligado. Outro exemplo: alguns radares de rastreamento, instalados sobre o solo e alguns mísseis com a capacidade de busca de alvo, são capazes de seguir o ruído; logo, uma CME diferente

da interferência de ruído deverá ser empregada contra aqueles radares.

As CME também podem ter suas aplicações dificultadas contra sistemas de mísseis táticos ar-solo, desde que muitos desses sistemas utilizem mísseis não-guiados ou inercialmente guiados. Os meios para aquisição de alvos para esses sistemas podem ser mais susceptíveis à CME do que eles próprios.

Uma evidente CME contra mísseis ar-solo de busca eletromagnética é desligar a fonte de irradiação que está sendo atacada. Se isso não for possível, técnicas de dissimulação, tais como a geração de falsos alvos, podem ser empregadas para desorientar o míssil.

CME contra os sistemas de direção e comunicações de VPR

Em junho de 1982, veículos pilotados remotamente (VPR), também conhecidos como miniaviões sem piloto, aeronaves de controle remoto (ACR) ou veículos de controle remoto foram amplamente empregados com êxito pelas forças de Israel, contra os sírios, no vale de Bekaz. Foram usados dois tipos de VPR denominados: Scout e Mastiff.

Essas aeronaves são muito

pequenas, quanto às suas dimensões e peso. Por exemplo, o Scout possui uma envergadura de 3,60m, por 3,51m de comprimento e 0,94m de altura. A maioria dessas miniaeronaves são fabricadas com fibra de vidro, sendo, praticamente, transparentes ao radar. Conseqüentemente, sua detecção e localização por meio dos radares inimigos é muito difícil e, assim, são capazes de penetrar no espaço aéreo hostil com um mínimo de risco de serem abatidas. Por essa razão, são ideais para o cumprimento de missões de reconhecimento e vigilância do campo de batalha.

Algumas versões estão equipadas com câmaras de televisão (TV) com sistemas de lentes tipo zoom e um sistema de comunicações que envia, para um centro de comando e controle instalado no solo, um fluxo contínuo de imagens sobre as posições inimigas e outros alvos.

Outras versões são equipadas com um refletor de radar, que devolve os ecos radar comparáveis aos de um avião de ataque. Além do exposto, outros VPR funcionam como plataformas de MAE, interceptando e analisando emissões de radares inimigos e retransmitindo os dados para estações terrestres ou para uma aeronave em voo. Finalmente, alguns são equipados com indicador laser para ilumi-

nar um alvo a ser atacado por mísseis guiados a laser.

Sérias considerações devem ser feitas quanto ao emprego de CME contra os sistemas de reconhecimento e vigilância do campo de batalha que utilizam os VPR, desde que eles possam provar ser uma real ameaça às forças amigas, quando observadas por aqueles sistemas.

As CME podem ser empregadas com muito sucesso, contra os: sistemas de direção e navegação; e enlaces de comunicações, entre o VPR em voo e a estação de comando e controle instalada no solo.

Quando o sistema de direção e navegação instalado no interior da miniaeronave não for susceptível de interferência ou DEIt, as CME devem ser dirigidas contra a estação de comando e controle, pois ela, provavelmente, será mais sensível às contramedidas.

A interferência contra os dispositivos de navegação, ou contra os enlaces de comunicações de um VPR, pode exigir um transmissor de interferência com características de potência e alcance superiores aos do transmissor de navegação e de comunicações do sistema. Para obtenção de vantagens, quanto ao alcance do conjunto de interferência, é conveniente empregar antenas direcionais, técnicas sofisticadas de modulação ou códigos etc.

CME contra os sistemas de vigilância eletrônica

Os dispositivos de vigilância eletrônica empregados no campo de batalha terrestre podem estar instalados sobre o solo ou em aeronaves. Os dispositivos de vigilância eletrônica instalados sobre o solo, geralmente, compreendem receptores de interceptação, radares indicadores de alvos em movimento e sensores de IV. Alguns problemas relacionados com as redes de comunicações táticas acontecem com receptores de interceptação instalados sobre o solo. Conjuntos de interferência com potências muito elevadas são necessários para superar os problemas causados com as perdas em alcance, motivados pelas condições de propagação. Também devem ser considerados os problemas criados pela interferência nas comunicações amigas, produzidos por conjuntos de interferência, que também podem interferir em receptores que estão monitorando as comunicações inimigas.

Os radares indicadores de alvos em movimento operam em linha de visada; logo, a antena do radar deve apontar diretamente para a área que estiver sob vigilância. Devido a essa característica, os radares devem ser instalados em locais abertos, fato que os deixa mais facilmente sujeitos às CME, do

que ocorre com os receptores de interceptação. Obviamente, a localização de um radar indicador de alvos em movimento pode ser mais rapidamente determinada, do que a localização de um receptor de interceptação. Dificuldades serão encontradas para interferir em radares deste tipo, porque eles são projetados para operar em um nível de razão sinal ruído menor do que a unidade, e porque a irradiação do interferidor será frequentemente submetida a elevadas perdas, devido à propagação. Esses radares são feitos para funcionar somente de modo intermitente.

Também podem ser empregadas técnicas de interferência contra radares indicadores de alvos em movimento, conhecidos pelas denominações de "moinho de vento", e refletores rotativos, usadas para simular características de ecos radar produzidos pelo movimento de pessoal ou viaturas.

Os dispositivos de vigilância aerotransportados incluem radares indicadores de alvos em movimento, radares de mapeamento, receptores de interceptação e sensores de IV.

Os radares são usualmente empregados para busca de área, e podem ser de visão frontal ou lateral.

O desempenho dos radares podem ser degradados pela interferência. Porém, para atuar

em determinada direção, pode ser necessário o uso de um conjunto de interferência de acompanhamento. Por outro lado, o intervalo de degradação pode ser curto.

Os receptores de interceptação são, sem dúvida, susceptíveis de CME, quando estas forem destinadas para atuar nas aplicações e modos de operação dos receptores. Os dispositivos de busca de fontes IV não são susceptíveis de interferência dentro da concepção usual; entretanto, podem ser empregados dispositivos para confundir os sensores de IV, que são dispositivos passivos.

CME contra o funcionamento eficaz das espoletas de tempo variável

As espoletas de tempo variável, que passaremos a denominar espoleta VT, teve seu aparecimento durante a II Guerra Mundial e foram utilizadas pelo Exército dos Estados Unidos contra os alemães, particularmente nas operações efetuadas para a travessia do rio Reno. A eficácia de tais dispositivos era de tal monta, que transformavam o ambiente de combate em verdadeiro inferno de estilhaços e fogo. Daquela ocasião para os nossos dias, muita tecnologia entrou nos programas de P & D das espoletas de tempo variável, dando oportunidade,

também, ao desenvolvimento de CME para fazer face àqueles pequenos e letais dispositivos eletrônicos, de arrebatamento de granadas, bombas e mísseis.

Um alvo pode sofrer danos variáveis, em função da altura ou distância de arrebatamento de uma granada de artilharia, bomba ou míssil, que ocorra acima do ponto de impacto. Há vários tipos de espoleta VT que podem afetar a detonação de uma ogiva de combate a uma altura predeterminada, porém, nesta exposição, será apenas considerada a espoleta do tipo radiofrequência

A eficácia de uma espoleta VT pode ser reduzida em função da distribuição antecipada do projétil a uma distância ou altura do alvo pretendido, de modo que pouco ou nenhum dano possa lhe causar, do arrebatamento do projétil, logo após ter dado início a sua trajetória, e da neutralização da espoleta VT, só permitindo o arrebatamento do projétil por impacto.

Acredito que é melhor pré-ativar uma ogiva de combate à uma distância ou altura, cujos efeitos da explosão não tragam danos ao alvo.

A detonação do projétil por percussão é menos desejável, pois a granada, bomba ou míssil poderão atingir o alvo, especialmente se ele for imóvel, causando-lhe severos danos.

Atualmente os repetidores de interferência são a única solução para produzir interferência contra espoletas fabricadas com tecnologia sofisticada. Outros problemas específicos, associados ao emprego de espoletas VT, incluem antenas e suficiente potência em um repetidor linear.

Em geral, a área protegida por um só conjunto de interferência é limitada. Esse fato obriga escolher entre o emprego de um grande equipamento para proteger numerosas unidades da FT em área muito ampla, ou o uso de numeros conjuntos de interferência, para a proteção de unidades em pequenas áreas.

CME contra repetidores inimigos de CME

Os repetidores de CME podem ser empregados contra espoletas VT, radares ou equipamentos de comunicações. A melhor técnica de interferência que pode ser usada contra os repetidores de CME é a interferência por saturação, já que a maioria dos repetidores é constituída, essencialmente, por amplificadores lineares. Essa técnica consiste em sobrecarregar o repetidor pela transmissão de um forte sinal de CW no passa-faixa do repetidor. O sinal da interferência normalmente transmitido pelo repetidor é reduzido. Quando são operados repetido-

res de interferência instalados sobre o solo, deve ser levado em consideração que estão em operação outros conjuntos-rádio instalados sobre o solo, e, também, as limitações impostas pelas condições de propagação da onda terrestre.

COMENTÁRIOS FINAIS

As atividades de GE são praticadas por todos os países de determinado nível de desenvolvimento e, até mesmo, por países subdesenvolvidos, praticamente desprovidos de indústria eletrônica e dependentes de aquisição ou doação de equipamentos, oriundos de países e blocos poderosos.

A GE tem que ser valorizada e, na atualidade, a falta de mentalidade, de pessoal, e de material especializado nesse importante setor das Forças Armadas há de criar uma profunda brecha no seu valor de combate, porque vivemos a era eletrônica, a idade de ouro das comunicações, o milagre do computador e a GE é uma arma imprescindível ao combate moderno em qualquer nível de intensidade.

A dependência da eletrônica acentua-se com velocidade crescente, devido às estruturas de comando, à necessidade das comunicações rádio e à grande mobilidade das operações. Acrescentam-se também, o emprego, cada vez maior, de sis-

temas de armas providos de dispositivos eletrônicos e um sem-número de outras facilidades eletrônicas colocadas nas mãos do combatente moderno.

Foi tratado, nesta colaboração, o componente da GE, intitulado CME (interferência intencional e dissimulação eletrônica), exposto de modo didático e muito condensado. Como já foi mencionado, para não prejudicar as comunicações rádio, radares e dispositivos eletrônicos amigos, a interferência intencional e a dissimulação eletrônica devem ser conduzidas metodicamente, segundo a correspondente situação eletrônica e de forma seletiva. Desse modo, é necessário estabelecer o valor da ameaça eletrônica inimiga ou da ameaça (desde o tempo de paz). Isso impõe a instalação de equipamentos de alarme, que permitam a detecção e identificação da ameaça eletrônica nos sistemas de armas tais como carros de combate, aeronaves e unidades navais. Os materiais empregados nas CME deverão estar ajustados, ou permitir a compatibilização à ameaça eletrônica inimiga, aplicando-se especialmente ao combate eletrônico radar ou laser, em atenção conjunta com os sistemas de armas inimigos.

A interferência nas comunicações rádio, cujas emissões têm conteúdos concretos, exigem equipamentos que, passando in-

timamente de receptor a interceptador e vice-versa, podem comprovar se as comunicações rádio a interferir estão ativas. Como é lógico, não é recomendável o emprego desnecessário de meios eletrônicos e de frequências, como também interferir, por mera vontade de concretizar um desejo de perturbar o inimigo. É necessário conhecer as tecnologias e técnicas de CCME aplicadas pelo inimigo, para evitar perda de tempo e desgaste desnecessário nos recursos humanos e nos materiais empregados nas CME.

Para alcançar um efeito devastador sobre todos os meios eletrônicos inimigos, há uma solução drástica: a CME nuclear, produzida pelo arrebentamento de uma arma nuclear extra-atmosfera. Sobre a superfície do solo, um curto impulso eletromagnético nuclear poderá colocar fora de ação, praticamente, todos os equipamentos eletrônicos e elétricos que se encontrem em uma área de milhares de quilômetros quadrados. Porém, contra o emprego de um arrebentamento nuclear como CME, há o problema dos custos muito elevados, que nem as superpotências poderiam financiar uma adequada proteção. Muitos estudos estão sendo feitos sobre o emprego do impulso eletromagnético nuclear; porém, a impossibilidade de limitar, ou determinar exatamente seus

efeitos, reduz o perigo de sua aplicação, do mesmo modo como são considerados os meios de combate químicos e biológicos.

Acredito que muitas idéias foram lançadas nesta colaboração, que enfocou as CME, atividade que tem a finalidade de impedir a liberdade de emprego do espectro eletromagnético. É uma medida de caráter ativo, que se pode detectar com facilidade

e, ao mesmo tempo, permitir, aos usuários dos sistemas eletrônicos, pôr em ação seus equipamentos de interceptação e radiogoniometria.

Para encerrar, reafirmo que as CME (interferência intencional ou dissimulação eletrônica) são uma arma com dois gumes, e caberá, a quem decide seu emprego, meditar e ponderar muitos todos os fatores que conduzem a decisão.



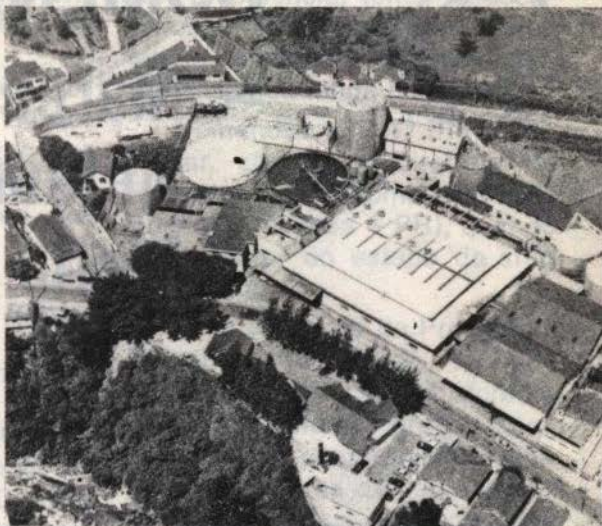
O CEL COM REF HUMBERTO JOSÉ CORRÊA

DE OLIVEIRA – Tem publicado, em revistas militares brasileiras e no exterior, muitos trabalhos sobre Comunicações e Guerra Eletrônica (GE). Possui todos os cursos militares e o da ESG, além do Curso de Navegação Especial (Escola Naval), de Comunicações por Satélites (USASCS) e da ESG da França. Foi instrutor da EsSa, do Curso de Comunicações da AMAN e Instrutor-Chefe de Emprego Tático das Comunicações e Subcomandante da EsCom de 1969 a 1972. Comandou o 4º BComEx, foi Chefe do Gabinete da extinta DCom e da DMCE e serviu no EME, onde exerceu as funções de Chefe do NICIGE (Núcleo de Instalação do Centro de Instrução de GE), e Executivo da CCCAGE (Comissão de Coordenação e Controle das Atividades de GE). Reformado por motivos de saúde em setembro de 1986, dedica-se à pesquisa e à produção de trabalhos sobre GE e Comunicações.

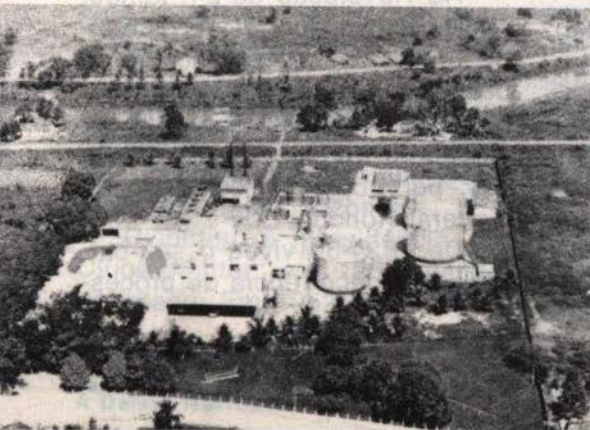
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS FLEISCHMANN E ROYAL LTDA

PETRÓPOLIS - RJ

sempre
presentes
em vários
pontos do
território
nacional
fabricando o
produto básico
para o pão -
o fermento
Fleischmann.



CASCADIA - PE



JUNDIÁ - SP



FLEISCHMANN
ROYAL



HOMENAGEM

— Marechal Nelson de Mello (1899–1989)

Cláudio Moreira Bento

Faleceu em 3 de janeiro aos 90 anos incompletos, o Marechal Nelson de Mello, um dos últimos sobreviventes dos heróicos tenentes dos anos 20 e ex-aluno da histórica Missão Indígena da Escola Militar do Realengo (1919-1921) e de ação político-militar marcante e influente em dilatada e agitada fase da vida nacional.

O Marechal Nelson de Mello era gaúcho de Santana do Livramento, nascido em 20 Ago 1899, e filho de militar. Cursou o Colégio Militar de Porto Alegre e a Escola Militar de Realengo (1917-21). Prestou ao Exército 46 anos de notáveis serviços. Infante de escol, serviu

ao longo de sua carreira em unidades da arma em Manaus, São João del Rey, Santa Maria, Quitaúna, Rio de Janeiro, Recife, São Gonçalo e Caxias do Sul, tendo comandado o Batalhão de Guardas no Rio e o 6º RI de Caçapava, em operações na Segunda Guerra Mundial na Itália, e o 2º RI na Vila Militar.

Na Revolução de 24, tomou, em 05 Jul, o quartel de Quitaúna. Participou do deslocamento das tropas ao comando do General Isidoro Dias Lopes até ser cercado e preso, em Catanduvas, por tropas ao comando do General Rondon.

De 1824-30 viveu o seu calvário em decorrência de proces-

so por deserção e rebelião, tendo sido inclusive prisioneiro na Fortaleza de Santa Cruz.

Retornando ao Exército, tomou parte na Revolução de 30, em Minas Gerais. A seguir, assumiu a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, como capitão. Combateu a Revolução de 32, no setor de Parati, ao fim da qual retornou a Pernambuco, de onde seguiu para o Amazonas, como interventor federal.

Cursou a EsAO e Elnf, em 1935, foi assistente do chefe do EME e do Em da 3ª DI, em 1937, e concluiu a ECEME em 1940. Em Ago 1943, assumiu a chefia da Polícia do Distrito Federal, onde permaneceu por cerca de 2 anos, para seguir para a Itália integrando a FEB, onde se consagrou como comandante do 6º RI, o Regimento Ipiranga.

Foi favorável à deposição de Getúlio Vargas, em 1945, e a realização de eleições, tendo participado de reuniões de cúpula com esse propósito.

Chefiou de 1946 a 1950 o EM da Zona Militar Leste, depois I Exército e atual Comando Militar do Leste, bem como o da 1ª Região Militar.

Oficial General, em 1950, comandou a 2ª Brigada Mista, em Corumbá, e subcomandou a 4ª DI, em Belo Horizonte.

Disputou a presidência do Clube Militar, em 1950, sendo derrotado. Em 1952 concorreu à

vice-presidência, tendo saído vitorioso. Nessa época, o Clube Militar vivia dias dos mais agitados de sua longa história.

Comandou a ID/1ª DI na Vila Militar, chefiou a Diretoria de Recrutamento e comandou a 5ª DI (Ponta Grossa – PR), quando foi executor do estado de sítio no Paraná.

Com a eleição do Presidente Juscelino Kubitschek, foi seu Chefe da Casa Militar, durante todo o mandato presidencial, tendo então coordenado o combate às revoltas de Jacareacanga e Aragarças, lideradas por oficiais da Aeronáutica.

Chefiou, em 1961, a delegação brasileira à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, e nesse mesmo ano foi comandar o II Exército em São Paulo, atual Comando Militar do Sudeste, onde foi vítima de um atentado a bala quando chegava no antigo Quartel-General, no centro de São Paulo.

No ano seguinte, foi elevado à mais alta função no Exército, a de Ministro da Guerra, em agitada fase da vida nacional, marcada pelo efêmero regime parlamentar derrubado pelo plebiscito de janeiro de 1963, que retornou ao presidencialismo.

Participou, então, dos entendimentos que resultaram na deposição do Presidente João Goulart.

Em dezembro de 1963, Nelson de Mello concluiu sua carreira militar como Marechal, tendo após participado, em dezembro de 1963, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo.

Como o General Cordeiro de Faria, participou da mobilização de tropas contra possível resistência a favor do Presidente

Goulart, com apoio no III Exército, atual Comando Militar do Sul.

Esta é, em largos traços, a trajetória fulgurante e atuante de um ilustre e valoroso soldado brasileiro e um dos últimos tenentes de 24, que detinha o bastão simbólico de comandante da FEB, que atuou na Itália na Segunda Guerra Mundial.



CLÁUDIO MOREIRA BENTO – Coronel da Reserva do Exército, foi designado para o serviço ativo, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército – A Casa da Memória Histórica do Exército. Possui, além dos cursos militares regulares, o de Analista A da Escola Nacional de Informações e o de pesquisador das Forças Terrestres Brasileiras. Foi Adjunto dos Estados-Maiores dos Comandos Militares do Nordeste e do Sudeste; assessor do

DEC – Departamento de Engenharia e Comunicações; Instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras; comandante do 4º Batalhão de Engenharia de Combate e Chefe da 2ª Seção da 1ª Região Militar. Integrou a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército e integra idêntica comissão no Arquivo Histórico do Exército. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e cidades de São Leopoldo, Pelotas, Canguçu e Itajubá. Integra, ainda, a Academia Brasileira de História, a Sociedade Brasileira de Geografia, o Instituto dos Centenários e o Instituto Bolívariano do Rio de Janeiro. Foi o coordenador da construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e atualmente preside o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Dirigiu o Departamento Cultural e a Revista do Clube Militar (Jun 86-Jun 88). Possui 18 livros e plaquetas publicados sobre História do Exército. Seu último trabalho foi Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas, Editado pelo FHE – POUPEX, que está preparando, para lançamento, Quartéis Gerais das Forças Armadas, também e sua autoria.



DESTAQUES DA IMPRENSA

NOSSO EXÉRCITO EM DESTAQUE

O Prêmio Nobel da Paz de 1988, em vez de galardoar uma personalidade de que se tenha destacado da defesa da causa da Paz, foi concedido, como símbolo representativo e atuante da Organização das Nações Unidas, às suas Forças de Paz, que desde há muitos anos, com destacamentos compostos por batalhões representativos de várias nações, tendo em comum as "Boinas Azuis" da ONU, cumprem, nas áreas conflagradas, quando é o caso, a missão de guarda e vigilância da linha que demarca a separação dos beligerantes, no curso das negociações de paz, até que ela seja formalizada, pelo consentimento recíproco.

O Exército Brasileiro, para honra nossa, figura entre os outros que têm cumprido essas missões, nas forças de paz, que a ONU tem várias vezes empregado, e ainda emprega, no Líbano e no Golfo Pérsico, onde se defrontam o Irã e o Iraque, como poder essencialmente moral, sem armamento militar de expressão.

O prêmio coube à ONU, simbolizada pelas 14 Forças de Paz com que ela interveio nos mais diversos teatros de operações militares, desde 1948, a partir de três anos depois da rendição da Alemanha. Sete delas ainda estão atuando, sendo quatro de capacetes azuis (manutenção da paz) e três em missão de observação (Boinas Azuis).

O porta-voz do Comitê Nobel disse que a decisão de homenageá-la prestigia o empenho da ONU, já distinguida pela quinta vez. É fato de que muito se vangloria o Exército Brasileiro, um dos que muito já colaboraram, e por longo tempo, para o seu êxito, bastando citar a sua presença, por mais de dez anos, na faixa de Gaza, no Egito, onde se mantinha sempre a postos o nosso Batalhão Suez, assim chamado por ser o seu ponto de primeiro destino.

A UNEF (Força de Emergência das Nações Unidas), criada para esse fim, em 1946, com batalhões de várias nacionalidades, entre os quais o do Brasil, que foi o primeiro a instalar-se na sua área em Gaza, sob o comando do então Coronel Iracílio Pessoa, que teve a responsabilidade e a primazia de recrutá-lo e instruí-lo, no Brasil, levando-o, depois, sob o seu comando, até instalá-lo no destino, pronto para cumprir a missão.

Aquela Força de Emergência, como organização composta de unidades periodicamente renovadas pelas respectivas nações, era comandada por um General-de-Divisão, sendo que o Brasil foi, por duas vezes, distinguido com essa honra, com a nomeação dos saudosos Generais Carlos Flores de Paiva Chaves e Syzeno Sarmento.

São aspectos da história do nosso

Exército muito raramente referidos em livros e pouco presentes à memória nacional, salvo nestes últimos três anos, graças à presença dos antigos "Boinas Azuis", que serviram à ONU, como representantes do Brasil, passaram a participar, despertando grande emoção e saudosos por palmas entusiásticas, da grande parada militar do 7 de Setembro, seguindo a tradição da presença dos veteranos da FEB.

A cerimônia militar comemorativa do

Dia da Pátria, aberta, normalmente, com o desfile das Bandeiras históricas do Brasil, transportadas a cavalo, fortalece-se, agora, seu sentido de apoteose de civismo, com a presença dos veteranos da paz, os antigos "Boinas Azuis" da ONU, enviados por nosso Exército, durante 10 anos, para a faixa de Gaza, além dos veteranos da guerra, que lutaram, com a FEB, na Itália, na defesa da liberdade.

É bem o Exército de Caxias, o Pacificador do Brasil.

Transcrito do JORNAL DO COMÉRCIO, edição de 15.10.88. Artigo assinado por A. de Lyra Tavares, membro da Academia Brasileira de Letras.

O ESGOTAMENTO DE UM REGIME

Neste país rico de História mas débil de memória a experiência histórica de outros países pode ser útil, quando menos para conhecermos nossa inverossímil "identidade". O Bicentenário de 1789 cria espaço para a reflexão sobre as Revoluções Francesas de 1789 e 1792, e também sobre o golpe de 18 Brumário (1799) de Bonaparte. Recordemos pois a crise institucional do Antigo Regime, na antevéspera da Revolução: a monarquia revelava-se incapaz de se reformar.

Não se atribua a crise apenas ao caráter frágil e à vertiginosa perda de autoridade de Luís 16, aos custos da máquina irracional do Estado ou às limitações de recursos para mantê-la, mas também à reação dos particularismos provinciais, à confusão de poderes que se superpu-

nham e à extrema diversidade administrativa — o Sul e o Norte, por exemplo, não se regiam pelas mesmas leis, nem pagavam os mesmos impostos.

A França permanecia um "agregado inconstituído de povos desunidos", segundo o popular conde de Mirabeau (1721-1791), nobre déclassé e membro do Terceiro Estado na reunião dos Estados Gerais.

Nos anos 70 e 80, o reformismo toma conta da França, com sinalizações conflitantes. A monarquia, propondo uma nova repartição de impostos; a nobreza, os privilegiados, uma reforma política, que beneficiasse seu crescente domínio da administração central e nas províncias. O novo diretor geral das finanças desde 1777, o banqueiro suíço e protestante Necker, simpático à causa dos insurgen-

tes da América do Norte, procura novas formas de financiamento dessa guerra naval e distante: não aumentou os impostos, tornando-se popular, mas recorreu novamente a empréstimos.

O tucano reformismo da Coroa não compensava os gastos do Reino, que excediam a renda em pelo menos 20%, segundo o historiador inglês Hobsbawm. No imaginário popular, a corte de Versalhes esbanjava a fortuna da nação, embora representasse "apenas" 6% de seus gastos em 1788. . . . Mais vultosos eram os gastos da guerra, da marinha e da diplomacia, que engoliam 1/4 do orçamento do Estado. Ainda mais grave era o fato de que metade desse orçamento era consumida pelo serviço da dívida existente. "A guerra e a dívida - a guerra americana e sua dívida - partiram a espinha da monarquia", conclui o autor de *A Era das Revoluções*.

As duas brechas no Antigo Regime que abriram o caminho da revolução foram, primeiramente, a crise econômica e social e o impasse político sob o governo de Luís 16: a aristocracia não quis pagar o custo dessa crise caso seus privilégios não fossem ampliados. Essa oposição levou o rei a convocar para o dia 22 de fevereiro de 1787 uma Assembleia dos Notáveis, escolhidos entre as figuras de primeira grandeza do Reino. A segunda brecha, o anúncio, já a 8 de agosto de 1788, da convocação dos Estados Gerais, antiga reunião de tradição feudal das três Ordens do Reino que não se realizava desde 1614, marcada para 1º de março de 1789.

A aristocracia tentava com isso assumir as rédeas do Estado, mas subestimou as forças sociais e políticas que se avolumavam no interior do Terceiro Estado. E não percebeu que as outras duas Ordens - o Clero e a Nobreza - não eram homogêneas.

O reformismo da Coroa teve seu expoente no banqueiro Necker, o "gênio dos expedientes" e pai da Madame de Staël, que projetou a criação de assembleias provinciais e de municipalidades em toda a França encarregadas da fixação de impostos. Mas em cada tentativa de aplicação tropeçava com a burguesia do Terceiro Estado desejosa de participar

da gestão da coisa pública. Em maio de 1781, Necker é demitido, deixando atrás de si a nobreza furiosa, pois publicou o Compendio ao Rei - a primeira vez que o orçamento do Reino foi publicado, fazendo ele constar as pensões reais aos cortesãos.

Calonne, ex-intendente da Coroa, torna-se em 1783 ministro das Finanças, assumindo o posto sob o impacto da publicação do Compendio. Para cobrir o déficit toma mais empréstimo e gasta muito mais, forjando a imagem de um Estado rico. Em 1786, começou a pagar as dívidas do Estado mas, para prosseguir, viu-se obrigado a reformar as finanças, decidindo apresentar a Luís 16 um plano em que estabelecia a igualdade perante os impostos - e, portanto, a abolição dos privilégios fiscais da nobreza, e do clero. Na conjuntura crítica, Luís pensa que as medidas reformistas desse peso seriam aprovadas ao arpejo dos Estados Gerais, porém desde que apresentadas a uma Assembleia de Notáveis e assim legitimadas. . . .

Os "Notáveis" se reúnem a 22 de fevereiro num clima já francamente revolucionário. Os jornais condensaram as idéias efervescentes de reforma e de revolução no país e também nos Estados Unidos, na Bélgica, na Holanda e na Suíça (Genebra).

A Assembleia reunia "notáveis" escolhidos a dedo, não representantes do povo. A imprensa francesa de oposição - produzida na Inglaterra e nos Países Baixos - ridicularizou essa reunião de "notáveis", mostrando-os submissos à Coroa. Como reação, afirmam eles sua independência rejeitando as reformas de Calonne. ("Voyez Calonne . . .", ironizava o conde d'Artois).

A 8 de abril de 1787, Luís 16 o demite e nomeia o chefe da oposição dos Notáveis, o arcebispo ilustrado de Toulouse Loménie de Brienne. O marquês de La Fayette, "notável" e "herói dos Dois Mundos" que aspirava a ser o Washington de uma república e ordem, adverte que a crise só poderia ser resolvida com a audiência dos Estados Gerais.

Em maio, Brienne volta à carga, substituindo os antigos impostos por uma "subversão territorial", à qual a nobreza

e o clero contribuíram em proporção às suas riquezas. Criava ainda assembleias provinciais e municipais. Mas os "notáveis" revelam-se intransigentes, adotando a posição de La Fayette: só os Estados Gerais poderiam aprovar novos impostos.

A 25 de maio Brienne obtém de Lufs 16 a dissolução da assembleia dos notáveis, pensando poder passar sua reforma por meio de leis ordinárias, que deveriam entretanto ser aprovadas pelos Parlements, em geral oposicionistas.

O Parlamento de Paris é o primeiro a negar, em junho de 1787, a aprovação dos editos que criavam a subvenção territorial e a igualdade perante os novos impostos. Nessa medida, criava-se um impasse para o rei, sem meios para cobrir o déficit (meses depois, aliás, nos levantes populares na capital, a rainha Maria Antonieta será chamada de "Madame Déficit"...). Os conflitos aumentam, pois o Parlamento de Paris aceita apenas o edito de criação das Assembleias provinciais e municipais nas províncias em que inexistiam. Mais: nas assembleias provinciais, os representantes do Terceiro Estado começavam a lutar pela igualdade numérica com a nobreza e o clero

reunidos, e os votos deveriam ser por cabeça e não por Ordem. Claro, tal fato irritou os privilegiados e provocou forte agitação popular nas províncias.

As revoluções — a de 89 e a de 92 — se avizinhavam. Militares como La Fayette, que participaram da revolução americana de Washington ao lado de outros estrangeiros como o italiano Mazzei e o polonês Kosciuszko e instalaram o partido fayettista no salon de Madame Stael, garantiram a primeira fase de transição para o novo regime. (E, como se sabe, reprimiram violentamente o movimento popular mais adiante).

Estavam próximos os dias em que o abade Sieyes perguntaria: "Que é o Terceiro Estado?", respondendo: "Tudo." E advertindo: "Afinal, não conhecemos quais são os efeitos do monopólio?"... "Que desencoraja aqueles que ele exclui, torna inábeis aqueles a que favorece? Não se percebe que toda obra que se distancia da livre-concorrência sai mais cara e pior?"

O monopólio, o corporativismo, o burocratismo, a corrupção, o déficit público, a sucessão de ministros num crescendo de mediocridade e a impotência da Coroa sinalizam o colapso do regime.

(Extraído de artigo publicado no Jornal do Brasil, de 30 de janeiro de 1989, assinado pelo Professor Carlos Guilherme Mota, membro do Conselho Diretor do IEA/USP)



INFORMAÇÕES

ABIMDE ELEGE AVIBRAS COMO DESTAQUE DO ANO

Ao lado do Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Henrique Sabóia, eleito "Personalidade do Ano", a Avibras Indústria Aeroespacial S/A irá receber, no dia 28 de novembro, às 12:30 horas no Nacional Club, o título de "Destaque ABIMDE - Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa".

As homenagens serão prestadas pela ABIMDE, que é uma associação que congrega as principais indústrias brasileiras do setor de defesa e este ano premia a empresa que mais se destacou em pesquisa, desenvolvimento, produção e comer-

cialização de materiais de defesa, assim como sua contribuição para o crescimento desse setor e do total das exportações brasileiras.

A Avibras Indústria Aeroespacial S/A está localizada em São José dos Campos, e tem suas atividades voltadas para a área de defesa, pesquisa espacial, química, eletrônica e telecomunicações, sendo por 4 anos consecutivos a maior exportadora de material de defesa do país. Em 1987, suas vendas ao mercado internacional alcançaram uma marca superior a US\$ 322 milhões.

INSTALAÇÃO SIMULADORA DE CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO

O simulador de radar inicial, para treinamento, da Thorn Emi (IR-TS) é uma instalação que está sendo empregada hoje pela RAF, na Inglaterra. A instalação é equipada com três simuladores idênticos e autônomos que serão usados para treinar alunos de controle de tráfego aéreo nas técnicas terminais de controle exigidas nas proximidades de aeroportos militares.

A Thorn Emi projetou e fabricou os simuladores, assumindo também a responsabilidade de fabricar e construir o equipamento auxiliar. O contrato completo, avaliado em um milhão de libras esterlinas, foi cumprido ao cabo de dois anos de negociação.

As técnicas terminais de controle foram ensinadas nos simuladores, inclusive processos de emergência de voo e técni-

cas de utilizar radar de precisão (PAR), idênticas ao equipamento em serviço mas operando sob controle de simulador. O projeto oferece uma completa solução digital para o problema de simular o ambiente de radar. O uso da tecnologia mais moderna à base de computadores resulta em excepcionais condições de versatilidade e realismo dos simuladores. Eles podem facilmente ser convertidos para o ensino de controle de bombardeiros e habilidades de defesa aérea, ou ser utilizados para treinar controladores de voo

em aplicações civis.

Como parte do contrato do simulador, a Thom Emi também forneceu um programa de software de computador, que pode ser usado para gerar novos exercícios de treinamento. Diferentes mapas de vídeo e tipos de radar podem ser criados e mostrados. Esse acréscimo de variedade de exercícios possibilita dar aos estudantes, que deles necessitarão para trabalhos de elevada intensidade, ambientes ATC para múltiplas aplicações na Inglaterra e em outros países.

MAIS CANHÕES DA BOFORS PARA A MARINHA CANADENSE

A Bofors conquistou um segundo contrato no Canadá para o fornecimento do Canhão Naval Mk 2 Dual-Purpose de 57 mm. Essa nova encomenda, no valor de 100 milhões de coroas suecas, foi feita pelo principal fornecedor de sistemas de combate para o programa CPF Paramax Electronics Inc., Montreal, e obedece aos excelentes resultados obtidos através de testes realizados de desempenho e ambiente.

Os canhões do segundo contrato são, como a partida anterior, destinados a fragatas canadenses de patrulha em serviços de vigilância de longa duração nas condições meteorologicamente adversas do Atlântico Norte e do Pacífico.

Esse segundo contrato parece demonstrar o ponto de vista de que o Canhão Bofors Mk 2 Dual-Purpose de 57 mm é uma arma ideal para fragatas de patrulha. É uma extraordinária arma de defesa aérea e tem um alcance contra alvos de superfície que se compara a canhões de até 100 mm de calibre. Com a alta cadência de tiro do Mk 2 de 57 mm, isso significa maior efeito sobre o alvo dentro do tempo disponível de combate.



O superior desempenho do canhão, aliado aos baixos custos de ciclo de vida, constitui fator decisivo para a escolha do programa CPF. A Bofors recebeu recentemente o "Prêmio PARAMAX de Excelência" em reconhecimento à sua dedicação aos mais altos padrões de Garantia de Qualidade.

RBS PÕE FORA DE COMBATE O SEASKIMMER

Em princípio de agosto passado, a Bofors submeteu a testes seu RBS 70 com novo Mfssil Mk 2 contra um seaskimmer numa altitude de 5 metros acima do nível do mar com ângulo de visão perto de zero. O Mfssil Mk 2 interceptou o seaskimmer na parte frontal a uma distância de 1.800m. O seaskimmer foi dimensionado em 4,5 m de comprimento por 0,4 m de diâmetro e foi completamente destruído pela ogiva do RBS 70. Isso comprova a afirmação da Bofors de que o RBS 70 é um autêntico sistema mfssil para todos os alvos.

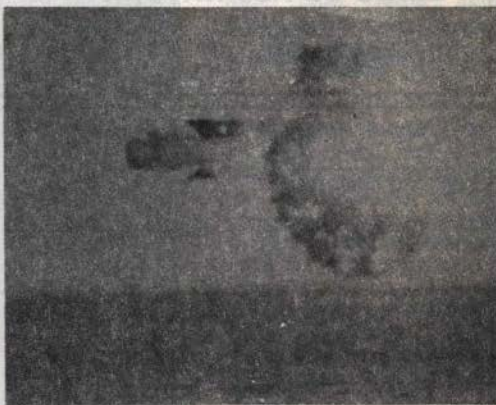
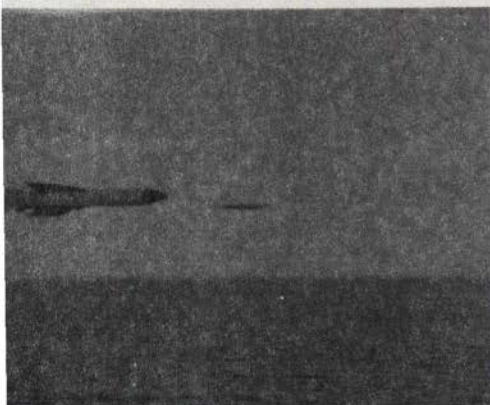
Para qualquer belonave a ameaça mais perigosa é o seaskimmer. Em virtude de sua capacidade de voar rente à superfície da água e seu tamanho extremamente reduzido, é ele um alvo quase impossível para unidades de defesa.

A combinação de um sistema de alta precisão de ogiva inteligente com um estopim de proximidade a laser faz do RBS 70 uma arma ideal lançada por navio, pro-

porcionando uma peculiar e realmente eficiente solução para a unidade naval. Foi essa a primeira vez que um mfssil de baixo nível dessa categoria demonstrou suas possibilidades contra um seaskimmer. O disparo foi feito em colaboração com a Marinha Sueca.

Pela introdução do Mfssil Mk 2 a Bofors aperfeiçoou bastante o sistema mfssil de baixo-nível em operação de autodefesa, para enfrentar todas as modernas ameaças aéreas, bem como ameaças da superfície terrestre.

O Mfssil Mk 2 foi desenvolvido por encomenda das Forças Armadas da Suécia e tem a vantagem de maior alcance e de efeito comparado ao de seu antecessor Mk 1. Tem também uma ogiva mais devastadora e maior motor de sustentação. A precisão de pontaria também foi aperfeiçoada com alcance ampliado. Mas, acima de tudo isso, o novo mfssil possui capacidade de furar blindagem, o que significa que pode ser utilizado contra avião blindado.





A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Palácio Duque de Caxias (térreo) Tel. 253-4628

Praça Duque de Caxias, 25

CEP 20455 Rio de Janeiro RJ

**Com apenas uma assinatura anual
você organiza uma mini-biblioteca
sobre os temas mais importantes da
realidade brasileira.**

**ESTRATÉGIA – POLÍTICA INTERNACIONAL – GEOPOLÍTICA –
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – ECONOMIA – ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS – HISTÓRIA – EDUCAÇÃO – SOCIOLOGIA**

A DEFESA NACIONAL

UMA TRADIÇÃO EM INFORMAÇÃO E CULTURA

PEDIDO DE ASSINATURA

☐ ASSINANTE
NOVO

☐ RENOVAÇÃO

☐ MUDANÇA DE
ENDEREÇO

Nome

Posto ou Graduação

Identidade

Profissão

Endereço

Bairro

CEP

Cidade

Estado

FORMA DE PAGAMENTO

☐ CHEQUE NOMINATIVO nº _____ Banco _____

☐ VALE POSTAL a favor de A DEFESA NACIONAL pagável na
Agência 520641 QUARTEL GENERAL
Rio de Janeiro – RJ

O EXÉRCITO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

1889

*Cem anos
de
República*
1989



Como parte das comemorações do Centenário da Proclamação da República, a BIBLIEX promoverá os cursos literários **PANORAMA DE CALÓGERAS**, para oficiais das Forças Armadas e **FRANKLIN DÓRIA**, Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas, cujo tema será **O EXÉRCITO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA**.

Os originais deverão ser apresentados datilografados, em espaço com 50 a 75 laudas (formato A4), sem assinaturas, sem identificação do autor e remetidos em envelopes lacrados, contendo, também, uma grafia 3x4, dados biográficos e envelope completo.

Os trabalhos não serão devolvidos sob qualquer hipótese.

A entrega deverá ser efetuada em Agosto de 1989 na Biblioteca do Exército.

O julgamento será efetuado em Setembro e Outubro e a divulgação dos resultados na 1ª quinzena de Novembro.

Premiação:

1º lugar: NCz\$ 500,00

2º lugar: NCz\$ 300,00

3º lugar: NCz\$ 200,00

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
PALÁCIO DUQUE DE CAXIAS, 25
— ALA MARCÍLIO DIAS — 3º ANDAR — CENTRO —
CEP 20455

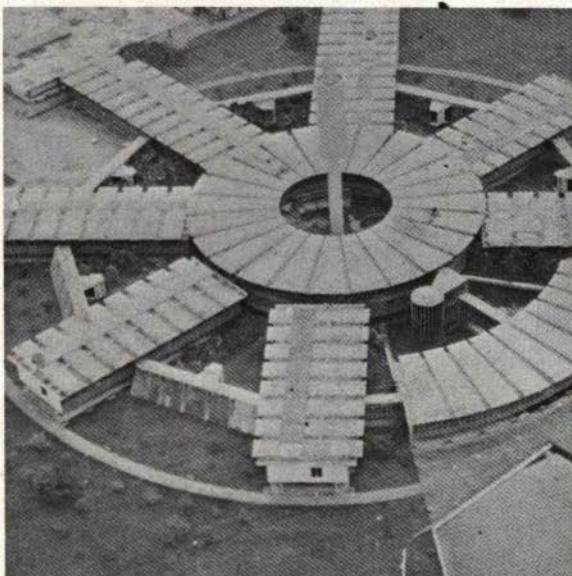
O PETRÓLEO SÓ É NOSSO QUANDO A TECNOLOGIA TAMBÉM É.

O desenvolvimento tecnológico é fundamental para o progresso de uma indústria.

É uma empresa industrial só conquista autonomia efetiva quando consegue dominar e desenvolver a tecnologia que utiliza.

Daí a importância do CENPES - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello.

O CENPES é o principal pólo de desenvolvimento de tecnologia da Petrobrás. Nele realizam-se pesquisas de novos processos e produtos, adequados às características do mercado e das nossas matérias-primas. Realizam-se também projetos de engenharia básica, que são o primeiro passo para a implantação de instalações



industriais.

A pesquisa e a engenharia básica integram-se, assim, no esforço constante de aprimorar a tecnologia, o que assegura à Petrobrás uma posição competitiva em relação às empresas do mesmo gênero.

A área de atuação do CENPES inclui também o aperfeiçoamento

do pessoal técnico de nível superior, além de proporcionar serviços de formação técnica e propriedade industrial (marcas e patentes).

A partir de 1973, o CENPES passou a funcionar em modernas instalações na Cidade Universitária (Ilha do Fundão), no campus da Universidade Federal do

Rio de Janeiro. É um conjunto de 16 prédios e construções auxiliares, que totalizam cerca de 44.000 m² de área construída e onde se aloja a maior parte de seus quase 1600 empregados, dos quais 760 são portadores de títulos universitários.

Como resultado de sua intensa atividade, o CENPES

já domina cerca de 50 tecnologias fundamentais para a Petrobrás. E, no seu constante esforço de inovação, está sempre se valendo da colaboração de outras companhias, instituições científicas e universidades.

Nesses 22 anos de atividades, o CENPES contribuiu decisivamente para que a Petrobrás se tornasse uma empresa tecnologicamente forte, ocupando um lugar de destaque entre as mais avançadas companhias de petróleo.



PETROBRÁS



O cliente em primeiro lugar.

O Cartão Bamerindus identifica o cliente de primeira. Além de garantir os seus cheques, ele aciona a mais completa tecnologia do mercado financeiro. E agora o Cartão Bamerindus também pode ser um cartão de crédito. Basta querer e você tem nas mãos o Cartão Bamerindus Sollo. Um cartão que dá ao cliente até 40 dias para pagar suas compras, sem acréscimo. Com aceitação imediata em milhares de estabelecimentos comerciais em todo o país. Você faz o seu crédito, parcelado ou rotativo, substituindo com segurança o dinheiro ou o cheque. Garantido. Com o Cartão Bamerindus, você não passa despercebido. É só passar o cartão.

Cartão Bamerindus Sollo. Crédito de primeira.